

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

DAVI MACHADO DA ROCHA

**A MORTE VOLUNTÁRIA NA MEDICINA E NA LITERATURA FLUMINENSE
(1835-1895)**

**FRANCA
2016**

DAVI MACHADO DA ROCHA

**A MORTE VOLUNTÁRIA NA MEDICINA E NA LITERATURA FLUMINENSE
(1835-1895)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura Social

Orientador: Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

**FRANCA
2016**

Rocha, Davi Machado da.

A morte voluntária na medicina e na literatura fluminense (1835-1895) / Davi Machado da Rocha. – Franca: [s.n.], 2016.

140 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Jean Marcel Carvalho França

1. Medicina - História - Século XIX. 2. Suicídio - Aspectos ... Sociais. 3. Literatura médica - Brasil. I. Título.

CDD – 610.981

DAVI MACHADO DA ROCHA

**A MORTE VOLUNTÁRIA NA MEDICINA E NA LITERATURA FLUMINENSE
(1835-1895)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE: _____
Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França, UNESP/Franca

1º EXAMINADOR: _____
Prof^a. Dr^a. Karina Anhezini de Araujo, UNESP/Franca

2º EXAMINADOR: _____
Prof. Dr. Temístocles Américo Correa Cezar, UFRGS

Franca, 5 de dezembro de 2016.

A meus pais.

AGRADECIMENTOS

Inspirado pela rara e gratificante sensação de dever cumprido, dedico as linhas a seguir às pessoas e instituições que tornaram este trabalho possível.

Agradeço a meus pais, Sidney Ferreira da Rocha e Marilisa Machado da Rocha, pelo apoio incondicional, pelo exemplo de luta e pela oportunidade de poder me dedicar exclusivamente aos estudos.

Ao professor Jean Marcel Carvalho França, pela oportunidade, confiança, referências, pelas corridas e por todas as provocações e ponderações que incentivaram e tornaram esse trabalho possível.

À Larissa Biato de Azevedo, pelo apoio, carinho e por todas as sugestões.

A meus irmãos, Sidney Ferreira da Rocha Júnior, Marina Machado da Rocha e Esther Machado da Rocha, pela força e parceria de sempre.

Ao mestre e bom amigo Ricardo Alexandre Ferreira, pelas sugestões sempre precisas e pelo aprendizado que me proporcionou nos tempos em que trabalhamos juntos na Revista História (São Paulo).

À professora Susani Silveira Lemos França, pelo apoio, hospitalidade e, sobretudo, pela seriedade e profundidade de seus cursos; que me inspirou e, com certeza, inspirará outras muitas gerações de estudantes.

À professora Milena Silveira Pereira, que acompanhou este trabalho desde a primeira versão do projeto e me deu sugestões e referências valiosas para execução desta pesquisa.

À professora Karina Anhezini, pelas ponderações precisas e estimuladoras feitas na banca de qualificação; que me deu força, referências e confiança para prosseguir.

À Ana Carolina de Carvalho Viotti, personagem decisiva na minha curta carreira acadêmica, pelos conselhos fundamentais para o ingresso neste programa e pela seriedade com que conduz os trabalhos no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica, fonte de inspiração para mim e para todos os que passaram por este respeitável espaço.

A meu avô Hélio Machado Silva, que me ensinou a amar as belas letras.

A minhas tias, Kátia Machado Votto, Elizabeth Ferreira Machado Silva e Virgínia Ferreira Machado Silva.

Aos colegas do conselho editorial da Revista História e Cultura - Fred Maciel, Danilo Ávila, Elvis Diana, Diego Bispo, Monique Marques e William Funchal -, pela aprendizagem conjunta e pelos bons debates.

Aos colegas do Grupo Temático Escritos Sobre os Novos Mundos, pela desconstrução e pelas críticas positivas que tornaram este trabalho possível.

Aos bons amigos e grandes historiadores Fernando Pereira dos Santos, Thiago Alvarado e Clara Braz, pelos bons diálogos e momentos de descontração.

Ao amigo Carlos Manoel Passos Vaz Júnior.

Aos colegas da Associação Atlética VI de Junho, que deixou de ser de Direito e passou a ser de fato.

Aos funcionários desta Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e, em especial, ao Sebastião Granzoti Filho.

Ao hábil caminhoneiro Mauro Sérgio Gasparelli, herói do dia a dia das estradas do Estado de São Paulo.

À equipe do Hospital de Misericórdia de Altinópolis.

À Silvana Alvim e à equipe da Nautiluz Corretora de Seguros.

À Maria Iolanda Moura, pela revisão atenta e dinâmica que muito contribuiu para a apresentação deste texto.

E, finalmente, à CAPES e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo nº 2015/01094-4, pelo financiamento deste trabalho.

Tempo virá em que os homens mais sábios, encarregados de dar altas lições de história a seus contemporâneos e de fazer ressoar nas cadeiras públicas os assentos da verdade, ensinarão a seus discípulos maravilhados que um século houve outrora; que, ainda jovem, mostrou no rosto rugas de velhice; que, cheio de fogo e impaciente, parou subitamente embargado de estupor. Cansado prematuramente por sua mesma atividade, julgou remoçar-se arrepiando caminho; ele invejou aos tempos passados sua primitiva ignorância; porque ao sair das trevas seus olhos se achavam fatigados do esplendor da luz: o século de vida aspira à morte

Étienne Pivert de Senancour

Obermann, Correio Oficial, 30 de outubro de 1834.

ROCHA, Davi Machado da. **A morte voluntária na medicina e na literatura fluminense (1835-1895)**. 2016. 140 fl. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Câmpus de Franca. 2016.

RESUMO

A partir de meados da década 1830 e ao longo do século XIX, o problema da morte voluntária preencheu muitas páginas de diversos jornais e periódicos que circularam na cidade do Rio de Janeiro. Recorrentes suicídios de escravos, de mulheres, de comerciantes e de outros personagens da sociedade fluminense suscitaram variadas reflexões entre os intelectuais brasileiros, que tentaram explicar e combater as causas deste fenômeno que contrariava a vontade de Deus e a natureza humana. Tais reflexões serão objeto de estudo desta pesquisa, que procura examinar as formas de descrição do fenômeno da morte voluntária, de 1835 a 1895, a partir de dois discursos: o da medicina e o da literatura. Nesse período, com a criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832) e o desenvolvimento de uma literatura preocupada com a educação e formação moral do público leitor, houve uma produção regular de teses médicas, notícias, crônicas e romances que denunciavam a recorrência de suicídios e tentavam demarcar as condutas e as determinações sociais que incidiam sobre esta prática, tais como a loucura, a jogatina, os desarranjos financeiros, as paixões desregradadas, a incredulidade entre outras expressões dos “vícios” que passaram a “corromper” a sociedade com o advento da vida urbana e moderna. Assim, a hipótese que guiará esta pesquisa é que a medicina e a literatura, na medida em que partilhavam o interesse de construir o Brasil em termos modernos, urbanos e civilizados, descreveram a morte voluntária como um problema de ordem moral que deveria ser combatido no âmbito das paixões e costumes por meio da educação. Dessa forma, tais discursos adquiriram um caráter prescritivo da vida social fluminense, trazendo à tona os valores e sentidos construídos por essa sociedade para orientar a vida de seus membros.

Palavras-chave: História do suicídio. História da Saúde. Literatura Brasileira. Medicina.

ROCHA, Davi Machado da. 2016. 140 pages. **The suicide in the medicine and in the literature of Rio de Janeiro (1835-1895)**. Master's Thesis (History and Social Culture) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Câmpus de Franca. 2016.

ABSTRACT

From the mid of 1830s and throughout the nineteenth century, the problem of voluntary death filled many pages of newspapers and periodicals circulated in the city of Rio de Janeiro. Recurring suicides of slaves, women, traders and other characters from the Rio de Janeiro society gave rise to varied reflections among Brazilian intellectuals who have tried to explain and combat the causes of this phenomenon which contradicted the will of God and human nature. Such reflections will be the subject of study of this research, which seeks to examine the ways of description of the voluntary death phenomenon, from 1835 to 1895, from two speeches: the medicine and literature. In this period, with the creation of the Faculty of Medicine of Rio de Janeiro (1832) and the development of concerned literature with moral education and training of the reading public, there is a regular production of medical theses, news, chronicles and novels they denounced the recurrence of suicides and attempted to demarcate the behaviors and social determinations that were focused on this practice, such as madness, gambling, financial breakdowns, the unruly passions, unbelief among other expressions of "vices" that became "corrupt" society with the advent of modern urban life. Thus, the hypothesis that guides this study is that the medicine and the literature to the extent that they shared interest to build Brazil in modern, urban and civilized terms described voluntary death as a moral issue that should be fought within the passions and customs through education. Thus, these speeches acquired a prescriptive character of Rio de Janeiro social life, bringing up the values and meanings constructed by the company to guide the lives of its members.

Keywords: Suicide History. Health History. Brazilian Literature. Medicine.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: O SUICÍDIO NOS PERIÓDICOS DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA	15
1.1. Loucura e escravidão na ordem do dia	15
1.2. A irreligiosidade, os vícios e as paixões	35
CAPÍTULO 2 – O SUICÍDIO NAS TESES E TRATADOS MÉDICOS FLUMINENSES DO OITOCENTOS	45
2.1. A morte voluntária sob a ótica da Medicina Tropical	45
2.2. Considerações sobre a nostalgia e a história como parte da retórica das teses médicas oitocentistas	53
2.3. O fundamento moral das causas e a sede orgânica do suicídio	57
CAPÍTULO 3 – IMAGENS DO SUICÍDIO NA LITERATURA BRASILEIRA DO OITOCENTOS	65
3.1. O suicídio de personagens femininas e o romance como instrumento de ensino e guia de conduta	65
3.2. Ideação suicida e morte voluntária de personagens masculinos	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	99
A. Periódicos	99
B. Textos Médicos	103
C. Obras literárias	104
D. Obras de referência	106
APÊNDICE	114
Trecho extraído de <i>As Aventuras de Zé Caipora</i> , de Angelo Agostini	114

INTRODUÇÃO

A visita das boticas e a venda pública de remédios, antes direito que competia ao físico-mor do império, que nomeava delegados para em épocas determinadas inspecionar as boticas e dava licença para a venda de remédios, plantas, drogas medicinais e medicamentos compostos vindos de fora do império. Esta atribuição foi devolvida às câmaras municipais pela lei de 30 de agosto de 1828, que suprimiu a suprema ditadura do físico-mor do império; mas esta atribuição permanece hoje sem efeito e torna-se quase ilusória, pois que a inspeção das oficinas farmacêuticas e o exame da venda pública dos remédios e drogas nunca mais se renovarão nesta capital [...]. Quem acreditará que o Rio de Janeiro encerra em seu seio 86 boticas?! Quem poderá dizer quantas pessoas vendem remédios conhecidos, ou secretos, sem saber o que vendem? Que bizarra indústria a de vender a retalho pregos, fechaduras e martelos conjuntamente com salsaparrilha, quina, mercúrio e outras substâncias de primeira necessidade na prática médica!! O costume faz lei, e para que um bom sistema de polícia médica faça do costume triunfar a lei, quantas fadigas, ensaios e tempo não será mister? ¹

Em 2 de maio de 1835, o *Diário de Saúde* trazia em suas páginas uma nota que indicava grande preocupação com a fiscalização do comércio de remédios e de substâncias venenosas na cidade do Rio de Janeiro, incumbência cuja responsabilidade era das câmaras municipais² e que, nas palavras do Dr. José Francisco Xavier Sigaud, personagem que será devidamente apresentado mais adiante, colocava às autoridades fluminenses duas importantes questões: “De que natureza são as contravenções às leis a respeito das boticas? Constituem elas simples contravenções policiais ou, pelo contrário, verdadeiros delitos?”³ Amparado em tal linha argumentativa, o médico denunciava a aparente irresponsabilidade dos boticários, que “vendem substâncias venenosas não a peso medicinal, e nem receitadas por facultativos, mas a pessoas suspeitas, que pedem-nas em grande dose, sem fazerem compra tal que constitua ato ou transação mercantil[...]”⁴, e propunha a criação de uma comissão de peritos para visitar as boticas e coibir, mediante multas e outras sanções, a possibilidade de compra e venda destas substâncias. Em outras palavras, Sigaud preocupava-se com a venda indiscriminada de substâncias fundamentais para a prática médica por estabelecimentos comerciais não especializados, como as casas de ferragens, e com o fácil acesso da população a venenos mortais, fato que contribuía para a ocorrência de delitos graves, como homicídios por envenenamento e,

¹ SIGAUD, J. F. X. Da visita das boticas e a venda pública de remédios e substâncias venenosas. *Diário de Saúde*, n.3, 1835. p.19. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702900/18>. Acesso em: 20 ago. 2015.

² “Extingue os lugares de Provedor-mor, Físico-mor e Cirurgião-mor do Império, passando para as Câmaras Municipais e Justiças ordinárias as atribuições que lhes competiam.” Cf. LEI DE 30 DE AGOSTO DE 1828. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, vol. 1 pt. I, 1828. p. 27. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38197-30-agosto-1828-566168-publicacaooriginal-89805-pl.html. Acesso em: 20 ago. 2015.

³ SIGAUD, op. cit., p.19.

⁴ Ibid.

sobretudo, suicídios.

A propósito do problema da morte voluntária, uma das principais implicações deletérias da venda de substâncias venenosas, ela despertou o interesse e suscitou a análise de variados grupos da sociedade fluminense Oitocentista. Lançando mão de termos como “epidemia”, “moléstia”, “enfermidade”, dentre outras expressões correntes no vocabulário médico, tais grupos veiculavam em artigos da imprensa, teses médicas, romances, peças de teatro, etc. uma perspectiva que apontava para o caráter patológico desta prática socialmente danosa, e que buscava não somente explicá-la, mas também combatê-la por meio de leis e, sobretudo, da promoção de mudanças no espaço urbano e nos hábitos e costumes da população.

A imprensa periódica, objeto do primeiro capítulo deste estudo, foi um veículo privilegiado para a divulgação dessas preocupações com o suicídio e das discussões sobre os instrumentos para o prevenir e combater. Por meio de notícias, crônicas escritas e desenhadas, ensaios de natureza médica ou reflexões de conotação religiosa, a imprensa ajudou a construir uma opinião corrente, um senso comum sobre a morte voluntária, e a combater suas possíveis causas: os hábitos e costumes modernos que provocavam a degradação moral dos indivíduos, hábitos como a educação moral e religiosa frouxas, as paixões excessivas, a sensualidade imoderada, o demasiado apego ao dinheiro, o alcoolismo, etc. Um aspecto que salta aos olhos nesta construção do suicídio pela imprensa periódica é o espaço que aí se dedica ao suicídio do escravo e à loucura, como componentes fundamentais da ação do suicida. Teremos oportunidade, ao longo do capítulo, de acompanhar uma dúzia de histórias de escravos que foram encontrados enforcados, afogados ou que se atiraram das janelas dos sobrados onde viviam, atitudes decorrentes, segundo se dizia, ou dos maus tratos a que eram submetidos ou da loucura, alegada em três crônicas do júri da Corte que veremos, em que três escravas são julgadas pelo crime de infanticídio. Tais escritos, como se tentará demonstrar, ao mesmo tempo que apontavam para uma crítica às práticas degradantes da sociedade escravista destacavam o caráter corrompido dos escravos, pintados como indivíduos afeitos à embriaguez, ao crime e à promiscuidade. Destaca-se, ainda, a criação de periódicos específicos para a difusão dos textos médicos sobre a morte voluntária - nomeadamente, revistas dedicadas ao estudo das moléstias e das demais questões de saúde e higiene públicas na corte - e a consolidação das denominadas revistas satíricas de crítica dos costumes, cujas descrições traziam elementos visuais, literários e o humor como forma de denunciar e corrigir os desvios de conduta, inclusive aqueles que poderiam conduzir ao suicídio.

O segundo capítulo aborda os tratados e teses médicas dedicados a discutir a morte voluntária. Aí descreveremos como os doutores articulavam raça, loucura e suicídio; as medidas

de higiene e saúde que propunham para evitar o suicídio e tratar o suicida potencial ou falhado; a base moral que sustentava seus diagnósticos e intervenções; e, sobretudo, sua constante defesa da educação e da formação moral da população como elementos de prevenção da morte voluntária. Para o mapeamento de tais variantes serão especialmente esquadrinhados cinco documentos, entre teses, tratados e discursos, a saber: *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império* [1844], de José Francisco Xavier Sigaud; *Considerações sobre a nostalgia* [1844], de Joaquim Manuel de Macedo; *Dissertação Médico-Filosófica Sobre as Causas e Sede do Suicídio* [1844], de Bernardino José Rodrigues Torres; *Tratado de medicina e de outros variados interesses do Brasil e da humanidade* [1858], de Fortunato Raphael Nogueira Penido; e *Considerações gerais sobre o suicídio*: discurso pronunciado perante Sua Majestade o Imperador e Sua Alteza o Senhor Conde d'Eu, na sessão solene da Academia Imperial de Medicina celebrada no Paço da cidade em 30 de junho de 1867, de Nicolau Joaquim Moreira. O último texto traz um dado curioso: a denúncia da “leitura de livros silenciosos”, sobretudo daqueles romances em que se cultuavam os vícios, o materialismo, o enfado com a vida, o ceticismo sobre a vida eterna e a descrença na religião, romances que atuavam poderosamente sobre o caráter dos jovens e poderiam levar ao suicídio aqueles mais suscetíveis e impressionáveis.

A propósito das relações entre o romance e o suicídio, o terceiro e último capítulo será dedicado ao exame da produção literária brasileira, nomeadamente ao exame daqueles romances e contos em que personagens com ideação suicida, ou suicidas “de fato”, são colocados em cena. O objetivo aí é mapear o reportório de proposições sobre a morte voluntária e os meios de combatê-la compartilhado por homens de imprensa, médicos e literatos cariocas ao longo do Oitocentos. Em linhas gerais, procuraremos demonstrar ao longo do capítulo que o discurso médico e a denominada literatura romântica ou realista, no que diz respeito ao suicídio, não estiveram em lados opostos; ao contrário, assemelhavam-se e complementavam-se. O capítulo tratará, inicialmente, dos valores e ideais civilizatórios que guiavam as narrativas ficcionais produzidas no Rio de Janeiro oitocentista e dos compromissos e metas que marcavam a atuação dos homens de letras na sociedade local. Uma vez demarcado o lugar de tal discurso e de quem o pronunciava, apresentaremos em detalhes os vários cenários, ambientes, comportamentos, juízos e modos de proceder descritos pelos narradores para a construção literária do ato de colocar termo à própria existência, uma construção, como se tentará demonstrar, inspirada pelos e inspiradora dos mesmos valores e inquietações partilhados pelos doutores em medicina. Os escritos literários que compõem este capítulo são os seguintes: *Maria de Niterói* e *Luiza*, publicados no *Jornal dos debates políticos e literários de 1838*. *Lucíola*: um

perfil de mulher [1862], *A viuvinha* [1857] e *A alma do Lázaro* [1872], de José de Alencar; *Helena* [1876], *Luís Soares* [1870] e *Memórias Póstumas de Brás de Cubas* [1880], de Machado de Assis; *Mistério da Tijuca* [1882], *O cortiço* [1890], *A condessa Vesper* [1882] e *A mortalha de Alzira* [1895], de Aluísio de Azevedo; *Macário* [1852] e *Noite na taverna* [1855], de Álvares de Azevedo; *Traços biográficos de Jovita Feitosa* [1865], de Visconti Coaracy; *Inocência* [1872] e *Irecê a Guaná* [1874], de Alfredo d'Escagnolle Taunay; *Os dois amores* [1848], *O veneno das flores* [1856] e *O moço loiro* [1848], de Joaquim Manuel de Macedo; e *As fatalidade de dois jovens* [1856], de Teixeira e Sousa.

Tais escritos nos conduzem ao recorte final desta pesquisa⁵, 1895, data de publicação do último romance que compõe a série documental que isolamos para tentar compreender as várias construções da morte voluntária no Rio de Janeiro Oitocentista. Tomamos a década de 30 do Oitocentos como ponto de partida, pois lá teve início uma visada médica sobre o suicídio, e elegemos o limiar do século XIX como ponto de chegada, pois, ao que tudo indica, as alterações experimentadas pela literatura, pela sociologia, pela psicologia e pela psiquiatria, sobretudo pela última, na virada do século XIX para o XX, vão colocar à disposição dos médicos e literatos locais outros modos de compreender o suicídio, distanciando-os e, mesmo por vezes, os opondo.

⁵ Sobre isso, ver: DURKHEIM, E. **O suicídio**: estudo de sociologia [1897]. São Paulo: Martins Fontes, 2000; FREUD, S. Luto e Melancolia [1917]. In: _____. **A história do movimento psicanalítico**. v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976; LOPES, F. H. **A experiência do suicídio**: discursos médicos no Brasil, 1830-1900. 2003. 223 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2003. p. 7.

CAPÍTULO 1: O SUICÍDIO NOS PERIÓDICOS DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

1.1 Loucura e escravidão na ordem do dia

A *Gazeta dos tribunaes, dos Juízos e Factos judiciais, do Foro e da Jurisprudencia*⁶, publicação especializada no noticiário jurídico que circulou na cidade do Rio de Janeiro entre 1843 e 1846, traz em sua nonagésima sexta edição⁷ a crônica de um julgamento por crime de infanticídio⁸, realizado pelo Júri da corte em 18 de dezembro de 1843. As *Chronicas judiciarias*⁹ começavam com breves descrições dos acontecimentos e costumavam reproduzir as principais manifestações e vereditos das autoridades, bem como os nomes dos juízes, promotores, advogados e jurados. Dentre as variadas notícias, artigos de opinião e demais ocorrências de pessoas detidas pela polícia por tentarem se matar - ou, conforme relatavam os jornais, que eram encontradas mortas, enforcadas, envenenadas, afogadas, baleadas ou feridas gravemente na cidade do Rio de Janeiro¹⁰ -, foram localizadas, nos periódicos que circularam na capital do Império do Brasil entre 1835 e 1895, três crônicas do júri da corte em que mães escravas foram julgadas por tentarem se suicidar após matar os próprios filhos. Nestes textos, como se tentará demonstrar, é possível encontrar descrições detalhadas dos casos e, embora tratem de julgamentos por crime de infanticídio, trazem à tona as reflexões das autoridades sobre a intenção suicida das acusadas e a caracterização deste ato como resultado da alienação mental.

Em geral, as notícias costumavam reportar situações e motivos variados para os casos de suicídio, a saber: a loucura, as paixões, os desarranjos financeiros, a ausência de princípios

⁶ Periódico editado por Francisco de Paula Brito. Consta que Brito foi fundador da “sociedade petalógica” e dono da Imperial Typographia Dous de Dezembro. De acordo com Machado de Assis, “Paula Brito foi o primeiro editor digno deste nome que houve entre nós”. Cf. ASSIS, J. M. M. Ao acaso (Revista da Semana). **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1865, n. 2, p. 1. Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional Digital. Para mais informações sobre Paula Brito, ver: HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 151-161.

⁷ Seção “Justiça Criminal - Jury da Corte” de 03 de janeiro de 1844. **Gazeta dos tribunaes**, Rio de Janeiro, n. 96, p. 1- 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709492/388>. Acesso em: 1 jul. 2015.

⁸ Delito previsto nos artigos 197 e 198 do Código criminal de 1830. Ver: SOUZA, B. F. H. **Código criminal do Império do Brasil**. Recife: Typographia Universal, 1858, p. 81. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221763>. Acesso em: 03 jun. 2015.

⁹ “Publicada três vezes por semana, a Gazeta direcionava-se a um público certo entre os bacharéis financeiramente estáveis, capazes de sustentar os custos de produção do periódico. É importante notar que desde 1841 publicava-se um periódico homônimo em Lisboa. Para confirmar a falta de originalidade da imprensa nacional, ambos traduziam a Gazette des Tribunaux, que teve sua publicação iniciada em Paris no ano de 1786”. Cf. MARTINS, B. G. A seriedade do cômico: A Gazeta dos Tribunaes no Rio de Janeiro (1843). **XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM**, 36, Manaus, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1011-1.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2014.

¹⁰ Seção “Repatrição de polícia” de 18 de abril de 1857. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, n. 102, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/13169>. Acesso em: 5 jul. 2015.

religiosos e os vícios da vida urbana, como as jogatinas, os abusos de aguardente e a libertinagem. Além disso, publicavam-se suicídios de estrangeiros e homens livres de diversas profissões, observando-se, no entanto, a maior recorrência de casos que envolviam escravos como, por exemplo, os relatados no *Correio Mercantil* de 9 de janeiro de 1853:

[...] a contar do dia 2 dezembro até a presente data, tinham havido 7 suicídios, 6 de escravos e 1 de pessoa livre. A desproporção que aqui se nota tem clara explicação: se o suicídio pode ser justificável em alguma hipótese, sem dúvida nenhuma a escravidão, quando perdida toda a esperança, é essa hipótese.¹¹

As notícias de suicídio de escravos eram, em geral, reportadas em notas curtas nas sessões “Repartição de Polícia” e “Fatos Diversos”, como as ocorrências a seguir: “Suicidou-se com um barão ao pescoço o escravo Candido, e pelas averiguações a que se procedeu verificou-se ter sido a causa do suicídio efeito de embriaguez”¹²; “Consta que fora salvo das ondas, José da Silva, que pretendia afogar-se, em consequência segundo diz, dos maus tratos de seu amo Antônio José Corrêa”¹³; “[...] foi anteontem presa uma escrava que tentava dar cabo de si querendo atirar-se do telhado da casa em que mora”¹⁴; “precipitou-se hoje às 10 horas da manhã, do sótão da casa n.34 da rua da Carioca, em que mora o Sr. Dr. José Mauricio Nunes Garcia, uma preta sua criada: atribuiu-se-lhe monomania que tinha de suicidar-se”¹⁵; “[...] das averiguações feitas resulta que o suicídio do preto Luiz foi ocasionado por desarranjo das faculdades intelectuais com tendência ao suicídio, tendo-se dias antes revelado o estado de alienação.”¹⁶

O *Código criminal* de 1830 não definia o suicídio como crime, somente estabelecia punições aos indivíduos que, de alguma forma, facilitassem o suicídio de outrem ou fornecessem meios para esse fim com conhecimento de causa. Afora isso, o *Código* estabelecia que “os loucos de todo gênero” não seriam julgados como criminosos.¹⁷ Na mencionada crônica

¹¹ Seção “Fatos diversos” de 9 de janeiro de 1853. *Correio Mercantil*, n. 9, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/7010>. Acesso em: 7 jul. 2015.

¹² Seção “Repartição de polícia” de 2 de junho de 1852. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 9002, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/37118. Acesso em: 9 jul. 2015.

¹³ Seção “Repartição de polícia” de 17 de dezembro de 1850. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 8576, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35395. Acesso em: 11 jul. 2015.

¹⁴ Seção “Noticiário” de 28 de setembro de 1860. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 185, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/13895. Acesso em: 13 jul. 2015.

¹⁵ Seção “Rio de Janeiro - Chronica diaria” de 12 de outubro de 1856. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 283, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/43870. Acesso em 15 jul. 2015.

¹⁶ Seção “Repartição da polícia” de 15 de outubro de 1860. *Correio da tarde*, Rio de Janeiro, n. 232, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090000/6082>. Acesso em 17 jul. 2015.

¹⁷ Art. 10, §2. Destaca-se ainda o texto do artigo 12 que estabelece que “os loucos que tiverem cometido crimes, serão recolhidos as casas para eles destinadas ou entregues às suas família, como ao juiz parecer mais conveniente”; e do artigo 196 que definia que “ajudar alguém a suicidar-se, ou fornecer-lhe meios para esse fim com conhecimento de causa. Penas - prisão de por dois a seis anos”. Cf. SOUZA, op. cit., p. 14-15 e p. 81.

publicada na *Gazeta dos tribunaes*, a primeira dentre as três que serão aqui desdobradas, relata-se o julgamento da escrava Ângela Maria, acusada pela morte de seus dois filhos, Pio e Ephigenia, crianças que tinham, respectivamente, um ano e meio e quatro anos de idade. A escrava, segundo o relatado, teria fugido com os filhos da casa em que trabalhava e, ao chegar à praia do Flamengo, teria lançado a criança mais velha ao mar e se atirado com a outra no colo. Os dois menores não sobreviveram ao episódio, mas Ângela acabou sendo resgatada e teve que responder por este delito perante o Júri. O julgamento foi presidido pelo juiz José Joaquim de Siqueira, que questionou a escrava sobre os motivos que a levaram a cometer este ato criminoso. Conforme transcreve o jornal, Ângela teria respondido que “sumiu-se em casa uma bandejinha de prata, e a Sra. disse que eu a tinha tirado, e que me havia mandar castigar na casa da correção, eu não a tinha tirado, depois apareceu lá mesmo. Eu desesperada fui-me atirar ao mar.”¹⁸

Consta ainda que Ângela havia sido absolvida em primeira instância, no entanto, o juiz que presidia aquela sessão, realizada em 21 de abril do mesmo ano, teria argumentado que o fato criminoso estava devidamente comprovado, inclusive com a confissão da ré, e decidiu apelar à relação do distrito para reformar a sentença. Nesse novo julgamento, a promotoria retomou o argumento do juiz de primeira instância e também destacou o que considerava agravantes do delito, a saber: “[...] ter o crime sido cometido por motivo frívolo, ter havido abuso de confiança e superioridade de forças da parte da delinquente.” Da parte da defesa, empreendida pelo Dr. Fontoura e Castro, argumentou-se que a escrava estava alienada: “sendo o crime de que se trata um daqueles ante os quais recua a natureza, e sendo ele imediatamente seguido da tentativa de suicídio, é claro que aquele que o cometeu não estava no uso de suas faculdades.”¹⁹

Após as manifestações, o júri considerou que a escrava havia matado seus filhos, porém, acatou unanimemente a tese de que a ré estaria alienada quando o fez. No que diz respeito às circunstâncias agravantes apontadas pela promotoria, o júri as rejeitou e considerou que existia em favor de Ângela os atenuantes previstas nos parágrafos 1 e 7 do artigo 18 do código criminal: “Não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal e direta intenção de o praticar; [...] ter o delinquente cometido o crime aterrado de ameaças.” Assim, destaca-se na crônica, para além dos argumentos considerados nas sentenças de absolvição, a presença de uma tópica recorrente nas notícias de suicídio publicadas ao longo do século XIX: sua definição como ato de loucura.

¹⁸ Seção “Justiça Criminal - Jury da Corte” de 03 de janeiro de 1844. *Gazeta dos tribunaes*, op. cit., p. 2.

¹⁹ Ibid., p. 2-3.

[...] o suicídio é produto do desvairamento da razão, o desanimo e afrouxamento de todas as forças com que Deus nos dotou para afrontar as tormentas deste mundo; -- o suicido é o desespero. Parece, portanto, claro que a escrava *Mathilde* estava em desordem intelectual, louca ou desesperada, dando a ausência nela do elemento consciencioso responsável de todos os seus atos. É esta a primeira convicção que nos traz a leitura destes autos. Considere mais V. S. que a tentativa de morte em que foi pronunciada a escrava *Mathilde* também exige para a punição o elemento racional. [...] é princípio universal e metafísico que se não dá efeito sem causa. E que razão atuaria sobre o ânimo da escrava *Mathilde* para tentar a morte de seu filho? [...] O motivo primeiro e remoto desse facto em tentativa de morte foi a dureza da escravidão que *Mathilde*, mãe, sofria; [...] O motivo próximo, e que atuou no espirito da escrava no momento de o arrojá-la às ondas e de acompanhá-la, foi a *loucura*, que nesta hipótese proveio do desespero de um futuro melhor para seu filho, e de um cativeiro mais doce para ela.²⁰

Publicado na crônica judiciária do *Correio Mercantil*²¹ de 2 de junho de 1850, o texto citado diz respeito ao discurso do promotor Antonio Ferreira Vianna no processo que envolveu a escrava Mathilde, também julgada pelo Júri da corte por crime de infanticídio contra seu filho, Fortunato, criança de nove meses. Segundo consta, Mathilde fora vendida junto com seu filho pelo próprio pai do menino, um “francês chamado Binet, morador na rua dos Latoeiros”. Insatisfeita com os constantes maus tratos a que era submetida pelo seu novo senhor, Duos Izidoro, consta que a escrava teria ido a Niterói “tratar de passar a melhor cativeiro” e, nesta cidade, foi surpreendida e ameaçada por este senhor de ser vendida e separada do filho. Persuadida pela ameaça, Mathilde teria consentido em retornar ao Rio de Janeiro, no entanto, durante o trajeto da barca Ponta de Areia, lançou seu filho ao mar e atirou-se, mas acabou sendo salva por um escravo que trabalhava naquela barca. Diante deste fato, consta que o promotor não pretendia levar a denúncia adiante, mas por força da decisão do juiz em manter a pronúncia, Vianna foi chamado a participar e acabou por discursar em defesa da ré, argumentando que a ação criminosa foi um ato de loucura e que não era possível provar que a acusada teve a intenção “perversa que a lei exige para a verdadeira imputação do delito”. Para ele, Mathilde pretendia poupar a si e ao seu filho dos “rigores da escravidão, que é pior que a morte, mesmo no entender dos moralistas e dos filósofos.”²²

Considerando-se a reflexão em destaque, o juiz Manuel Elizario de Castro Menezes, em

²⁰ Seção “Chronica judiciaria” de 02 de junho de 1857. **Correio Mercantil**, n. 150, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/13360>. Acesso em: 5 jul. 2015.

²¹ Periódico redigido por Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto e outros colaboradores e que circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1848 e 1868. As crônicas judiciárias também eram publicadas, ainda que de forma esporádica e irregular, em outros periódicos fluminenses do Oitocentos, tendo encontrado na *Gazeta dos Tribunaes* um periódico especializado na crônica e debate dos fatos jurídicos.

²² Seção “Chronica judiciaria” de 1º de junho de 1857. **Correio Mercantil**, n. 149, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/13356>. Acesso em: 5 jul. 2015.

referência ao já citado artigo 10 do código criminal, teria afirmado que “a loucura é um verdadeiro Proteu que se apresenta com mil fisionomias e mil variedades; e será em vão que se procurará na lei o que esta entende e como define o que se diz loucura”. De acordo com o magistrado, o texto legal fora formulado com os termos vagos e gerais - “loucos de todo o gênero”— para que a “questão do facto da loucura fosse abandonada à prudência dos juizes.”²³ Se não havia uma clara definição na lei sobre o que era considerado loucura, há referências, feitas pelos magistrados envolvidos nesse caso, à vasta literatura médica do Oitocentos que tratou das causas, das manifestações e das possibilidades de tratamento deste fenômeno patológico que costumava levar os indivíduos ao suicídio.²⁴

Por exemplo, nas considerações do promotor Thomaz Alves Junior sobre a sanidade da escrava Geralda, também julgada pelo mesmo delito, constam termos e conceitos médicos. De acordo com a crônica, Geralda era “parda, brasileira, natural de Pelotas, província do Rio-Grande do Sul, com 25 anos de idade, solteira, mucama, escrava do Sr. Jacintho Soares Rabello[...]”²⁵; foi contratada como ama de leite, mas por ter adoecido acabou não sendo aproveitada para este fim. Foi levantada contra ela, além da denúncia pela morte de seu filho, a acusação de fazer uso abusivo de “aguardente com erva-doce” e o fato de ter contraído relações com estranhos na casa de seus senhores. Em virtude destes desvios, que “homem sério da vizinhança assegurava sua veracidade”, Geralda foi chicoteada e ameaçada com a prisão na casa de correção, fato que causaria a separação entre a mãe e o filho. Segundo o jornal, “depois desta ameaça apoderou-se de seu espirito um mau pensamento, que a levou a praticar o crime, desejando antes morrer com seu filho do que separar-se dele”²⁶.

Diante deste fato, o promotor Alves Junior afirmou que “segundo o definido na ciência e na lei, não se pode fazer aplicação à acusada do estado de loucura, porque ela nem é idiota, nem imbecil, nem demente, nem maníaca ou monomaníaca.” A hipótese aventada pelo promotor era que a escrava teria sofrido uma “afecção da sensibilidade e não da inteligência ou liberdade, e essa afecção [...] não destrói a faculdade do raciocínio”. Alves também destacou o fato de a vítima sofrer de “remorso constante, e o louco não tem remorsos. Geralda pratica o fato e chora arrependida; se fosse louca, rir-se-ia; se por uma monomania atroz, dar-se-ia por

²³ Ibid.

²⁴ O discurso médico sobre a morte voluntária será objeto de análise no segundo capítulo desta dissertação. Aqui, interessa-nos somente apontar o uso da linguagem médica na imprensa fluminense do Oitocentos, inclusive pelos periódicos especializados na área de medicina, tais como *O propagador das ciências médicas*, o *Archivo Medico Brasileiro*, os *Annaes de medicina brasillense*, o *Diário de Saúde* e a *Revista Medica Fluminense*.

²⁵ Seção “Chronica judiciaria” de 24 de fevereiro de 1859. **Correio Mercantil**, n. 56, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/15852>. Acesso em: 5 jul. 2015.

²⁶ Ibid.

heroína. ” No que diz respeito ao objetivo suicida da ação, o promotor afirmou que “a doutrina que sustente que o suicida é um louco é doutrina falsa e perigosa” e, citando exemplos históricos de suicídios, concluiu que “nem Catão de Uthica, nem a virgem da Grécia, nem finalmente os mártires da religião, poderão ser acusados de loucos nos atos que praticaram”.²⁷ Em outras palavras, Alves afirmava que havia uma racionalidade na ação suicida, baseando-se na ideia de que a escrava apresentava bom entendimento da sua situação; entretanto, ainda que tenha recorrido aos conceitos de mania e monomania, fato que indica alguma familiaridade com a linguagem médica, o promotor não considerou as expressões relativas à depressão que também caracterizavam o fenômeno da loucura ao longo do século XIX.

Cumprir registrar que a ideia de que o suicídio resultava da loucura dos indivíduos foi recorrente durante o período analisado, contudo tal diagnóstico coexistiu com outras formas de descrição que consideravam a racionalidade da ação suicida, causada por problemas concretos e factíveis do ponto de vista da razão, como os desarranjos comerciais, os vícios, as paixões desregradas, dentre outras circunstâncias e causalidades apontadas nas crônicas e notícias de suicídios que serão desdobradas no segundo tópico deste capítulo. Na imprensa periódica, um dos primeiros registros médicos a relacionar loucura e suicídio foi publicado no *Diário de Saúde* de 18 de abril de 1835, denominado *Reflexões sobre o trânsito livre de doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro*, de autoria do doutor José Francisco Xavier Sigaud.²⁸ No texto em questão, o autor aponta a necessidade de construir um espaço destinado à reclusão e ao tratamento de alienados no Rio de Janeiro, tendo-se em vista o “espetáculo ridículo e hediondo de certos doidos” nas ruas da cidade, “vítimas votadas a uma morte certa”, que atentavam contra a moral pública e que colocavam em risco a vida dos habitantes daquela corte.²⁹ O médico acreditava que a construção de um asilo beneficiaria dois tipos de doidos: os alienados de famílias abastadas, que viviam isolados em quartos poucos arejados e cuja presença era um

²⁷ Ibid.

²⁸ “Formado pela Faculdade de Medicina de Estrasburgo, onde obteve, em 1818, o título de doutor em medicina, Sigaud refugiou-se no Brasil em 1825. No Brasil, pretendia dedicar-se à clínica e a estudos de história natural, excursionando pelo interior do país. Mas não foi isso que aconteceu. Fixando-se no Rio de Janeiro, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tornou-se conhecido por sua intensa atividade editorial, desenvolvida em parceria com um compatriota, o livreiro Pierre Plancher. A dupla Sigaud-Plancher tem grande importância para a história do livro e da imprensa no Brasil do Primeiro Reinado e do período regencial. Foi deles, por exemplo, a iniciativa de fundar em 1827 o famoso *Jornal do Commercio*. Além disso, foram os pioneiros no gênero do periodismo médico-científico, cujo marco inicial foi *O Propagador das Ciências Médicas*, que circulou no Rio de Janeiro entre 1827 e 1828.” Cf. FERREIRA, L. O. José Francisco Xavier Sigaud: um personagem esquecido, uma obra reveladora. *Hist. cienc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, , v. 5, n. 1, Mar/Jun 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 02 jun. 2015.

²⁹ SIGAUD, J. F. Reflexões sobre o trânsito livre de doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro... *Diário de Saúde*, Rio de Janeiro, n.1, 18 de abril de 1835. p. 6-8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702900/6>. Acesso em: 22. jun. 2015.

fardo penoso para as famílias e “uma vizinhança incômoda, e às vezes insuportável para os vizinhos”; e os que mereciam “vigilância esclarecida, benévola e ativa” por parte da Câmara, pois poderiam “enfurecer-se e cometer atos homicidas repentinamente, e deste modo privar uma família de um filho amado [...] ou de uma pessoa útil.” Por fim, o médico apontou a importância desta iniciativa para o tratamento e prevenção do suicídio:

No interesse moral da sociedade uma casa de doidos é útil, mas ainda indispensável é no interesse de infelizes maníacos que são em geral inclinados ao suicídio. No espaço de alguns anos temos recolhido muitas observações de suicídio, produzido pela loucura de indivíduos abandonados a si, pela maior parte solteiros, ou estrangeiros sem família, por falta de uma vigilância que houvera impedido uma morte fatal, e porventura restituídos à razão homens robustos e inteligentes, que a influência de um clima abrasador, as comoções políticas, ou o desarranjo de negócios comerciais haviam inteiramente enlouquecido.³⁰

Além do perigo representado pela presença dos loucos nas ruas, Sigaud denunciava as condições de tratamento dos alienados oferecida pelo hospital da Misericórdia, que mantinha um tronco para punição dos enfermos e não acomodava os pacientes em local arejado e de acordo com as suas moléstias. Tais questões foram retomadas e aprofundadas pela Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, no relatório aprovado na sessão geral de 18 de outubro de 1838³¹ e no artigo do doutor Luiz Vicente de Simoni³², publicado na Revista Médica Fluminense em 1839³³, e só foram atendidas em 1852, com a construção e inauguração do Hospício Pedro II - primeiro espaço no continente destinado exclusivamente à internação e tratamento de alienados.³⁴

³⁰ SIGAUD, op. cit., p. 8.

³¹ “Parecer da Comissão Especial da Academia Imperial de Medicina sobre a consulta do provedor e mesa da santa casa, acerca das melhores bases higiênicas para a construção de um novo hospital, lido, discutido e aprovado na sessão geral de 18 de outubro de 1838”. **Revista Médica Fluminense**, Rio de Janeiro: Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, n. 10, ano 5, 1840. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/hospicio/text/prelatsalubre.php>. Acesso em: 12 jul. 2015.

³² “Luís Vicente de Simoni nasceu em Novi, no ducado de Gênova (Itália), em 24 de fevereiro de 1792. Era filho de Giovan Battista De Simoni, natural de Gênova e farmacêutico, e de Maria Cherubina De Gaspari[...]. Foi condecorado como Cavaleiro da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, Oficial da Imperial Ordem da Rosa, e Ordem do Cruzeiro (2 de dezembro de 1844). Naturalizou-se como cidadão brasileiro (1855). Faleceu a 10 de setembro de 1881, em sua residência na Travessa Marquês do Paraná nº10, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. Seu atestado de óbito foi assinado por José Pereira Rego, então presidente da Academia Imperial de Medicina, e registrava como causa da morte pneumonia concorrendo com cistite crônica”. Cf. SIMONI, L. V. de. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <http://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/simoniil.htm>. Acesso em: 13 ago. 2015.

³³ SIMONI, L. V. de. Importância e necessidade da criação de hum manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados. **Revista Médica Fluminense**, n. 6, ano 5, set. 1839. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/341622/1650>. Acesso em: 12 jul. 2015.

³⁴ Sobre o Hospício de Pedro Segundo, ver: ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

Na edição de 20 de junho de 1835, o *Diário de Saúde* também publicou um excerto da *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil*,³⁵ de Luís Antonio de Oliveira Mendes, intitulado *Da enfermidade dos pretos chamada banzo*.³⁶ No índice da edição, consta que o doutor Sigaud também foi responsável pela publicação deste excerto em que o acadêmico luso-brasileiro³⁷ descreve a moléstia do banzo, caracterizada por ele como um “[...] ressentimento entranhado por qualquer princípio, como[...] a saudade dos seus[...]; o amor devido a alguém; [...]a cogitação profunda sobre a perda da liberdade; o mau trato que suportam; e tudo que pode melancolizar. É uma paixão da alma a que se entregam e que só dão por extinta com a morte.”³⁸ Baseado no relato de um traficante de escravos das Companhias do Pará e de Pernambuco em Angola, Oliveira Mendes dá notícia de uma escrava que “se entregara a um total fastio” desde que fora vendida com sua filha pelo próprio marido; segundo se dizia, a negra vivia triste e isolada, negando-se a se alimentar e desprezando os cuidados e promessas de liberdade que lhe ofereciam, até que acabou por falecer.³⁹

Além da descrição do banzo, destaca-se na *Memória a respeito dos escravos e do tráfico[...]* o interesse do membro da Real Academia de Ciências de Lisboa em produzir um conhecimento útil para os senhores, “deduzido da experiência mais sisuda e fiel”, a partir do exame profundo das causas da mortandade dos escravos depois de sua chegada ao Brasil⁴⁰, fato que interessava aos senhores “que, por efeito de compra, de contínuo arriscam o seu valor, e importância, que com aqueles se sepulta”; e o Estado “que sabe, e pesa, que eles são tanto mais preciosos, quanto necessários para a estabilidade, e promoção da agricultura, e das diferentes manufaturas nos domínios do ultramar”.⁴¹

Em outras palavras, Mendes apontava uma dimensão do problema do suicídio de escravos que muito importava aos homens do século XIX: o valor dos cativos como mercadoria, mão de obra, capital empregado e patrimônio dos senhores. Note-se, por exemplo, as observações sobre a mortalidade dos escravos descritas na *Chronica médica* publicada em

³⁵ MENDES, L. A. de O. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil*. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, n. X, ano 2, p.362-376. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v10n2/1415-4714-rlpf-10-2-0362.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

³⁶ *Da enfermidade dos pretos chamada banzo*. *Diário de Saúde*, n. 10, 20 de junho de 1835. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702900/75>. Acesso em: 22 jun. 2015.

³⁷ “Luiz Antonio de Oliveira Mendes - nasceu na cidade da Bahia em 1750 [...] formou-se em leis na universidade de Coimbra[...]. Foi alguns anos advogado da casa de suplicação de Lisboa[...]. Era um homem de vasta erudição e socio da Academia real das sciencias de Lisboa”. Cf. BLAKE, A. V. A S. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. v.5. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p.354.

³⁸ MENDES, op. cit., p.362.

³⁹ Ibid., p.370.

⁴⁰ Ibid., p. 362.

⁴¹ Ibid., p. 363.

janeiro de 1848 pelo *Archivo medico brasileiro*.⁴² Inserida na seção de *Variedades* deste periódico, a crônica em questão tratava das “moléstias reinantes” e, na parte dedicada à *Mortandade dos negros*, relatava que “muitos negros apareceram enforcados em princípios de janeiro, sem que se possa atribuir tão miserável fim a algum acesso de febre cerebral.”⁴³

Além disso, apontava as profissões que costumavam consumir um número mais elevado de vidas escravas, como o trabalho nas padarias; a fabricação do tabaco - que deixava os negros expostos às correntes de ar e às evaporações; os trabalhos dos quitandeiros e cocheiros - que adoeciam devido às chuvas e ao “abuso dos alcoólicos”; as empregadas como lavadeiras - que “tendo constantemente metade do corpo dentro da água, e a outra metade ao sol, morrem bem cedo tísicas, em consequência de alterações da menstruação”; e as quitandeiras - mormente acometidas pela sífilis, teriam a devassidão como “fonte dos males que as decimam”. Desse modo, ainda que o texto descrevesse as condições particulares das profissões mencionadas, destaca-se a ideia de que “os abusos, os excessos, as paixões violentas, a falta de cuidados, ou o mau trato da parte dos senhores” é que seriam os verdadeiros responsáveis por abreviar a vida dos escravos.⁴⁴

Em outro periódico médico, *Annaes de Medicina*, a edição de fevereiro de 1848 publicou a tradução de um trecho da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* (1844), do botânico alemão Carl Friedrich Philipp von Martius.⁴⁵ Nesse texto, Martius relatava o estado de prostração manifestado por alguns índios acometidos de um “desgosto mortal” após terem sido capturados e obrigados a trabalhar nas fazendas. Tal estado de prostração, segundo o autor, seria caracterizado por uma melancolia profunda e pela crescente perda do apetite, da força e da agilidade por parte dos indígenas, fenômeno que se assemelhava ao *Banzo*, uma doença “conhecida dos possuidores de escravos” que fazia com que os negros se entregassem

⁴² “O *Archivo Medico Brasileiro*, revista mensal de medicina e cirurgia, foi publicado e redigido pelo Dr. Ludgero da Rocha Ferreira Lapa; começou era agosto de 1844 e findou em setembro de 1848. Os Drs. Francisco Freire Allemão, Francisco Gabriel da Rocha Freire, José da Silva Guimarães, Antonio Cândido Nascentes de Azambuja e outros medicos enviaram artigos para as columnas d’esta gazeta”. AZEVEDO, M. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. *Revista trimestral do Instituto Historico, Geographico, e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, v. 28, n. 4, 1865. p. 208.

⁴³ “Chronica médica”. *Archivo medico brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 4, janeiro de 1848, p. 74. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700347/994>. Acesso em: 15 mai. 2015.

⁴⁴ “Mortandade dos negros”. *Archivo medico brasileiro*, n.4, outubro de 1847. p. 75-76. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700347/996>. Acesso em: 15 mai. 2015.

⁴⁵ MARTIUS, C. F. P. von. *Etnographia medica. Natureza dos Brazis, suas molestias, tratamento e cura*, pelo Dr. K. Fr. Ph. De Martius, traduzida do original allemao por***, para uso de Ignacio José Malta”. *Annaes de Medicina Brasiliense*, Rio de Janeiro, n.8, fevereiro de 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/442500/993>. Acesso em: 12 jun. 2015. Excerto também reproduzido por ODA, A. M. G. R. Da enfermidade chamada banzo: excertos de Sigaud e de von Martius (1844). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 4, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n4s0/v11n4s0a04.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

“a suas tristes ideias”, recusassem-se a se alimentar e definhassem gradativamente, pretendendo “com estas torturas dar mais realce ao seu lento e horrendo suicídio.”⁴⁶

O *Correio Mercantil* publicou ainda a notícia de uma escrava que “arrojou seus três filhos às lajes da calçada” e, em seguida, teria se atirado da janela do sobrado em que vivia. Essa história, ao contrário dos casos citados, não foi noticiada na seção *Repartição de polícia* ou na *Chronica judiciaria*, mas em uma nota assinada por um pseudônimo e publicada na edição de 18 de fevereiro de 1860, sob o título “Suicídio”. O texto questionava a descrição do ocorrido publicada pelo *Jornal do Commercio* que, “noticiando este fato, que daria matéria a longas meditações de um filósofo humanitário, [...] começa pela epígrafe - Loucura ou Malvadez? - e termina com as palavras - só se pode explicar tão negro procedimento pela loucura de momento ou execrável malvadez.” Desse modo, o autor pretendia contrapor o “ceticismo” do *Jornal do Commercio* ao comentário da “ilustrada redação” do *Correio Mercantil* que, naquela mesma semana, ao dar notícia do suicídio de uma mulher preta, teria afirmado: “é mais um lúgubre episódio da longa história das misérias da escravidão”.⁴⁷

A partir, sobretudo, da segunda metade do século XIX, não era, pois, incomum observar nos periódicos fluminenses o reconhecimento das responsabilidades dos senhores nos casos de suicídio de escravos, devido aos castigos, açoites, ameaças e outras práticas características da sociedade escravista do Oitocentos. Além disso, há crescente problematização dos males implicados no tráfico e no tratamento oferecido aos cativos, fato que encontra expressões oficiais nas leis de 7 de novembro de 1831⁴⁸ e de 4 de setembro de 1850⁴⁹, que proibiram oficialmente o tráfico transatlântico de escravos. Nesse sentido, também se destaca o anúncio da “Previdência - Companhia de Seguros Contra a Mortalidade dos Escravos” -, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* de 14 de maio de 1855, que informava aos leitores ter decidido segurar “[...] todos os casos de morte que não sejam motivados pelos senhores que tem segurados e segurarem seus escravos. Responde por desastres de todo o gênero sem restrição alguma: suicídio, e até no caso de algum dos pretos segurados vir a ser justificado.”⁵⁰ Dessa forma, a

⁴⁶ MARTIUS, op. cit., p.187-189.

⁴⁷ “Suicidio”. *Correio Mercantil*, n. 49, 18 de fevereiro de 1860, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/17256>. Acesso em: 11 jun. 2015.

⁴⁸ Sancionada pelo regente Diogo Antonio Feijó, a lei declarava “livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos”. Cf. **Collecção das decisões do governo do imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. p. 181. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_49.pdf. Acesso em 02 ago. 2015.

⁴⁹ **Collecção das decisões do governo do imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850. p. 262. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_23.pdf. Acesso em 02 ago. 2015.

⁵⁰ Seção “Anúncios” de 14 de maio de 1855. **Diário do Rio de Janeiro**, n.132, p. 2. Disponível em:

empresa modificava sua política de cobertura dos seguros de vida, que não abrangia mortes que resultassem “de sevicia, suicídio, assassinato, envenenamento, incêndio, desastre ou qualquer coisa que não seja a morte natural”.⁵¹ De maneira semelhante, a *Companhia mutua de seguros de vida dos escravos*, no artigo 22 de seu estatuto, responsabilizava-se “por qualquer gênero de morte, menos a que resultar de sevicias ou suicídio, quando este for originado por ato forçado, castigo bárbaro ou tortura por parte do segurado.”⁵²

No terceiro quartel do século XIX, a problematização das responsabilidades dos senhores nos casos de suicídio de escravos ganha contornos mais evidentes com a adesão declarada de alguns periódicos à causa abolicionista, destacando-se dentre essas publicações a *Revista Ilustrada*, editada pelo jornalista ítalo-brasileiro Angelo Agostini, que circulou entre os anos de 1876 a 1898 com tiragens semanais que chegavam a quatro mil exemplares. Na celebre série *Scenas da escravidão patrocinadas pelo partido da Ordem sob o glorioso e sábio reinado do Senhor D. Pedro II, o grande*⁵³, composta por 12 charges divididas em três tiras de quatro e que ocuparam duas páginas do número 427 da *Revista Ilustrada*, Agostini retratou os males causados pela sociedade escravista e deu destaque ao problema do suicídio entre os escravos. A primeira sequência de charges retratava a violência sofrida pelos cativos nas mãos da polícia e dos senhores, com desenhos de escravos sendo tirados das prisões “amarrados, amordaçados, espancados e metidos em carros, [...] suportando os maus tratos dos secretas da polícia[...].”⁵⁴

A segunda sequência de tiras, centralizada nas páginas da *Revista* e cujos quadros são reproduzidos a seguir, traz algumas representações dos suicídios de escravos que correspondem em larga medida às descrições publicadas nas notícias de suicídio. A primeira cena foi composta pelo desenho de um escravo com as mãos amarradas e que estaria prestes a se atirar entre os vagões de um trem. Abaixo da imagem, descreve-se que “um outro escravo que ia reconduzido a seu senhor conseguiu frustrar a vigilância de seus guardas e precipitou-se entre as rodas do trem, morrendo despedaçado.”

http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/41313. Acesso em: 11 jun. 2015.

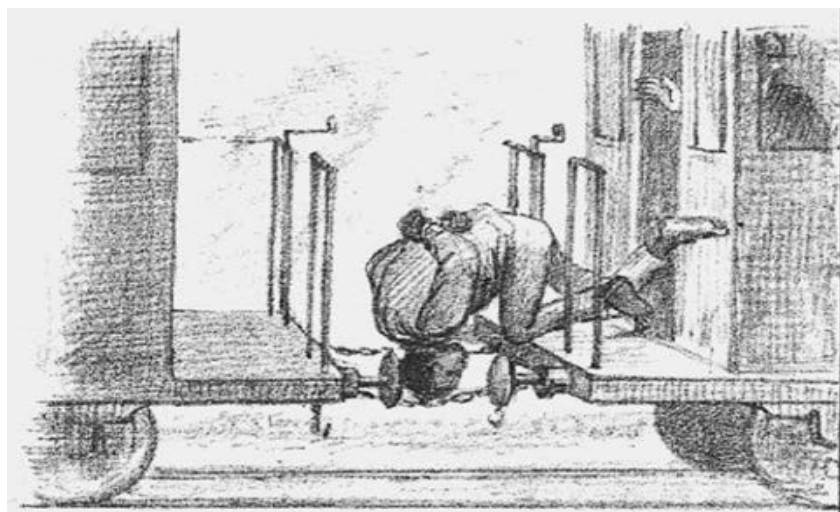
⁵¹ “Estatuto da Previdencia - Companhia de Seguros Contra a Mortalidade dos Escravos”. *Correio Mercantil*, n.21, 22 de janeiro de 1858, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/14282>. Acesso em: 11 jun. 2015.

⁵² Sobre as companhias de seguro de vida dos escravos, ver: PAYAR, A. J. F. *A escravidão entre os seguros: as seguradoras de escravos na província do Rio de Janeiro (1831-1888)*. Dissertação (mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2012.

⁵³ AGOSTINI, A. *Scenas da escravidão patrocinadas pelo partido da Ordem sob o glorioso e sábio reinado do Senhor D. Pedro II, o grande.... Revista Ilustrada*. n.427. Rio de Janeiro, 1886. pp.4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747/3042>. Acesso em: 20 jan. 2016.

⁵⁴ Ibid.

Figura 1 - Angelo Agostini - “Scenas da escravidão patrocinadas pelo partido da Ordem sob o glorioso e sábio reinado do Senhor D. Pedro II, o grande...”⁵⁵



Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

A segunda cena traz a imagem de um escravo que, apesar de ter os pés e mãos amarrados, “bateu com a cabeça de encontro a uma janela do vagão para cortar o pescoço com os estilhaços do vidro, o que conseguiu no meio de horríveis dores.”

Figura 2 - Angelo Agostini - “Scenas da escravidão [...]”⁵⁶



Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Ibid.

Em seguida, Agostini retratou outros dois tipos de suicídio comumente reportados pelos jornais: à esquerda do quadro há um negro enforcado em uma árvore, com uma corda ou “baraço” preso ao pescoço; no centro, temos a representação de um afogamento no trajeto das barcas que ligavam a Corte a Niterói, com a imagem de um negro saltando ao mar; à direita, observa-se um escravo que tentava se afogar em um rio; abaixo do quadro, a informação de que “são inúmeros os casos de suicídio; uns enforcam-se, outros afogam-se em rios.”

Figura 3 - Angelo Agostini - “Scenas da escravidão [...]”.⁵⁷

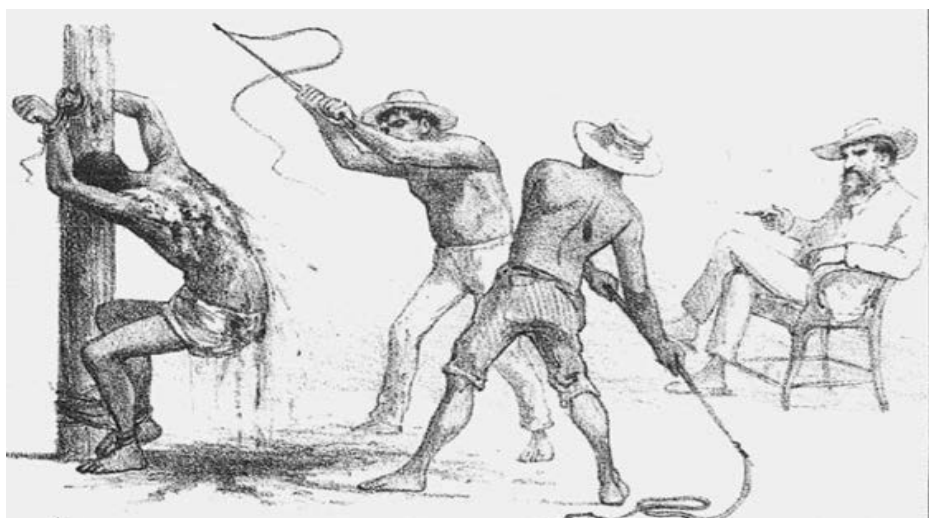


Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

A última cena da série aqui destacada apresenta um escravo sendo chicoteado em um tronco por dois homens, que são observados pelo senhor que está sentado, de pernas cruzadas e com um cigarro na mão direita. Abaixo da imagem, descreve-se que “todos esses desgraçados preferem o mais horrível suicídio à morte lenta e dolorosa por meio do chicote molhado em vinagre e areia, despedaçando-lhes as carnes.”

⁵⁷ Ibid.

Figura 4 - Angelo Agostini - “Scenas da escravidão [...]”.⁵⁸



Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

Inclui-se também o suicídio entre os “factos notáveis” de seis edições⁵⁹ do *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*, mais conhecido como *Almanak Laemmert*⁶⁰, publicação anual em que se registravam os principais estabelecimentos comerciais, hospitais, escolas, cemitérios, dentre outras instituições e estabelecimentos da cidade do Rio de Janeiro, bem como os atos administrativos, o movimento dos portos, as estatísticas populacionais e outros dados referentes à vida na cidade. No Almanak n.31, para o ano de 1874, constavam 40 casos e 62 tentativas de suicídio, provocados pelos seguintes fatores: “embriaguez; desarranjo das faculdades mentais; desgostos domésticos; ditos por enfermidade incurável; atrasos pecuniários; temor de castigo; evitar venda; depois de haver cometido homicídio.” O *Almanak* também relatava os meios mais comumente empregados, tais como “asfixia por submersão no mar, dita em poços, dita por estrangulação do pescoço, arma de fogo, ferimentos, propinação de veneno, queda de janela de sobrado”, além de descrever a presença de 32 “cadáveres arrojados às praias” e de 19 corpos “encontrados nas vias públicas” da cidade.⁶¹

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ Mais especificamente nos suplementos das edições n. 24 (1867), 27 (1870), 28 (1871), 31 (1874), 32 (1875) e 33 (1876).

⁶⁰ “Ainda que não tenha sido a primeira de tais publicações - guias semelhantes da cidade haviam existido desde o final do século anterior - esse Almanak Laemmert em breve superou todos os concorrentes, sobretudo por ser muito mais completo. Após uns poucos anos, foi ampliado de forma a abranger informações sobre todo o império, até que, em 1875, cada edição anual estendia-se a cerca de 1700 páginas.” HALLEWELL, op., cit., p.234.

⁶¹ LAEMMERT, E. von. *Almanak Administrativo, mercantil e industrial da corte e provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1874*. n.31. Supplimento. Factos notaveis. Rio de janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert. 1874. p.75. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/37245>. Acesso em: 15 fev.

No que diz respeito às notícias de suicídio de homens livres, é possível notar que os jornais apresentavam relatos mais detalhados de tais casos que, casualmente, publicavam as cartas legadas pelos suicidas junto às roupas ou nas habitações e que costumavam descrever os motivos e desejos últimos destes indivíduos. Quando não, as notícias registravam os pareceres das autoridades e o testemunho de pessoas próximas para explicar o fato. Assim como nas notícias referentes a escravos, também aí ocorria a ideia do suicídio como ato de loucura, ressaltando-se a diferença de que os homens livres enlouqueciam, na maior parte dos casos, devido aos infortúnios domésticos e financeiros. Note-se, por exemplo, a história do senhor Manoel de Oliveira Coelho, guarda da alfândega, morador das Laranjeiras, que “dava sinais de alienação mental” devido aos “revezes que sofrera em sua fortuna”. Publicada na parte não oficial do *Correio Oficial*⁶² de 27 de janeiro de 1840, a notícia informa que o guarda se queixava com frequência da necessidade de manter onze filhos e, comparando “sua penúria atual com a abundância de que em outro tempo gozara”, adquiriu um “caráter sombrio” que lhe alterava a inteligência.⁶³

Assim, sem outros motivos conhecidos, consta que o guarda “depois de se fechar algum tempo no quarto, contra seu uso habitual, saiu dele arrebatadamente com uma pistola carregada para assassinar sua mulher, que nesse mesmo dia tinha tido um parto. Parece que esta última circunstância de alguma sorte contribuiu para agravar o seu estado mental.” Manuel foi desarmado pelo filho mais velho, que fugiu. No entanto, servindo-se de uma navalha, “arrojou-se sobre a mulher, a quem feriu gravemente no pescoço, e a teria logo morto, se esta, recobrando forças pela presença do perigo, depois de longos esforços, não conseguisse tirar-lhe a arma das mãos.” Conforme a notícia, Manuel também atacou sua filha e, em seguida, se suicidou ferindo-se no pescoço e no antebraço. O guarda foi o único a falecer neste episódio, em que se destaca, para além da tópica da loucura, a assistência oferecida às vítimas. De acordo com o jornal, a “Mesa da Santa Casa de Misericórdia resolvera abrir uma subscrição, [...] em benefício desta infeliz família, que tantos títulos tem ao dó e caridade pública. Uma das meninas foi admitida ao recolhimento, e o Sr. provedor tomou a si o encargo de um dos filhos”. Além disso, o jornal conclamava a população Fluminense, “cuja humanidade e sentimentos filantrópicos se tem manifestado em tantas circunstancias, [...] a vir ao socorro dos desgraçados órfãos e da

2015.

⁶² Periódico editado por Thomaz B. Hunt e que circulou entre 1833 e 1841 - era dedicado à publicação dos atos do governo.

⁶³ Seção “Parte não oficial” de 27 de janeiro de 1840. **Correio Oficial**. Rio de Janeiro: Thomaz B. Hunt e Comp., v. 1, n. 20, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749443/7761>. Acesso em: 19 jun. 2015.

desventurada mãe”.⁶⁴

O *Diário do Rio de Janeiro* de 18 de setembro de 1838 também dá notícia de um “caixeiro da loja de fazenda da rua dos Ourives, esquina da rua do Hospício”, que se jogou de uma janela da casa de seu amo, localizada na mesma rua. Consta que este sujeito, que não foi identificado, “caio de cabeça para baixo e espirou logo” e que tinha se envenenado na véspera, mas foi acudido a tempo pelos médicos. No entanto, na manhã seguinte, o caixeiro teria aproveitado “um momento de descuido, e consumou os planos de sua mente alienada; sim, alienada: só a loucura pode produzir resultados tão tristes. Dizem que isto fora efeito de uma paixão criminosa; não sabemos se é exato”.⁶⁵ Na edição de quinta-feira, em 20 de setembro de 1838, o jornal achou por bem publicar “Uma explicação” sobre o caráter deste moço “dotado das melhores qualidades, e por consequência incapaz de manchar-se com ações indignas e tanto ele, quanto as pessoas, com quem se relacionava eram todas da maior probidade”.⁶⁶ Em geral, as notícias de suicídio costumavam apresentar juízos sobre o caráter dos suicidas, e nos casos que envolveram homens livres não era incomum descrever os traços positivos da vida e do caráter desses indivíduos.

Nesse sentido, noticiou-se o suicídio do jovem João Manuel Vasconcellos Ribeiro, “pessoa em que se não reconhecia defeitos” e que se matou por ter emprestado dinheiro a um conhecido, que fugiu após receber o dinheiro, e não ter tido condições de arcar com o prejuízo⁶⁷; e o suicídio do Sr. Ignacio da Silva Amaral, “Brasileiro, com 33 anos de idade, casado, de boa família, bem quisto, educado, e inteligente, morador na rua da Lampadosa, n. 90, onde tinha seu escritório, e dava dinheiro a prêmio”. Seu cadáver foi achado no lugar onde “principiam os canos da Carioca”, e consta que teria se matado devido aos “comprometimentos sobre seus negócios”.⁶⁸ Desse mesmo modo também se suicidou o sr. Antonio José Machado Corrêa, “estabelecido com loja de fazenda na rua da Quitanda [...], cuja vida parecia tão tranquila e regulada, pela sobriedade e recato com que passava, pelo seu exterior sempre alegre, e pela estima e confiança que geralmente gozava.” Consta que este senhor “sucumbiu ao peso do vexame e remorso que lhe causava uma dívida que subira a cerca de 60 contos, e que contraiu para com vários de seus amigos, tendo consumido toda essa soma no jogo das loterias, de cuja

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Seção “Rio de Janeiro” de 18 de setembro de 1838. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 208, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/20942. Acesso em: 22 jun. 2015.

⁶⁶ Seção “Rio de Janeiro” de 20 de setembro de 1838. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 210, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/20949. Acesso em: 22 jun. 2015.

⁶⁷ Seção “Repatrição da policia” de 14 de janeiro de 1846. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 7111, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/29465. Acesso em: 18 jun. 2015.

⁶⁸ Seção “Parte Oficial” de 14 de janeiro de 1849. *Correio Mercantil*, n. 12, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/1499>. Acesso em: 28 jun. 2015.

extração era um dos principais corretores.”⁶⁹

E ainda o suicídio de um veterano da independência -- ocorrido na cidade de Salvador e relatado por Machado de Assis numa crônica no *Diário do Rio de Janeiro* de 17 de julho de 1864 --, sujeito que “não tinha vício algum nem praticara nunca nenhuma ação infamante.”⁷⁰ Machado de Assis afirmava que a miséria e o descaso dos governantes com os heróis das lutas passadas, indivíduos que “à custa do seu sangue, fizeram da nossa hora uma hora de liberdade”, foram as causas deste ato desesperado; segundo consta, o veterano tinha 71 anos de idade e havia sido combatente em Pirajá, Brotas, Armações e Itapuã, participando das lutas pela “independência da Bahia”, iniciadas em 1821 - ano em que o então jovem combatente foi recrutado - e com desfecho em 2 de julho de 1823.⁷¹ Machado transcreveu o bilhete fúnebre deixado pelo veterano que, às vésperas do 2 de julho de 1864, havia decidido se matar “por não poder suportar mais os horrores da miséria no seu maior auge” e para “despertar o longo sono da indiferença, ou antes egoísmo dos grandes que governam o país e torna-os um pouco propensos em beneficiar os muitos dos meus companheiros de armas, que também se acham nas horrorosas circunstâncias com que tenho lutado.”⁷²

As notícias, como se vê, revelavam alguma surpresa com as ocorrências, no início dos textos lamentavam a morte destes indivíduos e destacavam os aspectos positivos da vida e do caráter dos mortos; em seguida, relatavam os motivos que concorreram para o suicídio. Nos casos em questão, os suicídios ocorreram por problemas financeiros e dívidas, sobretudo dívidas de jogo, fato referenciado pela ideia corrente de que certos vícios, em especial o abuso do álcool e as apostas nas loterias e casas de jogo, contribuía para a incidência de autoextermínio. No entanto, antes de adentrar essas outras tópicas que, como se tentará demonstrar, indicam causas sociais para a incidência dos suicídios, será lembrado um caso que, de certo modo, sintetiza a relação entre suicídio e loucura aqui referida: o suicídio do escritor Raul Pompéia.

A morte de Raul Pompéia ocorreu no natal de 1895 e gerou diversas manifestações na imprensa do período, destacando-se a crônica publicada por Machado de Assis na *Gazeta de notícias*⁷³ de 29 de dezembro de 1895. O Bruxo do Cosme Velho lamentava a morte deste jovem

⁶⁹ Seção “Chronica Diaria” de 21 de outubro de 1855. *Diário do Rio de Janeiro*, n. B00016, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/41942. Acesso em: 22 jun. 2015.

⁷⁰ ASSIS, J. M. M. Seção “Folhetim - Ao Acaso” de 17 de junho de 1864. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 196, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/18776. Acesso em: 12 mai. 2015.

⁷¹ Sobre o 2 de julho, ver: REIS, João José e SILVA, Eduardo. O jogo duro do 2 de Julho. In: _____. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1979, p. 78-89.

⁷² ASSIS, op. cit.

⁷³ ASSIS, J. M. M. A semana. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, n. 363, 29 de dezembro de 1895, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/13333. Acesso em: 18 jul. 2015.

e talentoso escritor, “a quem não faltavam aplausos nem justiça aos seus notáveis méritos [...] e que deixou a vida inesperadamente, aos trinta e dois anos de idade.” Além disso, ressaltava o conteúdo político deste suicídio, afirmando que Pompéia seguiu a vida pública não por vínculos partidários, “mas por força de uma situação. Como a situação ia com o sentimento e o temperamento do homem, achou-se ele partidário exaltado e sincero, com as ilusões todas - das quais se deve perder a metade para fazer a viagem mais leve.” Machado de Assis também reflete sobre o suicídio, “este velho tema” que “renasce sempre que um homem dá cabo de si, mas é logo enterrado com ele, para renascer com outro. Velha questão, velha dúvida. Não tornou agora à tela, porque o ato de Raul Pompéia incutiu em todos uma extraordinária sensação de assombro.”⁷⁴ Segundo informam os jornais de então, antes de se matar, o intelectual escreveu em um bilhete destinado “À Notícia e ao Brasil”, onde declarou: “sou um homem de honra.”⁷⁵

O suicídio de Pompéia traz alguns significados construídos ao longo do século XIX a respeito da morte voluntária. Inicialmente, a última preocupação do escritor foi dizer ao Brasil que era um homem honrado, isto é, que viveu em conformidade com os valores morais da sociedade, fato que foi exaustivamente reafirmado nos diversos comentários publicados, pós-morte, sobre seu caráter. Em um artigo⁷⁶ do jornal *O Paiz*, questionavam-se os motivos que teriam levado o escritor ao ato derradeiro, e entre as hipóteses levantadas constava o fato de Pompéia ter sido demitido do cargo de diretor da Biblioteca Nacional após ter proferido um discurso no velório do Presidente Floriano Peixoto, discurso esse que foi tomado como ofensivo ao então chefe de Estado, Prudente de Moraes. No artigo em questão, ressaltava-se o caráter nacionalista e patriótico da vida e da obra de Raul Pompéia e questionava-se a ideia de que esta demissão teria sido determinante para que, no dia de Natal, “n'um momento de decisão alucinatória”, o escritor atingisse “o coração com uma bala”.⁷⁷

Além da menção ao que seria uma “decisão alucinatória”, foi afirmado em outro jornal que as pessoas próximas ao escritor identificavam nele “uma vibratibilidade nervosa excessiva [...]. A sua retina intelectual era de uma impressionabilidade exagerada, e desta visão em que se retratarão as cousas e factos, [...] ele se concentrava inteiramente, deixando-se absorver e aniquilar por completo.”⁷⁸ Assim, traçava-se o perfil de um indivíduo perturbado e com nervos

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ “Raul Pompéia”. *A notícia*, Rio de Janeiro, n. 322, 26 de dezembro de 1895, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/1015>. Acesso em: 18 jul. 2015.

⁷⁶ “Raul Pompéia”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 4103, 26 de dezembro de 1895, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/14530. Acesso em: 18 jul. 2015.

⁷⁷ Seção “Semana Literária”. *A notícia*, Rio de Janeiro, n. 2, 03 de janeiro de 1896, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/1039>. Acesso em: 18 jul. 2015.

⁷⁸ “Raul Pompeia”. *Jornal do Commercio*, 26 de dezembro de 1895, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/19748. Acesso em: 18 jul. 2015.

exaltados. Cabe lembrar que alguns meses antes do suicídio, o escritor foi duramente criticado por Luiz Murat no *Commercio de São Paulo* em um artigo intitulado *Um louco no cemitério*⁷⁹, devido ao conteúdo do discurso que Pompéia proferiu na ocasião da morte de Floriano Peixoto. De acordo com os biógrafos do escritor, acredita-se que algumas questões levantadas neste texto, como o fato de Pompéia ter se “acovardado” diante da possibilidade de um duelo contra Olavo Bilac, provocaram uma pronta reação do escritor que, não tendo conseguido publicar sua resposta, teria decidido se matar.⁸⁰

Para além destes pormenores, é interessante notar que 10 anos antes de seu suicídio Pompéia publicou na *Gazeta da Tarde* de 15 de dezembro de 1885 um artigo intitulado *Imprensa e Suicídios*, texto em que criticava as notícias de suicídio publicadas pela imprensa fluminense.⁸¹ De acordo com o escritor, “um lamentável incidente divulgado nos noticiários da imprensa fluminense trouxe à discussão a sempre debatida tese do suicídio. Lavra entre nós a mania do suicídio! Alarma! Procura-se o micróbio, onde está o gato? Qual o veículo propagador da peste?” Numa clara alusão à linguagem medicalizada e, por vezes, alarmista da imprensa, Pompéia criticou as ocorrências de suicídio publicadas nos jornais e apontou três causas para estes fatos: “[...] o revolver, a corda, o instrumento em suma, causa imediata; a notícia, causa mediata; a corrupção social, causa mediata remota”. Em outras palavras, o escritor descrevia um processo de mediação entre o fato e a reportagem: “porque o suicídio vem depois da notícia, a notícia provocou o suicídio? Não senhores! É preciso estudar profundamente o estímulo ocasional dos factos. A notícia do suicídio influíra poderosamente sobre o maníaco que possuía já a predisposição para receber essa influência.”⁸²

No que diz respeito à corrupção social, “causa mediata remota”, Pompéia descreveu o sucesso deste tipo de notícia - igualando os casos de suicídios aos roubos, assassinatos, “escândalos da prostituição e da bebedeira” e outros “fatos diversos” narrados pela crônica diária - entre o público leitor fluminense, que “devorava nas gazetilhas todo esse movimento das ruas; esses encontros com a vergonha e com a miséria”, fato que, também de maneira mediata, contribuía para a corrupção dos costumes na medida em que habituava os leitores “ao espetáculo da sociedade tal qual ela é, não aos olhos de todos os que vivem no recato da família

⁷⁹ MURAT, Luiz. Um louco no cemitério. Seção “Opiniões” de 16 de outubro de 1895. *O Commercio de S. Paulo*, n.784, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/227900/3180>. Acesso em: 18 jul. 2015.

⁸⁰ MISKOLCI, R. BALIEIRO, F. de F. O drama público de Raul Pompeia. Sexualidade e política no Brasil finissecular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 75, p.73-88, fev./2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000100004. Acesso em: 11 mar. 2015.

⁸¹ POMPEIA, Raul. Imprensa e suicídios. Uma secção. *Gazeta da tarde*, n. 288, 15 de dezembro de 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226688/5575>. Acesso em: 18 jul. 2015.

⁸² Ibid.

ou da profissão absorvente, que consome as atenções do indivíduo, mas, tal qual se apresenta à vista de lince do repórter, do esgravata-boatos, fonte subsidiária das crônicas.”⁸³

Pompéia não foi o único a observar o papel da imprensa como fonte de inspiração e ou imitação para outros suicidas em potencial, ideia que também aparece em alguns textos publicados a partir do terceiro quartel do século XIX. Dentre os textos, destaca-se a repercussão de uma Circular emitida pela Academia Imperial de Medicina que pedia aos redatores dos jornais então em circulação que cessassem a divulgação dos casos de suicídio. De acordo com ata da reunião de transcrita na edição de 22 de novembro de 1885 do *Jornal do Commercio*⁸⁴, o acadêmico Cesar Diogo sugeriu que a Academia contatasse as redações dos jornais para fazer cessar as notícias de suicídio, haja vista a repetição dos casos, dos meios empregados, dos locais escolhidos, entre outros indícios de que as notícias, ainda que pela força do exemplo, incentivavam novas ocorrências. A sugestão foi acatada pelo Dr. Souza Lima, presidente da AIM, e a referida circular desencadeou duas publicações na Revista *O mequetrefe*.⁸⁵ A primeira menção à Circular, publicada em 30 de novembro de 1885, consta na coluna transcrita a seguir, assinada pelo pseudônimo “Flik-Flok.”⁸⁶

Recrudesce a mania do suicídio. Raro é o dia em que os jornais não tragam notícia de haver Fulano disparado um tiro no ouvido, Beltrano se enforcado ou Sicrano ingerido algum veneno. No meu fraco entender, a imprensa graúda concorre para esse estado de coisas, publicando tais notícias. Que perderiam os colegas se se abstivessem de assoalhar essas desgraças? [...]. Segundo estamos informados, o presidente da Academia de Medicina dirigiu-se, por circular, a toda a imprensa diária, pedindo que cessem as notícias dos suicídios. Não sabemos que resposta obteve o Sr. Dr. Souza Lima; a sua iniciativa nos parece humanitária e digna de ser levada em consideração. Por isso mesmo é provável que a imprensa faça ouvidos de mercador[...].⁸⁷

Na edição de 20 de dezembro de 1885, o mesmo jornal, com o tom humorístico que lhe era peculiar, publicou uma charge de meia página que trazia o seguinte *aviso aos desgostosos da vida*: “o meio de um suicida quebrar a proa da Academia de Medicina e lograr ter o nome

⁸³ Ibid.

⁸⁴ Sessão da Academia Imperial de Medicina de 17 de novembro de 1885. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 325, 22 de novembro de 1885. p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/14155. Acesso em: 25 ago. 2015.

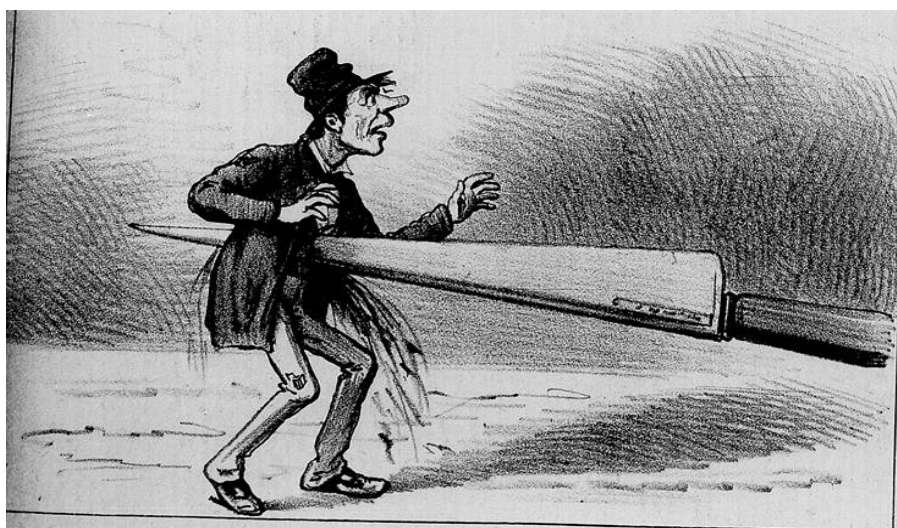
⁸⁵ Periódico editado por Angelo Agostini, circulou entre 1875 e 1893 e contou com a colaboração de outros intelectuais do período, como Olavo Bilac e Arthur Azevedo. Cf. CARDOSO, R. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, P. MALTA, M. OLIVEIRA, C. VELLOSO, P. (org.) **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011. p.37

⁸⁶ Nada conseguimos apurar sobre este colunista que assinou variadas colunas durante os anos em que o periódico circulou.

⁸⁷ Os suicídios. *O mequetrefe*. n.393. Rio de Janeiro, 1885. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709670/2536>. Acesso em: 25 ago. 2015.

em letra de forma: enfiar-se pela faca do primeiro nagô que encontrar. É tão fácil! ” Assim, a partir da assertiva de que a imprensa favorecia a reincidência dos casos - na medida em que conferia publicidade ao suicídio - e considerando-se o sucesso das notícias de suicídio entre os leitores, conforme apontado por Raul Pompéia, cabe destacar que os periódicos também publicaram outras reflexões sobre a morte voluntária que consideravam a racionalidade da ação suicida e apontavam suas causas sociais, como os vícios, a falta de educação e, em especial, a irreligiosidade. Ao abordar tais questões, os textos jornalísticos pretendiam prevenir e educar os leitores sobre os riscos do ceticismo, dos abusos alcóolicos, das paixões desregradas, das jogatinas, entre outras práticas apontadas como incitadoras dos suicídios.

Figura 5 - “Um aviso aos desgostosos da vida.”⁸⁸



Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

1.2. A irreligiosidade, os vícios e as paixões.

Que frenesi é esse que tão espantosamente vai lavrando entre nós; e que tão desgraçadamente vai enlutando as páginas da nossa moderna história? [...]. Oh! Quem pode compreender quanto é contraditório o suicídio? Quanto essa palavra encerra de audácia e de delírio, de desesperação e de dor, de crime e de miséria. Ele é proibido pela lei natural, por essa lei gravada no coração de todos os homens, que lhes inspira um secreto horror à destruição, e lhes ordena que se conservem. É igualmente proibido pela lei divina positiva, no 5º preceito do Decálogo: *Não matarás*. Esta lei é a repetição da lei primitiva, e este preceito compreende assim o homicídio dos outros, como o de si mesmo. O de si mesmo é ainda mais grave que o dos outros [...] porque faz duas vítimas, a do corpo e a da alma a um tempo.⁸⁹

⁸⁸ Um aviso aos desgostosos da vida. **O mequetrefe**. n. 393. Rio de Janeiro, 1885. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709670/2537>. Acesso em: 25 ago. 2015.

⁸⁹ BASTOS, R. Moral religiosa. Do suicídio I. In: Seção “Variedades” de 12 de janeiro de 1849. **Diário do Rio de**

Publicado em três partes nas capas das edições de 12, 14 e 18 de janeiro de 1849 do *Diário do Rio de Janeiro*, sob o título *Moral religiosa. Do suicídio*, o texto em destaque apresenta uma ampla reflexão sobre o suicídio, fundamentada, sobretudo, pelos valores morais vigentes na sociedade fluminense do Oitocentos. Inicialmente, afirmava-se que o suicídio era um fato que contrariava as leis da natureza, haja visto a não ocorrência de suicídios entre os animais de quaisquer espécies, e as leis divinas, a partir da compreensão de que a vida humana era obra do criador, não sendo permitido nem aceito, sob risco de punição na vida eterna, que os homens atentassem contra a criação divina. De acordo com o texto, o suicídio implicava três grandes injustiças: “uma para com os outros homens, que aquele que assim deserta da vida, priva dos exemplos e dos serviços que lhes deve; outra para consigo, a quem rouba o maior dos bens[...]; outra para com Deus, dispondo arbitrariamente de um depósito de que só ele tem direito de dispor.” Por fim, apontava “o silêncio dos nossos legisladores sobre esta matéria”, que deveriam considerar a punição dos suicidas como se praticava no passado⁹⁰, ou com o confisco dos bens ou com o açoite do cadáver, de modo que “o espetáculo penal” influísse de forma positiva na imaginação das pessoas, destruindo “a força do exemplo” deixado por aqueles que tiravam a própria vida. De acordo com o autor, costumava-se dizer que os responsáveis pelo suicídio estariam fora do alcance da lei e não se reparava “que muitos deles não o chegariam a ser [suicidas], se receassem o que, depois da sua morte, aconteceria a seus cadáveres, à sua memória, e à sua descendência. ”

Para além da sugestão de uma legislação que coibisse o suicídio, na segunda parte do texto observa-se a descrição de alguns suicídios presentes nas sagradas escrituras do velho testamento como os de Razias, Sansão e Eleazar⁹¹; mencionam-se também os “primeiros cristãos” que se ofereceram ao martírio em nome da afirmação da fé e, comparando-os aos casos de suicídio então em voga, constatava-se que “confundir o suicídio com a exposição ao martírio é querer confundir a mais repugnante atrocidade do crime, com o mais acrisolado heroísmo da virtude.”⁹² De acordo com o texto, as causas dos suicídios de que se tinha notícia à época - e mormente no Brasil - seriam “todas sociais e morais”, isto é, estariam relacionadas

Janeiro, n. 7402. p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/30645. Acesso em: 11 set. 2015.

⁹⁰ Sobre as formas de punição aos suicidas, ver: FOUCAULT, M. Direito de morte e poder sobre a vida. In: **História da sexualidade**, I: a vontade de saber. 23 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

⁹¹ Sobre os casos citados, ver: MINOIS, G. O suicídio no mundo hebraico. In: **História do suicídio**: a sociedade ocidental perante a morte voluntária. Lisboa: Teorema, 1998. p.27.

⁹² BASTOS, R. Moral religiosa. Do suicídio II. In: Seção “Variedades” de 14 de janeiro de 1849. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 7404. p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/30653. Acesso em: 11 set. 2015.

a certos hábitos e comportamentos, em especial a crescente irreligiosidade da população. Na terceira e última parte da reflexão, concluía-se que se os suicidas se persuadissem de que “onde essa vida acaba, outra vida começa; de que os males da primeira são nada, comparados aos da segunda; [...] de certo não desertariam do seu posto; não se rebelariam contra a Providência; não se matariam. ”⁹³

De maneira semelhante, o *Diário do Rio de Janeiro* de 25 de outubro de 1838 reportava que o suicídio “vai tendo grande voga entre nós. No curto espaço de alguns meses temos visto que muitos infelizes se tem dado à morte! [...] é mister que empregemos todos os meios morais que possam vedar um crime tão contrário às leis da natureza[...].”⁹⁴ O autor deste texto, assinado com o pseudônimo *Cincinnati*⁹⁵, argumentou que a recorrência dos suicídios se devia à crescente irreligiosidade da população. “Com a morte, diz o incrédulo, findam-se todos os meus padecimentos, na sepultura tudo se acaba. Ilusão cruel! À morte segue-se a eternidade! - Nós o cremos! [...]”⁹⁶ Em outra notícia, publicada na *Repartição de Polícia* do *Diário do Rio de Janeiro* de 5 de fevereiro de 1849, afirmava-se que o bispo conde de Irajá também havia ponderado a necessidade de “empregar todos os recursos da religião contra as tendências para o suicídio que ultimamente se tem observado” e ordenara aos párocos e demais autoridades eclesiásticas que “por meio da predica, ou por outro qualquer meio suasório” tratassem de combater tais tendências.⁹⁷ Assim, a partir das preocupações com a disseminação do suicídio no Brasil, os jornais também veicularam textos de caráter religioso e moral que veiculavam para a população os argumentos contra essa prática e as medidas que estavam sendo tomadas para enfrentar o problema da morte voluntária.

Além da irreligiosidade, os periódicos fluminenses relacionaram os casos de suicídio aos vícios, como o alcoolismo e a jogatina. No que diz respeito ao vício da embriaguez, destaca-se a publicação proposta na edição de agosto de 1839 da *Revista Médica Fluminense* em um

⁹³ BASTOS, R. Moral religiosa. Do suicídio III. In: Seção “Variedades” de 18 de janeiro de 1849. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 7408. p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/30665. Acesso em: 11 set. 2015.

⁹⁴ Seção “Rio de Janeiro” de 25 de outubro de 1838. **Diário do Rio de Janeiro**, n.240. p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/21061. Acesso em: 18 jul. 2015.

⁹⁵ De acordo com André da Guerra Andrade, *Cincinnati* era o pseudônimo utilizado por José Cristino da Costa Cabral. ANDRADE, André da Guerra. **Dicionário de pseudônimos e iniciais de escritores portugueses**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999. p.313. Segundo Nelson Werneck Sodré, “José Cristino da Costa Cabral foi colaborador do *Diário do Rio do Janeiro*” e, posteriormente, redigiu “seu próprio jornal, o *Semanário do Cincinnati*. Costa Cabral viria a ser, merecidamente, redator do *Correio Oficial* e do *Jornal do Comércio*, este, entre 1838 e 1842, dirigindo o *Correio da Tarde*, a partir de 1855.” SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.137

⁹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, op. cit., 1838.

⁹⁷ Seção “Repartição de polícia” de 5 de fevereiro de 1849. **Diário do Rio de Janeiro**, n.8008. p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/33077. Acesso em: 18 jul. 2015.

artigo traduzido da revista francesa *Annales d'Hygiene publique et de medecine légale*, intitulado *Do abuso das bebidas espirituosas e das molestias dos bebados, considerados em suas relações com a medicina legal*, pelo Dr. Roesch.⁹⁸ O texto descreve, inicialmente, as características morais do homem habituado à bebida: “pusilânime e versátil em seu caráter[...]. Faltando-lhe a aguardente ele se julga em tanta insipidez que desespera de aborrecido, e é deste miserável estado que mais de uma vez se tem visto brotar os suicídios.” Além disso, o autor argumenta que a loucura “em indivíduos dados à bebedice, passa imediatamente ao estado que se chama *delirium tremens*, ou ainda a um estado mania [...]; e é sobre tudo para o suicídio que se inclinam as ações do homem ébrio em demência.” Por fim, o médico francês identifica três tipos de causas para a propagação do vício da embriaguez: a primeira, e mais geral, seria o “gosto que todos os homens experimentam pelo prazer e o desejo de esquecer os desassossegos da vida”; a segunda corresponderia aos “grandes trabalhos braçais em geral” que, em virtude das condições adversas, impeliriam os indivíduos ao vício da embriaguez; finalmente, considerou o que seriam as causas morais deste vício: “a ociosidade, a falta de ocupação, o gosto da dissipação, o caráter versátil; as paixões tanto expansivas quanto deprimentes, a cólera, o despeito e os desgostos domésticos[...].”

Quanto aos jogos de azar e de apostas, vícios que também estariam diretamente relacionados ao fato, destaca-se a crônica publicada por Machado de Assis na edição de 14 de novembro de 1864 do *Diário do Rio de Janeiro*, em que ele descreveu o suicídio de um jovem que, por “seduções e maus conselhos foi tentar a sorte em uma casa de jogo, onde perdeu o seu e o alheio, e da qual saiu para pôr termo aos seus dias.”⁹⁹ Tal vício, segundo Assis, demandava atenção imediata da sociedade fluminense, que precisava “extirpar esse horrível mal das casas de jogo, onde a mocidade e a velhice perderão, noite por noite, todas as forças vivas de que é dotada e toda a dignidade de que está revestida.”¹⁰⁰ Na seção “Aceio e Polícia” do *Correio Mercantil* de 14 de junho de 1848, afirmava-se que “o jogo tem comprometido o futuro de milhares de famílias! O jogo, o mais terrível de todos os vícios, porque sempre traz consigo corolários bem funestos, como sejam o latrocínio, o assassinato e o suicídio.”¹⁰¹ De acordo que este mesmo jornal, havia na cidade do Rio de Janeiro diversas casas para este fim, cujos

⁹⁸ Do abuso das bebidas espirituosas e das moléstias dos bêbados, considerados em suas relações com a medicina legal, pelo Dr. Roesch. In: **Revista Médica Fluminense**, n.5, Rio de Janeiro, agosto de 1839. pp.219-224. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/341622/1628>. Acesso em: 17 jun. 2015.

⁹⁹ ASSIS, J. M. M. de. Ao acaso. Seção “Folhetim” de 14 de novembro de 1864. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 313. p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/19244. Acesso em: 25 jul. 2015.

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ Seção “Publicações a pedido” de 14 de junho de 1848. Aceio e polícia. **Correio Mercantil**, n.160. p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/644>. Acesso em: 30 jul. 2015.

proprietários faziam “desse vício devorador seu meio de vida, reduzindo à miséria muitos moços inexperientes e mesmo pais de família, que depois de terem sacrificado dinheiro, honra e moral são levados à fuga ou ao suicídio, para não acabarem seus dias em uma Penitenciária!”¹⁰² Em outra edição, foi publicada uma carta enviada ao chefe de polícia da província do Rio de Janeiro, em que se descrevia a atividade de um estabelecimento perto da estação, “onde homens, de envolta com mulheres dissolutas passam as noites em escandalosas orgias”, que incentivava longas jogatinas, esse “cancro que em sua ação corrosiva já tem trazido consequências funestas neste lugar, que dentro um pouco, da miséria levará os desgraçados ao suicídio.”¹⁰³

Em 1862 a *Semana Ilustrada*¹⁰⁴ estampou nas edições de número 92 e 93 duas litografias intituladas “Crimes autorizados - o jogo”, que retratavam os problemas acarretados por este vício para a vida social fluminense. Na primeira das figuras, observa-se uma partida de cartas em que o jogador à direita é enganado pelos demais participantes da cena. Atrás da “vítima” há uma mulher que segura um espelho para mostrar as cartas do jogador ao seu adversário. No centro da cena, observa-se a presença de uma taça e uma garrafa de bebida sobre a mesa de jogo. Na parte inferior, nota-se a presença de uma criança que, de acordo com o diálogo, informava ao jogador que sua mãe estava doente e que demandava cuidados. Na cena à direita, é reproduzida a imagem de uma mulher com feições cansadas, amamentando uma criança e rogando à Deus para que seja pai “destas crianças que já não o tem”. As iniciais “H.F” reproduzidas no canto inferior direito indicam autoria de Henrique Fleiuss.¹⁰⁵

¹⁰² O jogo. **Correio Mercantil**, n.78, 20 mar. 1857. p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/13073>. Acesso em: 30 jul. 2015.

¹⁰³ Queimados. Carta ao Sr. Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro. **Correio Mercantil**, n. 143, 25 mai. 1865. p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/24817>. Acesso em: 18 jul. 2015.

¹⁰⁴ “Os primeiros números da *Semana Ilustrada* saíram sem data, mas é certo que começou a circular na segunda quinzena de dezembro, parece que a 16. Seu formato era pequeno, com oito páginas, quatro de texto e quatro com ilustrações. Publicava poesias, crônicas, contos - as crônicas sob a responsabilidade do Dr. Semana, figura obrigatória da ilustração da capa, de que se pretendia fazer um tipo, comentando os sucessos da semana com o seu moleque, pequeno escravo que lembrava personagem da peça de Alencar, *O Demônio Familiar*. Pela *Semana Ilustrada* passaram os mais conhecidos escritores e jornalistas da época: Machado de Assis, Quintino Bocaiuva, Pedro Luís, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães, etc.” Cf. SODRÉ, op., cit., p.205.

¹⁰⁵ “Henrique Fleiuss (1823-1882) nasceu em Colônia, Alemanha, e veio paia o Brasil com 35 anos, contratado por Spix e Martius, como desenhista da expedição científica cujo inventário nos custou 60 contos e levou 60 anos para ser publicado. Terminado o contrato, fixou-se no Rio de Janeiro, em 1859, fundando estabelecimento tipolitográfico e, em 1863, a primeira escola de xilogravura que existiu no país. De sua oficina, intitulada Instituto Artístico e, depois batizada de Imperial, saiu, a 16 de dezembro de 1860, a *Semana Ilustrada*. Excelente desenhista e litógrafo, Fleiuss tem mais importância artística do que jornalística.” Cf. SODRÉ, op. cit., p.206.

Figura 6– Henrique Fleiuss - Crimes Autorizados - O Jogo - n.º 1.¹⁰⁶



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

Figura 7 – Henrique Fleiuss - Crimes Autorizados - O Jogo - n.º 2.¹⁰⁷



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹⁰⁶ FLEUISS, H. Crimes Autorizados – o jogo n.1. *Semana Ilustrada*, n.92, 1862. p.731. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951_1862_00092.pdf. Acesso em: 20 ago. 2015.

¹⁰⁷ FLEUISS, H. Crimes Autorizados – o jogo n.2. *Semana Ilustrada*, n.93, 1862. p.739. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951_1862_00093.pdf. Acesso em: 20 ago. 2015.

Na imagem número 2, o jogador aparece caído em uma encosta com uma arma de fogo em punho e, ao seu lado, seus filhos aparecem sendo carregados pela morte. De acordo com a descrição “depois de consumir o patrimônio de seus filhos, [...] o miserável jogador termina pelo suicídio uma vida de devassidão. A esposa infeliz, fascinada pelo desespero, segue-lhe o fatal exemplo. Os filhos abandonados são recolhidos pela morte e votados à miséria e talvez ao crime.”¹⁰⁸

Por fim, na edição de número 728, destaca-se a litografia de um “suicídio” que teria resultado da ingestão de bebidas alcoólicas. Na imagem abaixo, observam-se os traços de um homem idoso, com uma caneca na mão esquerda e uma clara expressão de dor. A descrição da imagem traz à tona o caráter bem-humorado desta publicação, que informa que o senhor “Antonio da venda está gravemente enfermo. - De que meu Deus!? - Bebeu um copo da cerveja que ele fabrica.”¹⁰⁹. Este tom também se verificou em outras revistas ilustradas ao abordar o tema da morte voluntária.

Figura 8- Suicídio. ¹¹⁰



SUICIDIO

—Então dizem que o Antonio da venda está gravemente enfermo.
—De que meu Deus!?
—Bebeu um copo da cerveja que elle fabrica.

Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Suicídio. **Semana Ilustrada**, n.728, 1873. p.4. p.5820. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702951/5821>. Acesso em: 20 ago. 2015.

¹¹⁰ Suicídio. **Semana Ilustrada**, n.728, 1873. p. 5820. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702951&PagFis=5821>. Acesso em: 20/08/2015.

A *Revista Ilustrada*, na edição n.225 de 1880, ao dar notícia dos suicídios do Dr. Pientznauer e do comerciante Manoel Antonio Ferreira Martins - que teriam se matado devido a iminente ordem de despejo das respectivas residências por não terem cumprido com os compromissos assumidos junto aos proprietários de seus respectivos imóveis -, informava que os falecidos se “mudaram deste mundo onde os aluguéis das casas são muito caros;[...] em busca de um proprietário mais amável.” Em seguida, questionava-se: “Encontraram eles essa vara avis? ou por lá também haverá meirinhos? papel selado e mandados de despejos? - esses três inimigos do homem, que se encerram no credor!”¹¹¹ Na edição de número 200, a revista publicou uma *Pequena Chronica* que afirmava que o suicídio “nem sempre é coisa séria” e, ao considerar os diferentes meios empregados pelos indivíduos para alcançarem este fim, apontava que o mais falível seria o “mergulho no reino de netuno [...]. E o infeliz que se atira desta para melhor, por via húmida, quando pensa ter mergulhado até o outro mundo, acorda molhado em casa e rodeado da família.” Por fim, aconselhava que “se um dia quiseses te suicidar, leitor querido, vai à praia, em dia claro; corres apenas o perigo de um banho.”¹¹²

Também é interessante notar que nas edições 333, 337, 339, 340 e 343 da *Revista Ilustrada*, referentes aos capítulos 2, 4, 5, 6 e 7 da história em quadrinhos *As aventuras de Zé Caipora*¹¹³, Angelo Agostini fez referência ao suicídio por amor, outra tópica recorrente nas descrições da morte voluntária dentro do período aqui analisado.¹¹⁴ De acordo com a trama¹¹⁵, Zé Caipora estava apaixonado por Memé, filha de um importante barão da cidade, e após arruinar um jantar de família na casa da moça o personagem estava incomodado com a troca de gentilezas entre a filha do barão e um primo, visto por Zé Caipora como potencial concorrente à mão da jovem; ao tentar chamar a atenção de Memé, acabou derramando uma garrafa de vinho sobre o vestido da dama; ao ter seu pedido de desculpas recusado pela donzela, dirigiu-se ao largo do paço, entrou na estação das barcas Ferry e tomou uma barca com o objetivo de pôr termo a seus dias. Na embarcação, Zé começou a refletir sobre seu suicídio, escreveu um bilhete de despedida, mas recuou ao considerar que os jornais tratariam a ação como resultado da alienação mental,

¹¹¹ *Chronicas fluminenses. Revista Ilustrada*, n.225. Rio de Janeiro, 1880. p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747/1590>. Acesso em: 20 ago. 2015.

¹¹² *Pequena Chronica. Revista Ilustrada*, n.200. Rio de Janeiro, 1880. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747/1419>. Acesso em: 20 ago. 2015.

¹¹³ “‘Zé Caipora’ figurou nas páginas centrais da ‘Revista Ilustrada’ entre 1883 e 1888 e seu conteúdo tecia críticas à política e à sociedade e ironizava os costumes, sobretudo os da Corte no último quartel do século XIX.” Cf. HOLLANDA, C. Angelo Agostini e seu “Zé Caipora” entre a Corte e a República. In: **História, imagem e narrativas**. n. 3, ano 2, setembro/2006. p.111.

¹¹⁴ Outra tópica recorrente na literatura do período, os suicídios por amor serão analisados no terceiro capítulo da dissertação, intitulado “Imagens do suicídio na literatura brasileira do Oitocentos”.

¹¹⁵ As mencionadas edições de *As aventuras de Zé Caipora* foram reproduzidas no apêndice desta dissertação, página 114.

que seu cadáver ficaria inchado com a água do mar e exposto ao reconhecimento no necrotério e, finalmente, que estando morto sua amada estaria livre para se casar com o primo.

Figura 9 – Angelo Agostini – “Onde Zé reconhece a conveniência de refletir em tempo.”¹¹⁶



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

Diante disso, Zé arquitetou um plano para chamar a atenção da moça, que consistia basicamente em simular uma tentativa de suicídio, ou, nas palavras de Agostini, “encontrar um meio de se suicidar sem morrer”; para tal, o personagem tomou um banho em uma fonte na praia de Botafogo, se atirou nas areias da praia e começou a gritar por socorro, sendo socorrido por dois homens que passavam pelo local e que o levaram para a casa do barão. Assim, para além da criatividade de seu “suicídio-ducha” e do tom bem-humorado das publicações desta e das *Revistas ilustradas* em geral, destaca-se na trama em questão a presença cada vez mais expressiva de imagens associadas aos escritos jornalísticos. Este fato já se verificava desde a impressão régia, com a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), mas se consolidou no mercado editorial brasileiro no período denominado pela historiografia especializada como *Segundo Reinado*¹¹⁷ - com a multiplicação e o sucesso de periódicos que noticiavam os acontecimentos da cidade e veiculavam representações visuais desses acontecimentos, seguidos por ilustrações

¹¹⁶ AGOSTINI, A. Onde Zé reconhece a conveniência de refletir em tempo. In: As aventuras de Zé Caipora. *Revista Ilustrada*. n.340. Rio de Janeiro, 1883. p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747/2422>. Acesso em: 15 set. 2015.

¹¹⁷ Sobre o papel das revistas ilustradas no mercado editorial brasileiro, ver: KNAUSS, P. et al. (Org.) *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011.

de moda, retratos e costumes, e com o predomínio das denominadas “revistas satíricas”¹¹⁸, publicações especializadas na crítica de costumes que utilizavam o riso e as imagens com o propósito moral de corrigir os vícios da sociedade fluminense, conforme manifesto na expressão latina estampada nas capas da *Semana Ilustrada*: “Ridendo catigat Moraes”, algo como ‘Rindo, corrigem-se os costumes.’¹¹⁹

Nesse sentido, considerando-se as variadas formas de descrição da morte voluntária veiculadas pela imprensa fluminense no recorte temporal aqui estabelecido – definida ora como ato de loucura, ora como ação racional resultante dos vícios, da irreligiosidade, da corrupções dos costumes, entre outros motivos – e as diferenças quanto ao formato e ao conteúdo das notícias – publicadas em notas, crônicas, representações visuais, textos médicos, jurídicos e demais manifestações –, ressalta-se o fundamento moral comum das reflexões e o objetivo geral de combater o avanço do suicídio em terras brasileiras por meio da conscientização da população sobre os males físicos e espirituais implicados nesta prática. Por outro lado, consideram-se os argumentos sobre a influência das notícias para a repetição dos casos e o que foi caracterizado como um papel ambíguo da imprensa que, ao mesmo tempo que argumentava contra a prática, alimentava a demanda do público leitor sobre esse tipo de fato e dava a publicidade e atenção que os “infelizes” suicidas buscavam.

Mas a morte voluntária não frequentou somente as notícias, crônicas e caricaturas dos jornais; ao contrário, ao longo do Oitocentos, outros discursos dela se ocuparam. Analisaremos um deles no próximo capítulo, o discurso médico, constantemente mencionado na imprensa e emitido por uma categoria, a dos médicos, com presença social cada vez mais expressiva, quando o que estava em jogo era avaliar as causas e estabelecer os meios de combater o flagelo do suicídio. Em outras palavras, no capítulo que segue serão apresentadas a análise e propostas de prevenção do suicídio descritas nas teses médicas da Faculdade de Medicina, instituição fundada em 1832¹²⁰ que, em íntima relação com a Academia Imperial de Medicina, atuou no sentido de fiscalizar, higienizar e moralizar os hábitos e costumes da sociedade fluminense, expurgando do cotidiano local aqueles hábitos considerados danosos e insalubres para a vida civilizada da corte.

¹¹⁸ CARDOSO, R. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: Ibid., p.17-40.

¹¹⁹ NERY, L. Os sentidos do humor: Henrique Fleiuss e as possibilidades de uma sátira bem-comportada. In: Ibid., p.173-187.

¹²⁰ Pedro Nava afirma que o decreto de 03 de outubro de 1832 inaugura uma nova era na história da medicina brasileira, “em que entrava em declínio a autoridade lusitana e despedia seus primeiros clarões o influxo avassalador, irresistível e dominante do gênio francês”. Cf.: NAVA, P. **Território de Epidauro**. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003. p. 44.

CAPÍTULO 2 - O SUICÍDIO NAS TESES E TRATADOS MÉDICOS FLUMINENSES DO OITOCENTOS

2.1. A morte voluntária sob a ótica da Medicina Tropical

Doenças nervosas — As doenças têm uma fisionomia especial, e suas evoluções são mais marcadas entre os negros do que entre os brancos. As afecções da medula espinhal são muito frequentes entre os negros, assim como aquelas do cérebro e das suas membranas. Alguns autores, o sr. Thévenot entre eles, pretenderam que a inflamação das membranas do cérebro, a loucura e a hipocondria eram raras entre os negros. Eu estou longe de compartilhar esta opinião, por causa de um grande número de fatos que pude recolher em confirmação do contrário. [...]. Os que avançaram a hipótese de que a loucura era rara entre os negros, disseram que o idiotismo era a única parte a lhes caber; observa-se, porém, ao mesmo tempo, que os relatórios dos hospitais da Misericórdia do Rio de Janeiro e da Bahia, nos quais são trancafiados os loucos furiosos, dão provas do contrário. O suicídio é muito comum entre os negros das nações Mina e Congo; se entre os primeiros ele é obra de forte resolução, resultam, entre os últimos, de um completo desarranjo das faculdades mentais, caracterizado por uma mania aguda. O excesso de libertinagem, o abuso da aguardente da cana, a masturbação, o verme solitário provocam convulsões que logo se revestem da forma epiléptica; e se inicialmente os centros nervosos não são alterados a lesão se desenvolve progressivamente.¹²¹

O excerto acima, extraído da obra *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império*, publicado por José Francisco Xavier Sigaud - “o médico do imperador do Brasil”¹²² - em 1844, na cidade de Paris, apresenta algumas observações sobre as “doenças dos negros” e, dentre estas, as “doenças nervosas” que acometiam os escravos, destacando-se inicialmente a ideia de oposição aos autores que, segundo este médico, afirmavam que a loucura e outras “doenças nervosas” eram raras entre os negros e que pretenderam “separar esta raça das inevitáveis condições da humanidade.”¹²³ Antes de adentrar as manifestações patológicas desta natureza que, como se tentará demonstrar, foram relacionadas pelo perito da Medicina Tropical ao problema do suicídio, serão recordadas algumas características do trabalho médico-investigativo empreendido pelo Dr. Sigaud nos tempos em que se estruturavam o programa de estudos e as ações preventivas levadas a cabo pela Academia Imperial de Medicina, instituição da qual Sigaud era um dos expoentes¹²⁴ e que ocupou papel central na formulação de políticas

¹²¹ SIGAUD, J. F. X. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p.120.

¹²² EDLER, F. C. **A medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p.60.

¹²³ SIGAUD, op. cit., p.250.

¹²⁴ Sobre a atuação de Sigaud junto à Academia Imperial de Medicina, ver: FERREIRA, Luiz Otávio. José Francisco Xavier Sigaud: um personagem esquecido, uma obra reveladora. **Hist. cienc. Saúde-Manguinhos**,

públicas de saúde no Brasil até meados do século XIX quando, depois de um surto de febre amarela, foi criada a Junta Central de Higiene Pública.¹²⁵

Nesse sentido, cabe salientar que o tratado em questão está inserido em um amplo programa de estudos empreendidos por médicos europeus¹²⁶ que residiam nos antigos domínios coloniais da América e em outras áreas do globo, cujo objetivo seria o de mapear, em termos clínicos e estatísticos, as patologias ali observadas. Em outras palavras, pode-se dizer que este programa de estudos, ao qual o Dr. Sigaud estava formalmente vinculado, pretendia produzir um saber específico sobre as manifestações patológicas e suas relações com o clima, os hábitos, as condições de higiene da população, entre outros elementos característicos de cada região do globo. Em linhas gerais, sua característica fundamental era a análise das condições ambientais e climatológicas e suas relações com as doenças; daí a ideia de uma Medicina Tropical, interessada, sobretudo, em verificar como o clima quente e úmido dos trópicos influenciava a ocorrência de doenças típicas desta região, as quais demandavam uma terapêutica igualmente específica. Destaca-se também a concepção de que as doenças, ainda que inerentes à “condição humana”, se manifestavam de formas distintas nas diferentes raças, fato que foi amplamente discutido nos mapeamentos e reflexões produzidas no âmbito da Geografia Médica.¹²⁷ Neste tópico, serão analisadas apenas as observações do Dr. Sigaud sobre as “doenças nervosas” e outras patologias relacionadas à incidência de suicídios no Brasil.

Cumprir observar que o tratado em questão foi organizado em quatro partes, sendo a primeira delas dedicada à *Climatologia*, isto é, ao mapeamento dos elementos característicos do clima e do solo brasileiro, tais como a temperatura, a umidade, os ventos, as chuvas e as

Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, Mar/Jun 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000100007>. Acesso em: 12 abr. 2014.

¹²⁵ EDLER, op. cit., p.155. Sobre a atuação da Junta Central de Higiene Pública, ver: DELAMARQUE, E. V. **Junta central de higiene pública: vigilância e polícia sanitária** (antecedentes e principais debates). Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2011. 187 f. Disponível em: http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/dissertacao_elizabete_delamarque.pdf. Acesso em: 22 jun. 2015.

¹²⁶ De acordo com o historiador Flávio Coelho Edler, algumas das observações do Dr. Sigaud foram compiladas e publicadas pelo Dr. Jean Christian Boudin, médico-chefe do hospital de Marselha, no **Traité de Géographie et de Statistique Médicales et de Maladies Endémiques Comprenant la Météorologie et la Géologie Médicales** [...]. Paris: J.-B. Baillière, 1857. EDLER, op. cit., p.60. Grifo nosso.

¹²⁷ “Ao longo do século XIX e a favor da empresa colonialista europeia, a medicina viu multiplicarem-se os estudos sobre os trópicos. Coube à geografia médica a tarefa de reunir uma gama de conhecimentos sobre as doenças e seu tratamento. A elaboração de um mapa nosográfico implicou, então, um programa de pesquisas médicas amplo e preciso. A tarefa foi desempenhada por centenas de médicos que serviram nas estações navais ancoradas nas diversas costas do globo. A geografia médica tinha a preocupação de organizar uma rede de informações médicas, com o propósito de traduzir as muitas definições e tratamentos de doenças para uma linguagem dita científica, que fosse compartilhada por toda a comunidade médica.” Cf. MORAIS, R. H. S. G. A geografia médica e as expedições francesas para o Brasil: uma descrição da estação naval do Brasil e da Prata (1868-1870). In: **Hist. cienc. saude-Manguinhos**. vol.14, no.1. Rio de Janeiro: Jan./Mar. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702007000100003>. Acesso em: 15 fev. 2016.

formações geológicas que caracterizavam esta parte do globo terrestre; a segunda parte, na qual está inserido o excerto em questão, intitulada *Geografia Médica*, foi dedicada à análise da alimentação e da aclimação dos povos ao território brasileiro, às doenças dos índios, dos negros, dos operários das minas de ouro e diamantes e às manifestações endêmicas e epidêmicas das doenças no Brasil. A terceira parte, intitulada *Patologia Intertropical*, trata das febres, das doenças específicas de órgãos como os pulmões, os olhos, a pele, os órgãos do baixo-ventre e geniturinários, o cérebro e a medula espinhal, bem como das doenças nervosas e das mordidas de cobra e envenenamentos. Por fim, a quarta e última parte do tratado foi denominada *Estatística Médica* e apresenta um amplo levantamento realizado pelo médico francês sobre os dados estatísticos da população brasileira, como os índices de longevidade e mortalidade, os estabelecimentos científicos e de caridade existentes, bem como as farmácias, boticas e cemitérios, além de apresentar a legislação sanitária e algumas biografias de médicos, cirurgiões e naturalistas do Brasil. Enfim, trata-se uma das principais compilações realizadas no Brasil do Oitocentos sobre as condições de saúde da população brasileira e seus elementos característicos.

Em meio a tantas informações e descrições, Sigaud salientava que os relatórios do hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro informavam que os suicídios eram muitos comuns entre os negros das nações Mina e Congo e descrevia, além dos fatores comportamentais e fisiológicos relacionados aos casos, duas manifestações distintas dos suicídios entre os escravos: a primeira, caracterizada como “obra de forte resolução”, seria motivada por aspectos da ordem da razão - como descreve mais adiante no tópico intitulado “mortalidade e venenos” - aspectos tais como “o ciúme, os castigos injustos e a nostalgia”, que levavam frequentemente os negros “a se deixarem morrer, resolução que nada pode vencer, que não cede a nenhuma ameaça, a nenhum tipo de promessa de bem-estar futuro, inabalável até a completa execução do suicídio voluntário”; já entre os negros da nação Congo, o suicídio resultaria do “completo desarranjo das faculdades mentais, caracterizado por uma mania aguda”, derivada dos “abusos de aguardente, excessos de libertinagem, masturbação e o verme solitário”, fatos que, nas palavras do médico francês, provocavam convulsões e lesionavam progressivamente os centros nervosos dos indivíduos.¹²⁸

De maneira geral, as descrições dos suicídios de escravos feitas pelo médico francês apontavam questões de ordem social e comportamental, como os castigos excessivos, os abusos de aguardente, além de outros elementos tidos então como determinantes para os casos de morte voluntária. Dentre estes fatores, o médico observou também “a reputação adquirida pelos

¹²⁸ SIGAUD, op. cit., p.120.

negros de serem grandes envenenadores, de conhecerem as plantas venenosas das regiões em que habitam, de saber manipulá-las com arte, e de administrá-las sutilmente e com muita eficácia”, questão que foi analisada de forma mais detalhada no tópico intitulado “Mortalidade e venenos”. Neste tópico, Sigaud descreve que a atuação de “magos e feiticeiros”, em geral “velhas negras” que eram chamadas a medicar e tratar as dores e sofrimentos de escravos adoecidos, também contribuía para o aumento da mortalidade entre os negros, ainda que os comentários feitos à época sobre o trabalho dessas mulheres fossem carregados de “fábula, mentira e exagero.” De acordo com seu relato, “as plantas que as feiticeiras lhes fornecem são mesmo a cicuta e a erva-moura ou estramônio, plantas disseminadas em número no solo vizinho de todas as cidades ou aldeias”, que seriam utilizadas pelos negros tanto para “satisfazer sua vingança ou seu ódio justo ou injusto” contra alguém, quanto para viabilizar os suicídios.

Além dos venenos vegetais, o médico observou a possibilidade de compra de arsênico e de sublimado corrosivo entre os mercadores de ferro e de drogas das cidades, substâncias que “sob pretexto de matar ratos, formigas ou vermes roedores da madeira e de roupas [...], lhes eram entregues sem dificuldades e das quais fazem uso com a mesma astúcia e a mesma perversidade desenvolvidas por criminosos de outras regiões.”¹²⁹ Cabe lembrar que o tema do comércio de venenos também foi objeto de reflexão pelo médico nos tempos em que se publicava o *Diário de Saúde* - periódico que contou com 53 números no ano de 1835 e do qual Sigaud era editor -, mais especificamente num texto intitulado “Da visita das Boticas e a venda pública de remédios e substâncias venenosas”¹³⁰, publicado na edição n.3 do referido diário. Aí o médico já chamava a atenção para a venda indiscriminada de substâncias venenosas em diversos estabelecimentos e clamava pela atuação da câmara, mediante a polícia médica, no sentido de estabelecer uma fiscalização e um controle mais rigoroso do comércio de substâncias venenosas. Além disso, o perito observava que os venenos seriam mais utilizados pelos negros homicidas do que pelos suicidas, que preferiam a força e a sufocação ao emprego de venenos - “todavia, eu vi negros sucumbirem voluntariamente pela mastigação e ingestão de tabaco em folhas”¹³¹, complementava o doutor.

De acordo com o Dr. Sigaud, o suicídio por sufocação remontava aos tempos romanos e, citando os relatos de Galeno e Valério Máximo - “Um escravo bárbaro, diz Galeno, movido por uma grande cólera, resolveu se dar a morte: ele se estendeu por terra, reteve a respiração e ficou

¹²⁹ Ibid., p.126.

¹³⁰ SIGAUD, J. F. X. Da visita das boticas e a venda pública de remédios e substâncias venenosas. *Diário de Saúde*, n.3, 1835. pp.18-20. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702900/18>. Acesso em: 20 ago. 2015.

¹³¹ SIGAUD, op. cit., p.126.

longo tempo imóvel; depois, após algumas agitações convulsivas, ele morreu” -, afirmou ter visto esse tipo de suicídio em três escravos da raça Mina, que “consistia em levantar fortemente a língua para trás, fechando assim a laringe pela compressão da epiglote e produzindo a sufocação em poucos instantes.”¹³² Ainda de acordo com o médico, “um grande número de casos semelhantes foi citado por médicos do país e por cirurgiões que acompanharam os navios negreiros das costas da África ao Brasil” e, dentre esses escritos, destacou o relato do padre cappuccino Antonio Zucchelli¹³³ que, tendo viajado da África ao Brasil em um navio carregado com mais de setecentos escravos, afirmou que o amontoamento dos corpos teria causado a morte de cerca de setenta negros durante a travessia. Devido a isso, “exalava do navio um odor impossível de suportar; alguns daqueles infelizes escravos, para se libertarem dos seus sofrimentos e não serem transportados à América, diz o padre missionário, sufocaram-se engolindo a própria língua e caíram mortos imediatamente.”¹³⁴

Dentre os outros relatos mencionados pelo médico francês, também aparece o já mencionado¹³⁵ texto do acadêmico luso-brasileiro Luís Antônio de Oliveira Mendes, “que no Brasil teve oportunidade de observar mortes lentas, espécies de consumpções produzidas pela inanição e devidas a uma causa moral”, e concluiu suas observações sobre esse tipo de mortalidade entre os escravos brasileiros afirmando que

A tendência às ideias funestas é mais que conhecida entre estes infelizes: os jesuítas lançavam mão da música para distraí-los desta tendência. Os grandes proprietários de engenhos, os que dirigem a escravaria, os plantadores enfim que contam com grande número de escravos, trataram de seguir este exemplo, que buscam fortalecer o melhor que podem com práticas da nossa santa religião.¹³⁶

Para além destes dados, na terceira parte do tratado, intitulada *Patologia Intertropical*, o médico francês voltou novamente suas atenções às *Doenças Nervosas* observadas entre os habitantes do Brasil e, no tópico intitulado *Hipocondria, loucura*, argumentou que apesar das especificidades climáticas a loucura não adquiriu novas formas nos trópicos e se manifestava igualmente entre negros, brancos e índios, sob “as formas conhecidas da melancolia, do delírio agudo, da monomania, da loucura religiosa, etc.”, variando somente em relação à frequência

¹³² Ibid., p.126.

¹³³ Sobre o missionário cappuccino, ver: ZUCCHÈLLI, A. **Enciclopedia on line**, Roma: Istituto dell'Enciclopedia italiana Treccani. Disponível em: <http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-zucchelli/>. Acesso em: 14 jun. 2016.

¹³⁴ SIGAUD, op. cit., p.127.

¹³⁵ Ver capítulo 1, p.25.

¹³⁶ SIGAUD, op. cit., p.127.

com que acometiam os indivíduos; segundo suas observações, a alienação mental atingia os europeus com maior frequência “do que os nacionais nas grandes cidades do litoral” e vários destes estrangeiros acabavam por se suicidar. Além disso, Sigaud apontou que as doenças nervosas mais comuns nas cidades eram “o idiotismo, o delírio dos bêbados, a mania [...] a epilepsia e a tendência ao suicídio” e ponderou que os mesmos tratamentos praticados na Europa para essas moléstias não tiveram grandes êxitos no Brasil, haja vista as piores condições de higiene encontradas na maioria das cidades brasileiras.¹³⁷

Neste tópico, há também uma breve digressão sobre o tratamento oferecido aos alienados na cidade do Rio de Janeiro nos anos que antecederam à publicação do tratado e se ressalta o papel assumido pela Sociedade de Medicina¹³⁸ para execução de uma ampla reforma nas práticas relativas ao tratamento desta enfermidade, que só foi alcançada graças às “enérgicas representações dos médicos, concernentes à terrível condição destes doentes no hospital da Misericórdia e seu abandono nas cidades, no meio da população sadia, sem serem detidos ou submetidos a um tratamento qualquer.” Dentre essas enérgicas representações, Sigaud deu destaque à atuação do médico Luiz Vicente de Simoni¹³⁹ que, “encarregado de cuidar desses infortunados, obstinou-se junto à autoridade durante 15 anos com justas queixas.” Entre os meios empregados para o tratamento dos alienados no hospital Misericórdia estavam as sangrias gerais e locais, os banhos frios e o “emprego repetido de catárticos e revulsivos, e raramente de vesicatórios”, além dos meios morais, como os castigos físicos aos indivíduos que se enfureciam. O médico admite que tais práticas alcançavam sucesso em algumas circunstâncias, no entanto afirmou que “as recaídas, segundo o nosso mesmo observador, eram cada vez mais frequentes, sobretudo entre os que faziam uso de bebidas alcoólicas.”¹⁴⁰

Cumpra observar que os conceitos de mania e monomania, mencionadas constantemente por Sigaud e por outros médicos que discorreram sobre as manifestações da

¹³⁷ Ibid., p.253.

¹³⁸ “A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro foi organizada com o fim de reunir médicos para debater assuntos específicos sobre saúde e doenças humanas, e também para definir o papel desse grupo frente a questões de saúde pública e do exercício da medicina. O objetivo principal que norteou sua criação, em 30 de junho de 1829, foi o de viabilizar o crescimento das diversas áreas da medicina e ampliar a participação desses profissionais junto ao Governo Imperial em questões referentes à higiene e políticas de saúde pública[...]. Pelo decreto da Regência de 8 de maio de 1835, a Sociedade passou a denominar-se Academia Imperial de Medicina.” Cf. **Sociedade de medicina do Rio de Janeiro. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930).** Acesso em: 7 ago. 2015. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedrj.htm>.

¹³⁹ Sobre o este médico, ver capítulo 1, p.21.

¹⁴⁰ SIGAUD, op. cit., p.252.

loucura, fazem referência aos trabalhos de Phillipe Pinel¹⁴¹ e Jean-Étienne Esquirol¹⁴², que compreenderam o problema da alienação mental como uma doença que demandava um tratamento moral, baseado na disciplina, higiene, alimentação adequada e em certos cuidados físicos, como banhos frios, passeios e o silêncio promovido pelo isolamento asilar para a recuperação e reintegração dos alienados. A referência a Esquirol reside, em especial, em duas categorias de análise sobre as patologias do espírito: a lipemania e a monomania. Segundo este autor, tais manias, ao contrário dos casos de demência ou idiotia, não implicam delírio absoluto ou perda completa das faculdades da razão; sua característica fundamental seria um tipo de delírio parcial em que predomina alguma desordem da sensibilidade. Em outras palavras, o delírio parcial não corresponderia à ausência de razão, mas a um tipo de raciocínio múltiplo, desordenado e incoerente. Do mesmo modo, a lipemania é descrita como uma patologia da sensibilidade que leva os enfermos a um comportamento triste e, assim como a monomania seria caracterizada pela remissão constante a um conjunto restrito de objetos.¹⁴³

De acordo com o médico, com as pressões exercidas pelos membros da Sociedade de Medicina associadas à “atividade inteligente” do Conselheiro José Clemente Pereira¹⁴⁴, o imperador Pedro II “consagrou o primeiro aniversário de sua maioridade, em 18 de Julho de 1841¹⁴⁵, fundando um hospício destinado especialmente ao tratamento de alienados”,

¹⁴¹ Phillipe Pinel (1745-1826) foi um dos primeiros autores a classificar a loucura como uma doença, propondo um tratamento médico específico em substituição às punições físicas aos alienados. Segundo Foucault, a medicina “que é praticada por Pinel é relativamente complexa: *trata-se de operar sínteses morais*, assegurar uma continuidade ética entre o mundo da loucura e o da razão, mas praticando uma segregação social que garanta à moral burguesa uma universalidade de fato e que lhe permita impor-se como um direito a todas as formas da alienação”. Para Foucault, Pinel é um dos cânones da “medicina moderna”. Cf. FOUCAULT, M. **História da Loucura**: na Idade clássica. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 538. Grifo nosso.

¹⁴² Jean-Étienne Esquirol (1772-1840) foi médico-chefe do asilo de Charenton e produziu tratados sobre as manias, suas causas e ações terapêuticas. É referência constante nos estudos sobre a loucura desenvolvidos no Brasil oitocentista. Machado não reconhece diferença sensível entre lipemania e monomania, ao passo que afirma haver nos textos de Esquirol o intuito de marcar uma diferença entre elas. Se tomarmos as reflexões produzidas por médicos brasileiros como parâmetro, observamos a preocupação comum em delimitar os diferentes tipos de patologia, ainda que apenas como recurso de autoridade. Cf.: MACHADO, Roberto. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p. 386-392.

¹⁴³ Sobre os conceitos mencionados e sua relação com a medicina brasileira do Oitocentos, ver: ODA, A. M. G. R. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.** São Paulo, v. 11, n. 4, pp. 735-761, dezembro 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n4s0/v11n4s0a03.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2015.

¹⁴⁴ “Nasceu na vila do Castello do Mendo, comarca de Trancoso em Portugal, a 17 de fevereiro de 1787, e faleceu no Rio de Janeiro a 10 de março de 1854, sendo bacharel em direito e em cânones pela universidade de Coimbra; senador do império pela província do Pará; conselheiro de estado; do conselho de sua majestade o Imperador; grande dignitário da ordem da Rosa, dignitário da ordem do Cruzeiro e comendador da de Cristo; membro do Instituto histórico e geográfico brasileiro, da sociedade Auxiliadora da indústria nacional, da sociedade Amante da instrução e do Conservatório dramático.” Cf. BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. v.4. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p.384

¹⁴⁵ De acordo com a nota do revisor da edição brasileira, “Sigaud se refere a um local provisório onde foram alojados os loucos vindos da Santa Casa, pois o Hospício Pedro II somente seria inaugurado em 1852.” Cf. SIGAUD, op. cit., p.251.

instituição que teria atuado de forma decisiva para a melhora das condições oferecidas aos loucos, uma vez que se tratava de um local “sadio, arejado e espaçoso, para os pobres e infelizes alienados da Misericórdia, em uma grande casa de campo situada à beira-mar na praia Vermelha”, muito diferente da “terrível condição” verificada naquele hospital que, assemelhando-se a uma verdadeira prisão, não mantinha boas condições de salubridade e onde os pacientes, fossem “maníacos, velhos paralíticos ou furiosos”, ficavam empilhados junto aos escravos em pequenas celas, “ao bel prazer dos guardas que reprimiam os acessos de fúria ou delírio com atrozes castigos.”¹⁴⁶

Desse modo, Sigaud retomava outra questão discutida por ele nos tempos em que editava o *Diário de Saúde*, publicada na edição n.1 daquele periódico sob o título “Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro”¹⁴⁷ e que chamava a atenção das autoridades e da polícia médica para o perigo que a livre circulação de loucos poderia acarretar para os habitantes daquela cidade, na medida em que algum desses indivíduos poderia se enfurecer e matar ou ferir gravemente alguma pessoa “útil”, nas palavras do médico. Já no tratado, publicado quase uma década depois, Sigaud afirmou que “agora que o Rio de Janeiro dispõe de uma casa de alienados, os abusos dessa livre circulação desapareceram, mas as províncias ainda permanecerão por muito tempo sem desfrutar deste benefício [...]”.¹⁴⁸

Assim, cabe afirmar que, se por um lado não foram localizadas no tratado em questão prescrições específicas para o tratamento e prevenção do suicídio no Brasil, por outro lado houve a preocupação do médico com o tratamento oferecido aos alienados, com o comércio de substâncias venenosas, com a necessidade de melhorias das condições de higiene e com o consumo exagerado de bebidas alcoólicas nas cidades, fatos que, como se tentou demonstrar, foram relacionados pelo profissional ao problema do suicídio. Nesse sentido, considerando-se o tratado aqui explorado como parte da trajetória do médico francês, percebe-se que as propostas de prevenção das doenças passavam necessariamente pela atuação política da Academia Imperial de Medicina, instituição que propunha a melhoria das condições de higiene da cidade e das habitações, a construção de novos espaços e instituições para o tratamento dos doentes, bem como o trabalho da polícia médica na fiscalização e controle do comércio de substâncias venenosas e sobre a livre circulação dos loucos pelas ruas do Rio de Janeiro.

Além disso, há menção aos escravos e estrangeiros como indivíduos que recorriam à

¹⁴⁶ Ibid., p.252.

¹⁴⁷ SIGAUD, J. F. X. Reflexões sobre o trânsito livre de doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. **Diário de Saúde**, Rio de Janeiro, n.1, 18 de abril de 1835. p. 6-8.

¹⁴⁸ SIGAUD, op. cit., p.253.

prática do suicídio de maneira mais frequente, afirmação que encontra alguma correspondência nas notícias desta prática publicadas pelos jornais e em outros escritos médicos contemporâneos ao Dr. Sigaud. Quanto às possíveis causas dos suicídios, são descritos fatores como o ciúme, os castigos injustos, a nostalgia, o abuso de aguardente e as diversas manifestações da loucura como as manias agudas, a monomania e a melancolia, questões amplamente debatidas pela medicina fluminense, sobretudo durante a primeira metade século XIX.¹⁴⁹

2.2. Considerações sobre a nostalgia e a história como parte da retórica das teses médicas oitocentistas

Instruídos desde criança na arte dos venenos que nascem, por assim dizer, sob suas mãos, eles o empregam para fazer morrer os bois, os cavalos, as mulas, os companheiros de escravidão, todos os seres que servem para explorar a terra de seus opressores. Para deles distanciar todas as suspeitas, eles ensaiam crueldades sobre suas mulheres, suas crianças, suas amantes, sobre tudo o que têm de mais valioso. Eles saboreiam, nesse projeto aterrador de desespero, o duplo prazer de salvar sua espécie de um jugo mais horrível que a morte e de deixar seu tirano num estado de miséria que o avizinha do seu.¹⁵⁰

O excerto acima, extraído da tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1844 pelo acadêmico Joaquim Manuel de Macedo¹⁵¹, na verdade é uma citação direta, e originalmente em língua francesa, da *História Filosófica e Política do estabelecimento e do comércio dos europeus nas duas Índias*, publicada pelo Abade Raynal¹⁵² em fins do século XVIII e reproduzida por Macedo no capítulo relativo ao estudo da nostalgia - “moléstia cerebral caracterizada pelo desejo ardente de voltar à pátria”¹⁵³ -, que se reportava à já mencionada fama dos escravos de serem hábeis envenenadores. De acordo com o clérigo, os escravos

¹⁴⁹ Ver: LOPES, F. H. **A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil, 1830-1900**. 2003. 223 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2003.

¹⁵⁰ RAYNAL, G. T. **Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes**. Genève, Pellet, 1780, 10 t., t. VI, apud. MACEDO, Joaquim Manuel de. **Considerações sobre a nostalgia**. [1844]. Estabelecimento de texto e notas explicativas por Ronald Polito e Myriam Bahia Lopes. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p.49.

¹⁵¹ “O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo”, assim descrito por Antonio Candido, tem, segundo este autor, uma produção literária marcada pela “conformidade com as possibilidades médias de compreensão e as expectativas do meio social”. Macedo cumpriu papel importante para a formação do público leitor brasileiro durante o século XIX ao produzir crônicas, romances, peças de teatro, entre outros trabalhos que retratavam a vida social fluminense. Alguns de seus textos alcançaram grande aceitação no período, a saber: *A moreninha* (1844); *O moço loiro* (1845); *As vítimas-algozes* (1869). Cf.: CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1750-1880)**. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2013. p. 453-461.

¹⁵² Sobre o Abade Raynal e a crítica ilustrada às relações escravistas, ver: FALCON, F. J. C. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1994.

¹⁵³ MACEDO, op. cit., p.53.

administravam venenos aos animais das fazendas e aos companheiros de escravidão com o objetivo de prejudicar, sob o ponto de vista dos senhores, a capacidade produtiva dos engenhos e plantações, bem como libertar seus companheiros de servidão “de um jugo mais horrível que a morte e deixar seu tirano num estado de miséria que se avizinha do seu.”¹⁵⁴ Assim, Macedo amparava-se nesta perspectiva para apresentar à comunidade acadêmica e, em especial, aos agricultores e legisladores os riscos que a nostalgia poderia acarretar para o progresso da agricultura no Brasil, haja vista a hipótese de os escravos, sobretudo os recém-chegados, terem grande propensão à nostalgia e, como consequência, ao suicídio, devido às condições em que eram “arrancados às suas praias”, separados de seus familiares, transportados e comercializados pelos traficantes e senhores.

Em linhas gerais¹⁵⁵, pode-se dizer que o clérigo francês defendia o abrandamento de certas práticas concernentes ao trato e ao tráfico de escravos, indivíduos submetidos a todos os tipos de adversidades durante o processo de captura, travessia e venda e, depois de estabelecidos nas colônias, aos castigos e outras humilhações que poderiam levá-los a se rebelar e causar grandes transtornos para as administrações europeias do novo mundo. Conforme expresso no excerto acima, Raynal acreditava que essas práticas produziam um comportamento criminoso entre os cativos, como os envenenamentos e suicídios, ideia essa que reaparece no romance *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*, texto publicado por Joaquim Manuel de Macedo em 1867 e que narra três histórias em que as vítimas da escravidão tornam-se algozes de seus senhores. Dentre as histórias, aquela que mais se aproxima da ideia aqui exposta é a do escravo “Pai Rayol, o feiticeiro”, personagem retratado como possuidor de grandes habilidades para o uso de substâncias venenosas e que persuadia a sua companheira “Esméria” a seduzir o senhor, fato que, no decorrer da trama, causa a separação da família e o envenenamento dos filhos deste proprietário.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Ibid., p.49.

¹⁵⁵ Quanto à mitigação da escravidão, transformada pelos brasileiros em doutrina, Raynal, num capítulo intitulado “Como será possível tornar o estado dos escravos mais suportável” do Tomo VI da sua *História Filosófica*[...], já havia expressado a seguinte opinião “a história de todos os povos demonstra que, para tornar a escravidão útil, é preciso ao menos abrandá-la”. Tal “moderação política”, dizia, será atingida pela redução do tempo de trabalho e suavização das penas, disposições estas que devolveriam ao escravo “uma parte de seus direitos, para então retirar mais seguramente o tributo dos deveres que lhe são impostos”. Além disso, algumas “diversões econômicas” deveriam ser permitidas, como festas, jogos e prêmios, impedindo “a estupidez tão comum entre os escravos, alegrando seus trabalhos e os preservando dessa tristeza devorante que os consome e abrevia seus dias.” Cf. ROCHA, A. P. Ideias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. In: **Rev. bras. Hist.** vol.20 n.39. São Paulo: 2000 pp. 37-68. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882000000100003>. Acesso em: 22 ago. 2016.

¹⁵⁶ Para maiores informações, ver: SÜSSEKIND, F. As vítimas-algozes e o imaginário do medo. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. **As vítimas-algozes: quadros da escravidão**. 3. ed. Estabelecimento do texto e notas por Raquel Teixeira Valença. Introdução de Flora Süssekind. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Scipione, 1991.

Na tese em questão, Macedo já demonstrava essa preocupação com os males oriundos do tratamento dispensado aos escravos e propunha aos legisladores e agricultores do Brasil agir com docilidade, não comercializar escravos casados de modo a separá-los de suas mulheres e famílias e evitar castigos excessivos que implicassem isolamento e solidão.¹⁵⁷ Assim, a tese foi dividida em oito capítulos, sendo o primeiro dedicado ao exame dos conceitos e referenciais teóricos da medicina sobre as manifestações da alienação mental, tais como a melancolia, a idiotia, a monomania e a lipemania. No segundo capítulo, Macedo discorre sobre a moléstia da nostalgia a partir de exemplos históricos, literários e mitológicos, e aponta os negros recém-exilados de suas pátrias como aqueles mais propensos às saudades. Em seguida, o recém-doutor tratou dos diferentes sintomas e estágios da doença, mencionando as alterações físicas e emocionais que caracterizavam a nostalgia. Por fim, nos quatros últimos capítulos, apresentou os prognósticos, as hipóteses sobre a sede orgânica, as possibilidades de tratamento e a anatomia patológica da nostalgia, entendida aqui como o estudo dos indícios observados nos cadáveres. No que diz respeito às medidas propostas pelo médico, mostram-se inicialmente a ideia de que a nostalgia atacava “com dobrada facilidade aos que menos vizinhos estão da civilização” e o fundamento religioso dos argumentos contra o comércio de escravos casados, fato que “ofende a Deus e pode produzir funestos resultados.”¹⁵⁸ Além disso, chama atenção a reflexão sobre os riscos do isolamento e da solidão, “porque na solidão o homem naturalmente se deixa levar pela melancolia, o que é perigoso neles”, apontando-se como exemplo deste perigo o crescimento dos casos de lipemania no “sistema penitenciário conhecido pelo nome de celular.”¹⁵⁹ Entre outros fatores, o médico afirmava que as comoções políticas também deveriam ser consideradas para o avanço das moléstias mentais e, citando Esquirol, relatou que seria possível narrar a história da França, de 1789 até meados do século XIX, apenas “pela observação de alguns alienados, cuja loucura tinha por causa ou por caráter algum acontecimento político.”¹⁶⁰ Dentre os tantos casos que julga haver, Macedo menciona a visita do pontífice à França em 1804, célebre ocasião em que Napoleão se autocoroou, acontecimento que teria contribuído para o aumento do número alienados que se apresentavam ao Dr. Esquirol dizendo-se imperadores e imperatrizes. Diante de tamanha variedade de motivos para enlouquecer, Macedo conclui:

E pois veremos aqui o idiota, que privado da mais brilhante das faculdades da alma, se merece o nome de homem, é o derradeiro na escala deles; ali um sábio, que ainda ontem combinava sistemas, inventava teorias e explicava

¹⁵⁷ MACEDO, op. cit., p.52.

¹⁵⁸ Ibid, p.53.

¹⁵⁹ Ibid., p.52.

¹⁶⁰ Ibid., p.26.

fenômenos até então incompreendidos, fulminado pela demência, que Esquirol tão belamente chama “túmulos da razão humana”; acolá o agitado maníaco delirando sobre todos os objetos; mais adiante o monomaníaco que como o que o precedeu, delira, mas só a respeito de um único, ou de um pequeno círculo de objetos com excitação e predominância de uma paixão alegre e expansiva; enfim o lipemaníaco que só difere do antecedente porque a paixão é triste e depressiva.¹⁶¹

Quanto às definições dos termos mais comumente empregados no discurso médico para a explicação do fenômeno da morte voluntária e, em Macedo, relacionados à nostalgia, indica-se que a expressão melancolia foi assim denominada “porque, segundo Galeno, as afecções morais tristes dependem de uma depravação da bile, que tornando-se negra obscurece os espíritos animais e faz delirar.” A partir do raciocínio desenvolvido no excerto acima, o médico afirma que as manias variavam em razão do número de objetos sobre os quais os enfermos deliravam, se este delírio era parcial ou completo e quanto à predominância de uma paixão alegre ou depressiva, sendo a lipemania a expressão depressiva. Ao tratar da nostalgia, Macedo cita ainda o orgulho e o amor à terra natal de alguns povos, como os coptas, os judeus, os franceses e outros, para sustentar a ideia de que é na ausência da terra natal, sobretudo durante os tempos de infortúnio, que a saudade passaria a um quadro patológico, um quadro que se manifestava, segundo o médico, em três fases: pirexia, uma espécie de monomania caracterizada pela tristeza profunda e pelo delírio sobre a presença dos familiares e sobre a pátria; colapso, cujo sintomas seriam expressos pelo mau funcionamento dos órgãos, por gastrites e gastroenterites e, em casos mais graves, por lesões cerebrais; e astenia, definida como prostração, insônia e palidez mórbida que levava muitos homens de sua época ao suicídio.

“Os exemplos achou-os na história e em Itaguaí mas, como um raro espírito que era, reconheceu o perigo de citar todos os casos de Itaguaí e refugiou-se na história”¹⁶², dizia o narrador de *O Alienista* décadas mais tarde. Arguto observador da vida social fluminense, Machado de Assis assim apontou uma das características da retórica empregada pelo discurso médico sobre as manifestações da loucura e sobre o suicídio. Nas considerações do Dr. Macedo, há presença constante de referências históricas para embasar suas reflexões sobre as possíveis causas da nostalgia. Sobre a influência do clima e das estações, mencionou a história de Carlos VI que, de acordo com o médico, perdeu “o juízo expondo a cabeça ao ardor do sol estando à caça”; os habitantes de Abdera, “vítimas da loucura por ficarem longo tempo ao sol assistindo a Andrômeda de Eurípides”; Napoleão Bonaparte, “o grande capitão do século, depois do

¹⁶¹ Ibid., p.21.

¹⁶² ASSIS, J. M. M. O alienista. In: **Papéis Avulsos**. São Paulo: Escala educacional, 1994. p.21.

desastre de Moscou, viu que o frio glacial da Rússia, que dizimava seus soldados por mil maneiras, produzia também o delírio frenético e mesmo a mania.”¹⁶³

Além destes, nas palavras de Macedo, “omitiremos exemplos formidáveis e nos contentaremos com uma única página de história. É aquela que trata dos africanos conduzidos a alheia terra para viver na servidão.”¹⁶⁴ De acordo com o acadêmico, para impedir os casos de suicídio pela força do exemplo, fato que havia tomado “vulgaridade bem formidável”, os colonos brasileiros empregaram um expediente “muito novo na história de mandar sepultar todos os que se matavam, de tal arte que ficasse de fora e bem visível um membro do cadáver, a fim de que os parceiros do finado se convencessem pela evidência física de que vãmente contavam ressuscitar nas terras da África.”¹⁶⁵ Assim, Macedo nos dá notícia de que havia entre os escravos a crença de que, com o suicídio, poderiam renascer nas terras da África.”¹⁶⁶

2.3. O fundamento moral das causas e a sede orgânica do suicídio

É inegável que nos volumes de patologia aparece uma nova enfermidade - nova, dizemos, em razão de seus progressos - caracterizada pelo desaparecimento da vida e da tendência à destruição; e sendo não menos certo, que na maior parte dos casos melhor averiguados o influxo das paixões constitui esse terrível estado anormal. É também sabido que na organização morta e não na viva estuda a ciência o modo de ação destas causas[...]. Nós, porém, julgamos a questão de diverso modo, cremos forçoso descer a minúcia dos fatos, de cujo exame se colige que o suicida se dá à morte pelo muito que ama a vida; destarte desaparecerá a contradição, e depreender-se-á que só na força vital, e, por conseguinte, no instinto da vida existe a sede do suicídio.¹⁶⁷

Pouco ainda se sabe sobre a vida do acadêmico Bernardino José Rodrigues Torres, irmão mais novo do Visconde de Itaboraí¹⁶⁸, que em 5 de dezembro de 1843 defendeu uma tese de doutoramento na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro intitulada *Dissertação Médico-Filosófica Sobre as Causas e Sede do Suicídio*, impressa pela Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito no mesmo ano. Nesta edição, consta que seus examinadores foram os

¹⁶³ MACEDO, op. cit., p.63.

¹⁶⁴ Ibid., p.49.

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ Sobre a crença do retorno à terra natal, ver: OLOMALA, Isola. Suicide in yoruba culture. **Revista de Estudos Africanos da USP**, São Paulo, n. 10, 1997.; BASTIDE, R. Os suicídios em São Paulo, segundo a cor. In: **Boletim de Sociologia da Universidade de São Paulo: USP**; São Paulo, n. 71. 1943. p.5.

¹⁶⁷ TORRES, B. J. R. **Dissertação medico-philosophica sobre as causas e sede do suicidio**. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1843.

¹⁶⁸ “Visconde de Itaboraí - Filho de Manoel José Rodrigues Torres e dona Emerenciana Matilde Torres, nasceu em Itaboraí, província do Rio de Janeiro, a 13 de dezembro de 1802 e faleceu a 8 de janeiro de 1872, bacharel em matemáticas pela universidade de Coimbra; senador e grande do Império; conselheiro do estado; do conselho do imperador ; membro do Instituto histórico e geográfico brasileiro” Cf. BLAKE, op. cit., v.5, p.175.

doutores Joaquim José da Silva, lente de patologia interna, Thomaz Gomes dos Santos, lente de higiene e história da medicina, além dos lentes substitutos da Seção Médica José Bento da Roza e Antonio Felix Martins. O trabalho em questão se destaca por tratar especificamente desta moléstia “caracterizada pelo desapego à vida”, que passou a ser mencionada de forma mais evidente nos volumes de patologia em razão do seu progresso.¹⁶⁹ Tal como Sigaud, Torres considerou aspectos climatológicos para análise deste fenômeno, como a eletricidade e o magnetismo; no entanto, afirmava que “sobremaneira se exagera, a nosso ver, a influência dos climas nos casos de morte voluntária.”¹⁷⁰

A hipótese central do Dr. Bernardino Torres era que a “sede” dos suicídios, entendida aqui como local de origem deste mal, deveria ser considerada a partir da análise dos fatos da vida dos “infelizes”, e não sob o ponto de vista da matéria morta, ou melhor, do estudo dos cadáveres daqueles que se entregavam voluntariamente à morte. Dentre estes fatos, “que cremos forçoso descer à minúcia”, o médico deu especial atenção ao que denominou “influxo das paixões” e sua ação deletéria sobre o instinto de conservação; este último, entendido como sinônimo de “força vital” e “sentimento de amor à vida.”¹⁷¹ Apesar disso, Torres não descartou de todo a ideia de uma natureza orgânica do suicídio e também ponderou que as lesões ou o mau funcionamento dos órgãos poderia implicar o mesmo fim.

Em linhas gerais, o perito da medicina entendia que quando “as paixões imperam” e, em especial, no momento em que a ausência destas se fazia sentir, observava-se de modo mais evidente a ocorrência de suicídios, uma vez que o instinto de conservação, expressando-se ora como medo, pusilanimidade ou remorso, afetava-se de tal modo que “as centelhas de vida que lhe restam convergem ao coração para sentir sua desgraça e chorar seus passados prazeres; e então, como sempre, esse instinto é o último que o abandona.”¹⁷² Assim, o médico descrevia um processo de “dor moral” anterior ao suicídio que passava pela rememoração melancólica dos “prazeres passados” - caracterizados por comportamentos como o egoísmo, a ambição, a avareza, a sensualidade imoderada -, e pela perda da força vital. Partindo desta hipótese, a tese foi dívida em três capítulos, sendo o primeiro justamente sobre o amor à vida, o segundo sobre as causas dos suicídios e o terceiro sobre a sede, isto é, sobre as alterações físicas observadas nos órgãos e que também eram tidas como relevantes.

No que diz respeito à análise das causas, observam-se a estruturação do texto em tópicos

¹⁶⁹ TORRES, op. cit., p.2.

¹⁷⁰ Ibid., p.6.

¹⁷¹ Ibid., p.2.

¹⁷² Ibid., p.3.

específicos e a composição da seguinte partilha: causalidades “predisponentes”, como a educação, a influência hereditária, os temperamentos, a faixa etária e o sexo; “ocasionais diretas”, em que volta à carga o tema das paixões; “ocasionais indiretas”, como o uso de bebidas alcoólicas, ópio e a influência da Sífilis; e, por fim, os sistemas de governo e o fanatismo religioso, as “causas gerais”, segundo o autor. Para além de estabelecer essa causalidade múltipla, o trabalho de Torres, uma Dissertação Médico-Filosófica, não perde de vista o caráter prescritivo da obra, sempre respaldado em observações de casos e juízos especializados. A definição de “bem-estar”, por exemplo, consistiria em uma relação equilibrada entre as diferentes sensações que os seres humanos experimentam, sejam agradáveis ou penosas, seguidas pelo descanso regular: “a persistência desta harmonia é a necessária condição de saúde; a desordem na sucessão destas alternativas tem por consequência o estado patológico.” ¹⁷³

Nas descrições sobre a educação dos meninos, “causa predisponente”, o médico afirmava que as famílias deveriam evitar “estulta condescendência e severidade sem limites”, uma vez que “as repreensões amargas, os castigos desumanos e ameaças contínuas” produziam más inclinações e levavam “não poucas vezes a infeliz mocidade à alienação mental, caracterizada pela tendência ao suicídio.” Ao mesmo tempo, não recomendava uma “educação efeminada”, que tornava os meninos “impertinentes, irascíveis e imperiosos em seus desejos: costumados desde a infância a ser prevenidos em todas as suas vontades e satisfeitos em seus caprichos, quando adultos, o mais insignificante infortúnio os torna suicidas.” Por fim, lastimou a educação das “nossas jovens patricias, cujos pais e maridos, descuidando-se de enriquecer-lhes a inteligência, procuram-lhes músicas, bailes, teatros, danças [...] e deixam à sedução o cuidado de formar-lhes o coração.” ¹⁷⁴

Essa preocupação com a formação das mulheres, como se procurará demonstrar no capítulo a seguir, também foi retratada em alguns romances do período em termos muito semelhantes aos expostos pelo doutor Torres, textos em que personagens do sexo feminino se entregavam à morte para fugir à vergonha e ao remorso advindos de suas paixões e comportamentos tidos então como desviantes. Tal concepção estava baseada na ideia de que as mulheres deveriam ter uma boa educação religiosa para não serem vítimas dos vícios e da corrupção dos costumes. Em outros escritos médicos do período, como no *Tratado de Medicina e de outros variados interesses do Brasil e da Humanidade*¹⁷⁵, do Dr. Fortunato Rafael Nogueira

¹⁷³ Ibid., p.4.

¹⁷⁴ Ibid., p.5.

¹⁷⁵ PENIDO, F. R. N. **Tratado de medicina e de outros variados interesses do Brasil e da humanidade**. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio de Brito & Braga, 1858.

Penido¹⁷⁶, também se observa essa mesma preocupação com a educação das jovens brasileiras, associando-se os “bailes, teatros e todos os mais prazeres ruidosos” à incidência de suicídios. De acordo com este médico, para o sexo feminino “que em outro tempo vivia quase debaixo do regulamento claustral, e cuja educação principal era privativamente religiosa, passou a ser a educação do bom tom”, fato que impeliu muitas jovens ao “galanteio tipicamente francês” e aos transtornos emocionais que daí decorriam. Cabe ressaltar que o médico abordava a questão sob o ponto de vista dos maridos e amantes que, “apunhalados” por tais galanteios, se viam obrigados à “resignação e a contemporizar com os hábitos e circunstâncias da época”, fato que, segundo o perito, levava muitos destes infelizes ao suicídio.¹⁷⁷

Para além da questão da educação, o Dr. Torres, a quem se continuará acompanhando, tratou de forma sucinta do tema da influência hereditária e, deixando os exemplos de suicídio nas famílias a cargo de estudiosos europeus, afirmou que a ciência de Hipócrates precisava dar a devida importância a esta causa.¹⁷⁸ Quanto às manifestações do suicídio entre as diferentes faixas etárias, afirmou ser muito raro na infância, quando “as paixões se limitam a satisfazer as necessidades reais; nota-se não poucas vezes na adolescência e então o vago das paixões o explicam”; todavia, observou haver maior incidência de casos entre homens adultos. Já entre os sexos, destacou que embora as mulheres fossem “mais sujeitas a melancolia [...], a proporção entre elas e os homens é de 1 para 3, segundo nossos melhores observadores.”¹⁷⁹

No que diz respeito às causas gerais, o médico discorreu inicialmente sobre a hipótese de que “os governos não representativos seriam menos favoráveis ao aparecimento desta moléstia” e apontou a aparente contradição entre esta assertiva e o número de suicídios observado entre os escravos. Segundo ele, a influência dos sistemas de governos seria muito reduzida, no entanto ponderou que “as passagens de um para outro regime causam grandes mudanças no homem, abalam e destroem suas fortunas e opõem-se a seus interesses e convicções.”¹⁸⁰ Além disso, o médico abordou o fenômeno do fanatismo e deu especial atenção aos grupos ou “seitas” em que o suicídio não só seria permitido, mas louvado como ato de heroísmo e bravura em certas circunstâncias. Dentre esses, citou os Brâmanes e os Estoicos, e

¹⁷⁶ Filho do doutor Agostinho Nogueira Penido, nasceu na província de Minas Gerais e ali faleceu entre os anos de 1867 e 1870, sendo bacharel em ciências sociais e jurídicas pela faculdade de S. Paulo, formado em 1834. Seus próprios lentes o tinham em consideração e nele reconheciam um dos mais brilhantes talentos que essa faculdade teve. Dedicou-se à advocacia e, apesar de cego e até paralítico, trabalhou sempre, quer na tribuna, quer no gabinete. Possuía vastos conhecimentos de outras ciências, além daquelas que cursou. Cf. BLAKE, op. cit., v.2. p.369.

¹⁷⁷ PENIDO, op. cit., p.52.

¹⁷⁸ TORRES, op. cit., p.6.

¹⁷⁹ Ibid., p.6.

¹⁸⁰ Ibid., p.10.

afirmou que o fanatismo seria “a mais furiosa das paixões.”¹⁸¹ Mais adiante, relativizou a influência das bebidas alcóolicas, afirmando que, a partir de uma análise mais detida sobre a vida dos indivíduos afeitos à embriaguez, sempre se verificará “uma afecção moral, verdadeira causa do suicídio.” Por fim, tratando ainda das causas gerais, abordou a possível influência da sífilis para os acessos de morte voluntária e ponderou que “o aparecimento frequente do suicídio em mulheres mundanas não é força bastante para dá-la como causa”, reportando sempre o elemento moral como causa primária.

[...] uma vez entrada nesta carreira percorrem todos os graus do vício e estragam o físico e o moral com toda a sorte de excessos; velhice prematura as acomete; a vaidade, já não lisonjeada por homenagens, lhes não presta motivos de consolação; e oprimidas finalmente pelos remorsos e arrependimentos tornam-se suicidas.¹⁸²

Neste trecho, observa-se outro argumento recorrente do discurso médico sobre a morte voluntária e que trata dos vícios que estariam diretamente relacionados aos casos. Notem-se, por exemplo, as considerações do Dr. Fortunato Rafael Penido, que afirmava em seu tratado que se o governo fizesse estatísticas se verificaria que em cada dez suicídios oito seriam motivados por aquilo que ele denominou como vício do fumismo: “o qual, injetando nos bofes, nos órgãos da cabeça uma quantidade de sarro predispõe a natureza para acessos da irritabilidade e de hipocondria.”¹⁸³ Em suas palavras, o tratamento terapêutico dos indivíduos propensos ao suicídio deveria desconsiderar a sangria, “que mais confirma e agrava o mal” do que resultava em melhorias significativas, e partir da administração de eméticos, substâncias que provocavam a eliminação da “secreção da bÍlis” e amenizavam os sintomas da hipocondria. Por fim, o médico recomendava a aplicação de “cozimentos antissifilíticos”, fazer uso dos vapores, “combater-se a inflamação do fÍgado” e evitar alimentos indigestÍveis, bem como o uso de bebidas alcoólicas e o fumismo. Ao tratar deste vício, Penido mencionou ainda as medidas adotadas na China contra o uso do ópio¹⁸⁴ e defendeu que o governo brasileiro adotasse medidas semelhantes. O Dr. Torres, no entanto, ao abordar a relação estabelecida por médicos europeus entre os casos de suicídio e o consumo excessivo do ópio, relativiza a ação desse entorpecente e adianta novamente a sua hipótese de que a causa profunda é de natureza moral.

No terceiro e último capítulo, Bernardino Torres passa a considerar a questão da morte

¹⁸¹ Ibid., p.9.

¹⁸² Ibid.

¹⁸³ PENIDO, op. cit., p.52.

¹⁸⁴ Ibid., p.53.

voluntária sob o ponto de vista das evidências físicas e das alterações de órgãos como o encéfalo, o fígado e o baço, estes últimos também denominados “órgãos do baixo ventre” e cujas alterações identificadas por alguns peritos da medicina legal eram apontadas como causadoras dos suicídios. Nas palavras do médico, “um vício orgânico ou a lesão traumática de um órgão qualquer, alterando-o de modo que não possa ser influído pela força vital, pode [...] reagir sobre as forças gerais de modo que desta nova maneira de ser resulte a propensão ao suicídio.”¹⁸⁵ No entanto, sua conclusão do debate, que mostra a coexistência de diferentes concepções sobre o suicídio e seus nexos causais entre os médicos do Oitocentos, era a de que esta moléstia “reside por certo em coisa muito mais delicada, que não é diretamente sentida, e de cuja existência a razão não pode duvidar nos elementos da vida.” Em outras palavras, Torres apresentava uma definição que foi mais claramente desenvolvida pela medicina fluminense nas décadas seguintes, quando os médicos passaram a argumentar que a verdadeira sede do suicídio seria a alma, e não corpo.¹⁸⁶

Para conhecer o homem é necessário estudá-lo em sua alma e não em seu envoltório material, e o médico que se vota ao serviço da humanidade deve unir à medicina a moral e a filosofia, sem cujos conhecimentos imperfeitamente preencherá sua missão.¹⁸⁷

Nas *Considerações gerais sobre o suicídio*, do Dr. Nicolau Joaquim Moreira - discurso proferido diante da majestade imperial na sessão solene de 30 de junho de 1867 da Academia Imperial de Medicina -, argumentava-se que “com a marcha dos séculos a fé dos primitivos tempos se foi eclipsando pouco a pouco, os laços da Igreja se afrouxaram, a razão invadiu o dogma”¹⁸⁸ e as dúvidas sobre a vida futura e sobre a eternidade da alma passaram a imperar e contribuir de forma decisiva para os avanços dos suicídios. Este médico acreditava que era necessário mostrar aos homens a importância de confiar “em um Ser Supremo, para que o desgraçado não caminhe com os olhos fixos na Terra e não caia no idiotismo quando qualquer acidente destruir-lhe a economia de suas felicidades.”¹⁸⁹ Além disso, considerou duas naturezas distintas do fenômeno da morte voluntária, sendo a primeira derivada da alienação mental, e a segunda produzida pela inteligência, ou melhor, pelo raciocínio associado à má educação, à

¹⁸⁵ TORRES, op. cit., p.4.

¹⁸⁶ Ibid., p.13.

¹⁸⁷ MOREIRA, N. J. **Considerações geraes sobre o suicidio**: discurso pronunciado perante Sua Magestade o Imperador e Sua Alteza o Senhor Conde d'Eu, na sessão solenne da Academia Imperial de Medicina celebrada no Paço da cidade em 30 de junho de 1867. p.3.

¹⁸⁸ Ibid., p.8.

¹⁸⁹ Ibid., p.14.

ausência de princípios religiosos e a tantas outras paixões que inquietavam a comunidade médica de então e que clamavam, segundo o perito, pelo desenvolvimento entre os homens dos valores de uma vida simples e livre das ambições de prazer e riqueza, que tanto pesavam nos tais “novos costumes”, de modo que as “louváveis paixões, úteis auxiliares do gênio, fecundem o talento e o amor ao trabalho, a condição da vida.”¹⁹⁰

No que diz respeito aos suicídios resultantes da loucura, o médico ponderou que indicar suas causas implicaria o estudo da “alienação mental e assinar seus diversos caracteres, suas fases múltiplas [...] questões imensas pelo turbilhão de ideias que fazem surgir” e dedicou a maior parte de seu discurso à hipótese do suicídio refletido, afirmando que “não acreditar na possibilidade inteligente desta escolha, como antinatural, seria desterrar o desespero das paixões ou negar o livre arbítrio.”¹⁹¹ Além disso, destaca-se que os fatos narrados pelo médico para exemplificar os “suicídios refletidos” foram, em sua grande maioria, exemplos históricos de personagens suicidas da antiguidade, fato recorrente nas teses e demais escritos médicos sobre esta moléstia, o que indica uma retórica partilhada nos textos. No discurso em questão, aparece o suicídio de Catão, “apunhalando-se para mostrar que no império de Cesar ainda havia uma alma livre”, e de Annibal, “deixando-se matar para não ser jungido ao carro do vencedor e sofrer o sarcasmo romano”; dentre outros exemplos mencionados pelas teses de “civilizações decadentes” que não acreditavam na soberania, no poder e na justiça de Deus.¹⁹² Além dos exemplos históricos, constituíam a retórica partilhada pelos médicos os valores cristãos relativos à crença na eternidade da alma, na justiça divina, e as bases higienistas que amparavam as prescrições e os juízos destes peritos, os quais advogavam produzir uma verdade científica acerca da morte voluntária.

Dentre as outras considerações feitas pelo Dr. Moreira, destaca-se também a denúncia do papel que “a leitura de livros silenciosos” cumpria para essa transformação dos valores, sobretudo os romances oriundos da “leviana literatura romântica, em cujas páginas Rousseau, Goethe, Chateaubriand, Lamartine e outros proclamam o enojo da vida e o desprezo da morte pela boca de S. Preux, de Werther, de René e de Raphael.”¹⁹³ Preocupado com o alcance destes valores e referindo-se às capitais europeias, o médico entendia que os romances contribuíam fortemente para os suicídios na medida em que difundiam o culto às paixões exacerbadas, ao materialismo e ao ceticismo sobre a vida eterna. Dentre os citados pelo médico, talvez o mais

¹⁹⁰ Ibid., p.14.

¹⁹¹ Ibid., p.5.

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ Ibid., p.13.

emblemático seja o jovem Werther, personagem de Goethe, que tem a fama de ter causado inúmeros suicídios na Europa e em outras partes do globo.¹⁹⁴ Entretanto, cumpre considerar que, não obstante os jornais e livreiros brasileiros terem publicado e comercializado esse e outros romances com características semelhantes, não se pode afirmar com clareza a ocorrência, a extensão e os possíveis limites do chamado “efeito Werther”¹⁹⁵ no Brasil oitocentista. O próprio acadêmico não o fez e tratou a questão em termos gerais, apontando que “a leitura de livros silenciosos”, dentre tantas outras causalidades possíveis, também influenciava os jovens a cometerem suicídios, na medida em que difundiam o culto ao materialismo e ao ceticismo. Em outras palavras, o médico recorreu ao que Sílvia Romero¹⁹⁶ chamou posteriormente de “explicação predominante no grande público”¹⁹⁷ sobre a literatura romântica, movimento literário de grande alcance e multifacetado, cujas particularidades, sobretudo no que diz respeito às representações da morte voluntária em romances brasileiros, serão objeto de análise do próximo capítulo.

¹⁹⁴ GOETHE, J. W. **Os sofrimentos do jovem Werther**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

¹⁹⁵ Sobre o efeito Werther, ver: ALVAREZ, Alfred. **O deus selvagem**: um estudo do suicídio. Tradução de Sonia Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

¹⁹⁶ “Sílvia Romero (Sílvia Vasconcelos da Silveira Ramos Romero), crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto, SE, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de julho de 1914. Convidado a comparecer à sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 28 de janeiro de 1897, fundou a cadeira nº 17, escolhendo como patrono Hipólito da Costa” Cf. **Biografia**: Sílvia Romero. Rio de Janeiro: ABL. Online. Acesso em 10 mai. 2016. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/silvia-romero/biografia>.

¹⁹⁷ ROMERO, S. V. S. R. **História da literatura brasileira**, tomo II. Rio de Janeiro: Imago Ed; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001. p.604.

CAPÍTULO 3 – IMAGENS DO SUICÍDIO NA LITERATURA BRASILEIRA DO OITOCENTOS

3.1. O suicídio de personagens femininas e o romance como instrumento de ensino e guia de conduta

As verdades dogmáticas e a moral sublime do cristianismo, o amor da pátria, os sentimentos generosos, tudo em fim quanto há de mais sublime e puro nas maravilhas da fé, nas consolações da esperança, no entusiasmo e nas harmonias ideais da vida, tudo foi conspurcado pelas blasfêmias dessa escola de impiedade. A leitura das obras que ela produzira perverte os corações dos jovens, falseia-lhes o juízo, gela, esteriliza as imaginações mais ardentes e fecundas. Neutralizar, pois, os efeitos da instrução danosa que esses livros nos hão dado, elevar depois o sentimento moral à altura de sua divina essência, é sem dúvida a missão da literatura atual dos grandes povos.¹⁹⁸

O excerto acima, publicado por Santiago Nunes Ribeiro¹⁹⁹ na primeira edição de Revista *Minerva Brasiliense*²⁰⁰, traz à tona alguns elementos que caracterizaram a produção literária brasileira durante boa parte do século XIX, destacando-se inicialmente a preocupação com a formação moral do público leitor fluminense, tratada aqui como missão e fundamento dos escritos ficcionais. Notadamente, cabe ressaltar que esta assertiva não caracteriza toda a produção literária compreendida no recorte temporal estabelecido neste trabalho, no entanto, a partir da análise serial desta literatura, há maior recorrência de uma concepção pedagógica²⁰¹ dos escritos ficcionais ambientados no espaço urbano do Rio de Janeiro e que visava a prevenir os leitores dos vícios e da então denominada “corrupção dos costumes”, descrita pelos homens de letras como resultado do advento da vida urbana e moderna. Além disso, há a preocupação destes escritores com a formação do público feminino que, neste cenário urbano, passou a desfrutar de uma nova forma de sociabilidade²⁰², caracterizada não mais pela vida doméstica e

¹⁹⁸ RIBEIRO, S. N. Da nacionalidade da literatura brasileira [online]. **Revista Minerva Brasiliense, jornal de ciencias, letras e artes**. n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1844. p.7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/703095/14>. Acesso em: 1 mai. 2016.

¹⁹⁹ “Natural do Chile, faleceu ainda muito moço na cidade do Rio Preto, em Minas Gerais, a 24 de dezembro de 1847, sendo lente de retórica e poética no colégio Pedro II e lente de filosofia do Atheneu fluminense, fundado em 1844, sócio e secretario do Instituto histórico e geográfico brasileiro [...]. Foi um dos fundadores da Revista Minerva Brasiliense.” Cf. BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. v.7. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p. 194-196.

²⁰⁰ Sobre a Revista Minerva Brasiliense e o caráter missionário do romantismo brasileiro, ver: SÜSSEKIND, F. O Escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana. (Org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. v. 2. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994. p. 451-485.

²⁰¹ Acerca do caráter pedagógico do romance urbano oitocentista, ver: FRANÇA, J. M. C. **Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

²⁰² Sobre as formas de sociabilidade no Rio de Janeiro imperial, ver: ALENCASTRO, L. F. de. Vida privada e

pela formação prioritariamente religiosa, mas sim pela circulação nos teatros, saraus e bailes de salão, nos quais lhes era permitido o convívio com outras damas e buscavam seus pretendentes, sendo o matrimônio a finalidade desta sociabilidade feminina, que começava a dar seus primeiros sinais no Brasil a partir das décadas iniciais do século XIX.

Os romances, de um lado, punham em cena estes espaços e os hábitos dos seus frequentadores e, de outro, prescreviam aos leitores - às mulheres, especialmente - modelos de conduta e comportamento a serem perseguidos, constituindo-se um instrumento privilegiado dos homens de letras para a construção dos valores tidos então como adequados, salubres e civilizados, tais como a castidade, a delicadeza dos traços e dos hábitos, a educação sentimental, o conhecimento da língua francesa, da música e da boa literatura, elementos esses que caracterizavam a educação de bom tom e o lugar da mulher de elite na sociedade fluminense do Oitocentos. Além disso, a compreensão tida à época sobre a “natureza” das mulheres e suas ações era de que seriam seres em que predominava a sensibilidade em detrimento da razão. A esse respeito, sejam observadas as descrições do narrador do romance *Senhora* (1875), de José de Alencar, que, ao se referir à personagem Aurélia Camargo, afirma que “o coração, e ainda mais o da mulher que é toda ela, representa o caos do mundo moral.”²⁰³ Ou ainda, a afirmação da personagem Cecília do romance *Mistérios da Tijuca*, publicado por Aluísio de Azevedo em 1882 no jornal *A folha nova*, que questionava: “se ao menos pudessem avaliar [...] quanto nós mulheres somos escravas do coração; quanto a natureza nos fez passivas e crédulas [...]. Por que razão não se queixam contra o criador por ter feito nosso coração de carne e não de pedra?”

204

Os romances em que a temática do suicídio de mulheres vem retratada partiam de tal compreensão da natureza da mulher, do compromisso com a moralização dos costumes e da defesa dos valores de uma vida civilizada; na maior parte dos casos, eram histórias de mulheres com comportamentos tidos então como desviantes ou que tinham sido desrespeitadas por seus pais ou, ainda, abandonadas e ludibriadas por seus amados, fatos que as levavam a um final trágico, marcado pelo remorso, pela melancolia e pela morte voluntária. Em outras palavras, afirmavam-se pelos exemplos negativos os valores tidos então como verdadeiros, mecanismo que pouco variou nos escritos de natureza literária aqui analisados. Mesmo no romance

ordem privada no Império. In: _____. **História da Vida Privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²⁰³ ALENCAR, J. M. de. **Senhora**. São Paulo: Dicopel, s.d. p. 101.

²⁰⁴ AZEVEDO, A T. B. de. **Mistério da Tijuca** [online]. Rio de Janeiro: Tipografia da Folha Nova, s.d. p. 69-70. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0288/index.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

*Helena*²⁰⁵ (1876), de Machado de Assis²⁰⁶, personagem caracterizada pelos valores mais puros, o remorso e o arrependimento por uma mentira fazem a jovem deixar-se morrer, haja vista sua recusa em se alimentar e a negação aos cuidados que lhe ofereciam para que sua alma fosse perdoada e sua saúde restabelecida.

Com a morte do conselheiro Vale e a consequente leitura de seu testamento, a personagem Helena foi reconhecida por esta autoridade como filha legítima de uma relação extraconjugal e foi agraciada com parte da herança, recomendando-se ainda a sua incorporação ao seio da família. Inicialmente, a família Vale recebeu com surpresa as palavras do conselheiro, mas ao longo da história todos os familiares se afeiçoam a Helena, em especial seu “irmão” Estácio, cuja relação ao longo da trama transforma-se em um sentimento de amor proibido. A certa altura do romance, Estácio observa sua irmã saindo de uma antiga casa azul e, curioso com o fato, decide averiguar o local. Nesta casa, Estácio conhece um homem simples e taciturno chamado Salvador que afirma que, na verdade, Helena seria sua filha e não do conselheiro Vale. Após esse diálogo, Estácio informa a situação da jovem para a família, que acaba por perdoá-la por não mencionar este fato e sugere a Helena que mantenha seu status e se case com ele; entretanto, a personagem se entrega à melancolia, recusa os cuidados que lhe ofereciam e morre para não viver uma mentira. Assim, em Helena há a construção de um modelo de conduta cujo coração seria guiado pelos melhores valores e que, arrependendo-se por não ter dito a verdade, não manchou sua imagem e os princípios que a moviam.

Na edição n.51 do *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, periódico que contou com 85 números publicados entre os anos de 1837 e 1838, há a publicação do folhetim *Luiza*, pequena história ambientada nos tempos de D. João VI e que tinha como cenário um bosque “formado por melancólicas e tristonhas árvores” às margens do rio Iguaçu, espaço esse que fora construído por “velhas instruídas” para que se registrasse a lenda da jovem Luiza, antiga moradora daquela região e que ali fora enterrada aos pés de uma roseira. Revela o narrador que sua tia paterna embalava seus anseios de garoto contando-lhe a história da bela Luiza da roseira,

²⁰⁵ ASSIS, J. M. M. de. **Helena**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

²⁰⁶ “Filho do Francisco José de Assis e dona Maria Leopoldina Machado de Assis, nasceu no Rio de Janeiro a 21 de junho de 1839. Vocação decidida para as letras, exercendo a arte tipográfica na imprensa nacional, onde serviu de 1856 a 1858, deixou-a para só dedicar-se às letras. Já vantajosamente conhecido como distinto literato, foi na reforma da secretaria da agricultura, comércio e obras públicas em 1873, nomeado primeiro oficial nesta secretaria, hoje da indústria, viação e obras públicas, onde exerce atualmente o cargo de diretor da diretoria do comércio, tendo em 1878 feito parte da comissão incumbida de organizar a reforma da legislação das terras. Em 1872 foi também nomeado para a comissão encarregada de organizar o dicionário técnico da marinha. É membro do Conservatório dramático, de várias associações de letras; e oficial da ordem da Roza.” Cf. BLAKE, op. cit., v.4, p. 195-196. Para maiores informações sobre a obra de Machado de Assis, ver: SCHWARZ, R. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1990. SANTIAGO, S. A retórica da verossimilhança. In: _____. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva; SCCT, 1978.

“a mais formosa donzela iguaçuense [...] que não temia de apresentar-se ao lado das Vênus de Canova e de Medicaís, que formam o ornamento de Florença”²⁰⁷, filha de Fernando da Cruz e que fora “devorada por um amor sem esperança” que nutriu por um jovem chamado Carlos, “caracterizado por todos os vícios” e crimes e que, para escapar à justiça, fugiu para a Índia em um navio português. De acordo com o narrador, em virtude desta fuga a jovem foi se entristecendo e perdendo a cor rosada de suas belas faces e, após três anos sem notícias de seu amado, foi pedida em casamento por um irmão de Carlos, chamado Alberto, “jovem bem feito e dotado de sentimentos de honra e de probidade” e que, com o consentimento do pai da moça, organizou sua festa de casamento na Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu. No entanto, mesmo durante a sua festa de casamento, a jovem sentia-se infeliz e retirou-se para os seus aposentos onde foi surpreendida pela presença de Carlos, com quem fugiu. Em face deste sumiço, familiares e amigos saíram pela cidade a sua procura, e ela foi encontrada afogada ao lado de Carlos em um rio; “como se sucedeu esse caso, ignora-se ainda: mas nossa tia nos afirmou que Luiza, desesperada por haver faltado à sua promessa, ao seu juramento, com o remorso que lhe pesava sobre a consciência”²⁰⁸, teria decidido se matar.

Na edição n.63 deste mesmo jornal vem a público o romance *Maria de Niterói*, que conta a história de uma jovem que havia prometido seu coração a um rapaz chamado Lúcio. Segundo o narrador, Lúcio cursava medicina em Paris e, devido à distância, Maria passava a maior parte de seus dias triste e melancólica, até que, certa noite, seu quarto foi invadido por outro homem, Camilo, que tentou tomá-la à força. No texto, fica subentendido que Maria foi vítima de um estupro e que após esse fato o invasor foi assassinado entre Niterói e São Domingos. Mais adiante, descreve-se que Maria procurou um sacerdote “e cumprindo com os deveres da Igreja Católica Apostólica Romana, lhe confessou que se havia vingado de Camilo, que lhe tinha imprimido uma nódoa eterna.”²⁰⁹ Além disso, logo que se confessou, Maria tomou um copo de veneno e pôs fim aos seus tormentos e paixões. Para além da trama e do suicídio como resultado de um crime, é interessante notar que na edição de 2 de maio de 1838 do jornal *O sete d'Abril* foi publicada uma crítica ao romance com o sugestivo título *Mania Romantica do Junius de Iguassú*. Neste texto, o autor declarou sua insatisfação com a publicação do romance, afirmando ser inaceitável que o autor “vilipendie a Religião Católica e insulte a moral, dizendo-nos que a tal Maria mandara matar um tal Camillo, depois se confessara e matara a si

²⁰⁷ LUIZA. **Jornal dos Debates Políticos e Literários de 1838**, Rio de Janeiro, n. 51, ano II, 18 jan. 1838, Apêndice, p.7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702439/203>. Acesso em: 17 set. 2014.

²⁰⁸ Ibid., p.8.

²⁰⁹ MARIA de Nicheroy. **Jornal dos Debates Políticos e Literários de 1838**, Rio de Janeiro, n. 63, ano II, 19 abr. 1838, Apêndice, p.56. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702439/251>. Acesso em: 25/08/2014.

mesma com veneno.”²¹⁰ Desse modo, a crítica ao romance traz mais uma vez à tona a caracterização do suicídio como “insulto à moral” e resultado do predomínio das paixões.

Construído em termos semelhantes, considerando-se a ideia aqui exposta da morte voluntária como resultado do remorso e do arrependimento por condutas ou posturas socialmente condenáveis, o folhetim *Os dois amores*²¹¹, publicado por Joaquim Manuel de Macedo em 1848 nas páginas do *Correio Mercantil*, traz a história da personagem Mariana que, quando jovem, se casou com um homem mais velho, chamado Leandro, mas que o teria feito por um capricho de menina vaidosa, e não por amor. Devido a isso, Mariana acabou se apaixonando por um amigo de seu marido, chamado Henrique, personagem que também se apaixona pela jovem, mas que viaja para a Europa para não trair o amigo. Mariana passou, então, a viver triste e saudosa, mas sendo dona de uma vaidade imensa tratou de suas tristezas esbaldando-se nos bailes e saraus da corte. Além disso, o narrador informa que a jovem teria engravidado de seu marido, mas sendo ainda idolatrada por muitos mancebos, decidiu abortar a criança, o que foi evitado por Leandro, que mandou seus empregados vigiarem a esposa e substituírem o veneno por ela adquirido por uma substância menos nociva. No entanto, tendo perdido a consciência durante o parto, a jovem acreditou ter cometido o infanticídio e, com posterior morte do marido, passou a maior parte de sua vida nutrindo grandes remorsos por tal ato, além de ser vítima de chantagem pelo filho primogênito de Leandro, chamado Salustiano, que guardava uma carta escrita por Mariana em que esta confessava o infanticídio.

A certa altura do romance, a personagem não consegue mais suportar as chantagens de Salustiano, que pretendia desposar sua sobrinha Celina, jovem donzela que amava outro rapaz e que não correspondia aos anseios de Salustiano. Nessas condições, sendo vítima de chantagem e estando profundamente arrependida por seu suposto crime, Mariana passou a tencionar o suicídio e adquiriu arsênico para realizar tal objetivo, fato que só foi evitado graças à ação de dois empregados de Leandro, que encaminharam a criança recém-nascida para outra família e a assistiram em todas as necessidades a pedido do falecido marido. Assim, uma vez informada da verdadeira situação de seu filho, Mariana consegue acabar com as chantagens de Salustiano e desiste do suicídio por envenenamento, destacando-se nesta trama, para além da ideiação suicida da personagem - ideiação essa que resultava do remorso por um suposto crime -, a caracterização do remorso como castigo da providência divina engendrado na consciência dos

²¹⁰ MANIA Romântica do Junius de Iguassú. *O Sete d' Abril*, Rio de Janeiro, n. 553, 02 mai. 1838, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709476/2371>. Acesso em: 25 ago. 2014.

²¹¹ MACEDO, J. M. de. *Os dois amores* [online]. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, s.d. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000148.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2016.

indivíduos, ou, nas palavras do narrador, como “a infinita sabedoria de Deus que quis que o homem se punisse a si mesmo; com efeito, o homem a si próprio se atormenta com esse aparelho de horríveis torturas, a que se dá o nome de remorsos.”²¹²

Em *As fatalidades de dois jovens: recordações dos tempos coloniais*²¹³, romance publicado por Teixeira e Sousa²¹⁴ em 1856, também se observa a atuação da providência divina diretamente sobre a trama, não somente pelo remorso ou arrependimento das personagens por suas condutas inadequadas, mas pela própria condução dos acontecimentos e fatalidades e pelo encaminhamento de certas situações em que o destino dos personagens nem sempre é a redenção ou prova da inocência, como nos romances de Macedo, sendo o claustro ou a morte o desfecho de algumas das situações.²¹⁵ Neste romance, ambientado nos tempos do vice-rei Luiz de Vasconcelos, destacam-se a apresentação de máximas morais no início de cada capítulo - como a que abre o capítulo XVIII, em que se afirma: “É mesmo o ser amado um bem funesto que exacerba a desgraça aos desgraçados”²¹⁶ -, e a ideia suicida das personagens Margarida e Emília. A primeira era natural de Angola e teve um casamento arranjado por seu pai, que lhe causava grandes dissabores. De acordo com o narrador, José Maria de Alfama, marido de Margarida, era um marinheiro rude que insultava sua esposa por qualquer razão e que nutria um ciúme excessivo, sentimento esse que não indicava seu amor, mas sim um “orgulho desmedido.”

Assim, consta que Margarida procurou o jovem Geraldino para se queixar dos abusos que sofria e para propor-lhe uma fuga para a Europa, de modo a acabar com seus sofrimentos diários. No entanto, Geraldino se nega a fugir com a moça, afirmando que não era correto abandonar seus pais e amigos, desposar uma mulher casada e saquear os bens de outro homem, afirmação essa que frustrou profundamente os planos de Margarida, que começa a cogitar seu

²¹² Ibid., p.230.

²¹³ TEIXEIRA e SOUSA, A. G. *As fatalidades de dois jovens: recordações dos tempos coloniais* [online]. 4 v. Rio de Janeiro: Editora Popular, 1874. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0034/index.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.

²¹⁴ “Filho de Manoel Gonçalves e dona Anna Teixeira de Jesus, nasceu na cidade de Cabo-Frio, província do Rio de Janeiro, a 28 de março de 1812, e faleceu na corte a 1 de dezembro de 1861. Antônio Gonçalves, [...] contando dez anos de idade, estudava latim, e foi cheio de resignação aprender o ofício de carpinteiro que exerceu por alguns anos. Falecendo, porém, seu pai, reuniu o que pôde apurar e veio para a corte, com mais de 20 anos de idade, completou seus estudos de humanidades, o que alcançou graças a amizade e proteção de Francisco de Paula Brito [...]. Depois disto obteve uma cadeira de professor da instrução pública primária, a qual ele regeu de 1849 a 1855, e ultimamente a provisão n'um lugar de escrivão da primeira vara do comércio, que exerceu com toda probidade e zelo, deixando sua família n'um estado de pobreza tal, que foi preciso que seus amigos e muitos negociantes, que conheciam sua honra, se cotizassem para socorrê-la com uma subscrição quando ele faleceu.” Cf. BLAKE, op. cit., v.1. p. 184.

²¹⁵ Sobre a atuação da providência divina nos folhetins de Teixeira e Sousa, ver: CANDIDO, A. Sob o signo do folhetim: Teixeira e Sousa. In: _____. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1750-1880)**. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2013. pp.444-452.

²¹⁶ TEIXEIRA E SOUSA, op. cit., v.2, p.61.

suicídio. Tendo meditado seriamente sobre a possibilidade e estando realmente disposta a morrer, Margarida adquire forças para enfrentar o marido e diz-lhe que amava outro homem e que não precisava de seu perdão; o ocorrido faz com que Alfama tente agredi-la fisicamente, o que só é evitado graças à intervenção de outro homem, Gil, que, presente na residência do casal no momento do ocorrido, diz ao marinho que ele não tem o direito de agredir a esposa e aconselha a Alfama que encaminhe Margarida ao recolhimento da Igreja Nossa Senhora do Parto, sugestão essa que é imediatamente acatada pelo marido e pela moça, que estava disposta a ir para qualquer lugar “contanto que eu não fique em sua casa.”²¹⁷

Destaca-se também no mesmo romance a tentativa de suicídio da personagem Emília, filha de um corrupto comerciante chamado Flávio, que falsificou a escritura de uma fazenda em Juturnaíba²¹⁸ para se apossar desta propriedade, que pertencia por direito ao jovem Geraldino, rapaz amado por Emília e que ficou pobre devido ao golpe aplicado por Flávio. De acordo com a trama, com o bom andamento de seus negócios e para que a fortuna da família não ficasse à mercê de sua filha - que sendo mulher solteira não teria condições de administrar os negócios -, Flávio decide oferecer a mão da menina ao personagem Manuel, filho de um importante parceiro comercial e cuja união era vista com bons olhos pelo pai da moça, sobretudo para evitar que Emília se envolvesse com Geraldino. No entanto, diante da proposta, Emília afirma que pretendia permanecer solteira e que, não podendo se casar com o homem que amava, preferia ser recolhida a um convento. Apesar disso, Flávio ignorou os desejos de sua filha e levou-a à força e às escondidas para selar o matrimônio com Manuel, fato que não se realizou graças à intervenção de Sebastião, amigo da família de Geraldino, que forçou o Padre corrompido por Flávio a assinar um documento relatando que a moça estava ali contra a própria vontade. No entanto, Emília acreditava que a união estava formalizada e decidiu dar cabo de seus dias enforcando-se no seu próprio quarto, fato que foi evitado pelos empregados da casa e pela intervenção de um médico que, tendo realizado uma sangria perfeita, trouxe a jovem de volta do desmaio por sufocação. Em ambos os casos relatados no romance de Sousa, o suicídio aparece como o resultado de ações criminosas e degradantes de que as mulheres potenciais suicidas foram vítimas, mulheres desrespeitadas por seus pais e maridos e impedidas de realizar o amor que dedicavam a seus honrados e virtuosos eleitos.

²¹⁷ Ibid., p.50.

²¹⁸ Local conhecido por abrigar uma antiga lagoa e hoje represa de Juturnaíba, situada entre os municípios de Araruama e Silva Jardim, no Estado do Rio de Janeiro.

De maneira semelhante, o romance *Lucíola: um perfil de mulher*²¹⁹ (1862), de José de Alencar²²⁰, aponta as práticas tidas então como degradantes e foi construído a partir do exemplo de uma vida de vícios, vaidades e outros desvios, observando-se, no entanto, a idealização da personagem central, Lúcia, e da relação estabelecida entre ela e o jovem recém-chegado à corte, Paulo. Relata o narrador que, em razão do surto de febre amarela que atingiu a cidade do Rio de Janeiro na década de 1840, Lúcia, para pagar o tratamento de seus familiares, tornou-se cortesã. Assim, a jovem conseguiu pagar o tratamento de seus parentes, mas sua má reputação tornou-se incontornável. De acordo com o narrador, o primeiro encontro entre Paulo e a cortesã ocorrera durante as festividades da glória – “uma das poucas festas populares da corte.”²²¹ O rapaz não identificou o lugar social de Lúcia, que se vestia como uma verdadeira dama de elite; enquanto trocavam seus primeiros olhares, Paulo foi alertado por seu amigo Sá, com um “sorriso inexprimível, mistura de sarcasmo, de bonomia e fatuidade”²²², de que a dama em questão era, na verdade, uma conhecida cortesã. Envergonhado, o rapaz se deu conta de que Lúcia estava desacompanhada no espaço público, o que contrariava as exigências da boa sociabilidade, que reconhecia o direito das mulheres de frequentar os espaços públicos, mas sempre acompanhadas por seus pais, irmãos ou maridos.

Ao longo da trama, Paulo apaixona-se verdadeiramente por Lúcia, mas vive um conflito moral em assumir seu amor por uma mulher que era visitada constantemente por muitos homens da corte. Após longos conflitos, o rapaz decide assumir seu amor por Lúcia e passa a viver na residência da dama, que já o considerava mais do que um cliente. Tal relação culmina com a inesperada gravidez de Lúcia que, ciente da instabilidade emocional do rapaz, oculta o fato e opta pelo aborto. Como resultado deste aborto, Lúcia adoeceu rapidamente e recusou os cuidados médicos, afirmando: “eu adivinhava que ele me levaria consigo [...]. Iremos juntos,

²¹⁹ ALENCAR, J. M. de. **Lucíola: um perfil de mulher** [online]. 12 ed. São Paulo: Ática, 1988. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000137.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2014.

²²⁰ “[...] nasceu na província do Ceará a 1 de maio de 1829 e faleceu no Rio de Janeiro a 12 de dezembro de 1877, sendo bacharel em direito pela faculdade de S. Paulo, do conselho de sua majestade, o imperador; e pela quarta vez deputado por sua província natal. Apenas formado, deu-se à advocacia, profissão em que se tornou notável, como foi notável jornalista e jurisconsulto, insigne dramaturgo e romancista[...]. Exerceu o cargo de lente de direito mercantil do Instituto mercantil da corte e, nomeado quase ao mesmo tempo diretor de secção da secretaria da justiça, passou logo a consultor, lugar que foi extinto depois. Como fosse então considerado adido à secretaria, renunciando tal colocação, pediu que, em renumeração de seus serviços, fossem publicados no Diário Oficial os pareceres que elaborara por espaço de nove anos. Seus serviços eram tão notórios que, na organização do gabinete de 16 de julho de 1868, lhe foi confiada a pasta dos negócios da Justiça, que ocupou até 1870. Entrou em uma lista tríplece para senador [...]” Cf. BLAKE, op. cit., v.5. p. 74. Para mais informações sobre a obra de José de Alencar, ver: ARARIPE JÚNIOR, T. de A. **Luizinha**; Perfil literário de José de Alencar. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

²²¹ ALENCAR, op. cit., p.3.

²²² Ibid., p.3.

murmurou descaindo inerte sobre as almofadas do leito. Sua mãe lhe servirá de túmulo.”²²³ Além desta afirmação, a opção da cortesã pela morte fica ainda mais clara quando Lúcia pede a Paulo que se case com sua irmã mais nova, Ana, de modo que essa jovem herdasse seus bens e levasse uma vida melhor que a sua, destacando-se neste romance, para além da história de uma vida de vícios e desvios que culmina com uma morte voluntária, a ideia de redenção dos pecados pelo arrependimento e a grandeza de sentimentos da personagem que se deixou morrer para dar melhor destino a sua irmã.

Já no folhetim *O veneno das flores*²²⁴, publicado por Joaquim Manuel de Macedo nas Crônicas da Semana do *Jornal do Commercio* entre 1855 e 1856²²⁵, o tema do suicídio aparece em termos mais elaborados se comparado aos demais romances aqui arrolados. Na introdução, o autor discorre sobre as diferentes possibilidades de explicação deste fenômeno, seja a loucura ou as variáveis racionais que justificariam o ato, e cita a “facilidade” com que alguns muçulmanos se matavam, afirmando que tais ações se explicavam mais pelas promessas de prazeres na vida eterna do que pela loucura ou obediência cega. Eis a tônica da reflexão de Macedo sobre o suicídio:

Lastimais a repetição dos casos de suicídio que ultimamente se têm observado? Não há lástima que mais justa seja; não sei, porém, o que mais se deva lastimar, se os suicidas, se a sociedade. Lastimemos, pois, a sociedade, além de lastimarmos os suicidas: lastimemo-la, menos ainda pelos funestos exemplos que estes lhe deixam, do que pelos vícios profundos que a corrompem, e que são os preparadores do suicídio. Admitindo mesmo em hipótese que o suicídio seja sempre um ato de loucura, é fácil de provar que a depravação dos costumes e uma educação defeituosa e ruim podem levar o homem por um caminho em cujo termo não poucas vezes a razão chegue a alienar-se, e o abismo do suicídio abre-se para receber o desesperado.²²⁶

Tendo como eixo o tema da educação dos jovens, Macedo narra a história de Juliana, uma donzela fluminense amada em demasia por seus pais, que lhe deram acesso ao que a boa sociedade tinha de melhor do ponto de vista do ensino, mas que “não aprendeu que alguma coisa há preferível à beleza”²²⁷ e tornou-se suscetível às adulações e demais expressões da

²²³ Ibid., p.110-112.

²²⁴ MACEDO, J. M. de. *O veneno das flores*. In: _____. **Os Romances da Semana** [online]. 3. ed. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1873. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01069700>. Acesso em: 20 fev. 2014.

²²⁵ “*Romances da semana* publicados por Domingos José Gomes Brandão. Rio de Janeiro, 1861, 378 pags. — São pequenos romances, antes insertos em 1855 e 1856 na *Semana* e na *Crônica do Jornal do Commercio*, a saber: *A bolsa de seda*; *O fim do mundo*; *O romance de uma velha*; *Uma paixão amorosa*; *Innocencio*; *O veneno das flores*. Houve mais duas edições, sendo a última de Paris, 1873, 408 pags.” Cf. BLAKE, op. cit., v.4. p. 185.

²²⁶ MACEDO, op. cit., p.280-281.

²²⁷ Ibid., p.290.

“sensualidade civilizada”, entendida aqui como o conjunto de hábitos e posturas adotadas nos bailes e salões e que tinham o matrimônio como finalidade. Além disso, tendo conhecido as letras de Voltaire por intermédio de seu pai, a jovem desenvolveu um espírito cético, “tudo esperando do mundo, nada esperando do céu”²²⁸ e, sendo guiada pela vaidade e pelas paixões, optou por se entregar aos elogios de um bajulador - caracterizado “pela fadiga e pelos excessos de uma vida toda passada em ardentes prazeres”²²⁹ - em vez de confiar no amor honesto e verdadeiro nutrido desde a infância por outro rapaz. O resultado desta trama foi fatal, uma vez que Juliana foi ludibriada por Jorge de Almeida, que falsificou uma carta que dizia ser de seus pais e que anunciava o apoio deles ao casamento e pediu à moça uma prova de seu amor sob pena de cancelar a cerimônia. Ao ceder às pressões do rapaz, que acaba por fugir, Juliana adquire má reputação perante a sociedade, fato que lhe causa um profundo arrependimento e que a leva ao suicídio por envenenamento. Assim, Macedo embasou sua ideia de que “a história de cada suicida é a história íntima dos vícios que corrompem a sociedade”²³⁰ e utilizou a metáfora “veneno das flores” para prevenir as jovens fluminenses dos riscos implicados pela nova sociabilidade, pela irreligiosidade e pelo predomínio das paixões.

Em outra obra literária do período, publicada nos idos de 1865 por Visconti Coaracy²³¹ e impressa na Tipografia Imparcial de Brito e Irmão, intitulada *Traços biográficos da heroína brasileira Jovita Alves Feitosa, ex sargento do 2º corpo de voluntários do Piauí*²³², narraram-se a trajetória e os feitos dessa ilustre nordestina²³³ que integrou o corpo de voluntários para a Guerra do Paraguai e passou a residir na cidade do Rio Janeiro durante as cerimônias e festejos

²²⁸ Ibid., p.292.

²²⁹ Ibid., p.295.

²³⁰ Ibid., p.284.

²³¹ “Filho de José Joaquim Alves, nasceu em Jurujuba, termo de Niterói, a 21 de novembro de 1837 e faleceu nesta cidade a 13 de dezembro de 1892, alguns meses depois de sua esposa, dona Corina de Vivaldi Coaracy, já comemorada neste livro, a companheira fiel nos gozos e amargumes da vida, tão profundo foi o golpe que recebeu. Era oficial aposentado da secretaria da guerra, cavaleiro da ordem de Cristo, membro do Conservatório dramático do Rio de Janeiro e da sociedade Propagadora das belas-artes. Durante a campanha do Paraguai fez parte da comissão de compras da referida secretaria; depois de viúvo deu-se de todo à vida privada, ocupando-se em traduções para jornais, a que foi sempre dedicado. No jornalismo fez sua estreia no Correio Mercantil em 1855 e depois participou da redação até 1869; foi também redator do Dezesesseis de Julho, do Correio do Brasil e do Diário Popular e colaborou para várias folhas e revistas, como o Jornal do Commercio, Jornal da Tarde, Figaro, Vida Fluminense, Mosquito, Mephistopheles e Revista Illustrada.” Cf. BLAKE, op. cit., v.4, p.280.

²³² COARACY, J. A. V. **Traços biográficos da heroína brasileira Jovita Alves Feitosa, ex sargento do 2º corpo de voluntários do Piauí** [online]. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Brito e Irmão, 1865. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00589300>. Acesso em: 19 de jul. 2016.

²³³ O projeto de lei n.122 de 2013 da Câmara dos Deputados, de autoria da deputada Sandra Rosado, parlamentar pelo Estado do Rio Grande do Norte, aprovado em todas as comissões da Câmara e do Senado, propõe o ingresso de Antonia Alves Feitosa no *Livro dos heróis e das heroínas da Pátria*, objeto feito em aço e que fica guardado no Panteão da Pátria Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes em Brasília. Segundo consta, resta apenas a inserção desta matéria na ordem do Senado para que o nome de Jovita conste neste seleto grupo de brasileiros ilustres. Para maiores informações, ver: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=142593&tp=1>.

que precederam o maior conflito armado da história do Brasil. De acordo com o narrador, preocupado em não deixar cair no esquecimento a história da heroína, “cujo patriotismo espontaneamente gerado em seu peito, e amaldiçoado pelos INDIFFERENTES, foi concentrar-se em sua alma para reviver em melhores tempos”, Jovita levantou-se contra o despotismo de Solano Lopez²³⁴ e ofereceu, ao lado de outros milhares de voluntários, seu ouro, seus serviços e sua vida em nome da pátria. A jovem, segunda consta no relato, era natural de Inhamús, Ceará, e após perder a mãe mudou-se para a casa de seu tio em Jaicós, Piauí, de onde partiu para Teresina com o objetivo de se alistar no segundo batalhão de voluntários do Piauí, apresentando-se como combatente, e não como enfermeira, amásia ou vivandeira, posições mais comuns às mulheres que se alistavam.

Prossegue o narrador, relatando que “a jovem tomou trajes grosseiros de homem, cortou os cabelos com uma faca, tomou um chapéu de couro e assim vestida dirigiu-se ao Palácio da Presidência”²³⁵; entretanto, enquanto circulava por uma feira local, Jovita foi abordada por uma comerciante que notou furos em suas orelhas, “apalpou-lhe os seios” que estavam atados por uma cinta, e prestou queixa ao inspetor de quartirão, que a levou para ser interrogada pelas autoridades militares. As autoridades, diante do inusitado do caso, disseram que “não se pôde coligir-lhe outro desígnio, a não ser o nobre fim de pugnar pela defesa da pátria”²³⁶ e decidiram promover a moça ao posto de primeiro sargento. Assim, a jovem acompanhou o corpo de voluntários do Piauí ao Maranhão, onde teria sido muito festejada pela população local, maravilhada com a coragem e bravura da jovem cearense, fato que também se repetiu em Recife e, finalmente, no Rio de Janeiro; sobre sua chegada à corte, destaca-se o anúncio publicado na edição de 11 de setembro de 1865 do *Jornal do Comércio*²³⁷ sobre um espetáculo a ser realizado no teatro de S. Pedro de Alcântara para comemorar a chegada do segundo corpo de voluntários do Piauí e da heroína brasileira Jovita Feitosa, que contaria com a execução do hino nacional e com a leitura do poema “A espartana do Piauí”, pela atriz D. Ludovina Soares.

No entanto, apesar do festejo em torno de sua figura, Jovita foi destituída do posto e não pôde seguir com as tropas para o Paraguai, uma vez que os regulamentos militares não previam a participação de mulheres como soldados. Consta que Jovita permaneceu no Rio de Janeiro e se apaixonou por Guilherme Noot, um engenheiro da companhia inglesa de esgotos *City*

²³⁴ Sobre Solano Lopez e a guerra do Paraguai, ver: SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; DORATIOTO, F. **Maldita guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²³⁵ COARACY, op. cit. p.13.

²³⁶ Ibid., p.21.

²³⁷ THEATROS. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n. 252, 11 set. 1865. p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/9116. Acesso em: 22 ago. 2016.

Improvements, e que depois de dois anos na cidade, tendo sido abandonada pelo companheiro, decidiu pôr fim a seus dias matando-se com um punhal. A biografia aqui analisada não faz nenhuma menção ao suicídio, ressalta apenas a coragem e a bravura daquela jovem patriota e a indiferença das autoridades e demais cidadãos da corte para com aquela heroína; entretanto, nos jornais, em que já se questionava duramente a presença de uma mulher entre as tropas militares, as críticas a Jovita adquiriram um tom mais duro quando as notícias de seu suicídio vieram a público. Uma notícia veiculada pelo *Correio Mercantil* de 30 de outubro de 1867, por exemplo, asseverava: “a voluntária que soubera despertar a curiosidade do povo fluminense, ora aclamada como a graciosa personificação do patriotismo das províncias do norte, ora escarnecida como a mulher perdida, que sem pejo ostenta ante o público seus torpes amores”²³⁸; na edição de 11 de outubro de 1867, o mesmo diário volta à carga e escreve: “balda de recursos, sem aparo, deixou-se transviar [...]. Por degradante que tenha sido a existência de Jovita nos últimos tempos, a história de sua vida torna-a digna de compaixão.”²³⁹ Desse modo, ainda que sua biografia não tenha mencionado o suicídio e apresentado juízos negativos sobre seu caráter, observam-se nas notícias acerca de sua morte os mesmos valores e sentidos atribuídos nos demais romances aqui analisados, ressaltando-se a vida desviante da voluntária e o predomínio das paixões como explicação imediata para o seu autoextermínio.

Mesmo nos denominados romances regionalistas, dentre os quais destaca-se *Inocência*²⁴⁰, publicado no Rio de Janeiro em 1872 por Alfredo d'Escagnolle Taunay²⁴¹, observa-se a mesma preocupação com a educação e com a representação do lugar social das mulheres. O romance em questão, caracterizado pela pintura dos costumes e do ambiente tipicamente sertanejo, descreve alguns tipos sociais observados pelo autor em suas viagens a Santana do Parnaíba, tipos como o vigário, o coletor, o major, o curandeiro, destacando-se em

²³⁸ JOVITA. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 299, 30 out. 1867. p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/28309>. Acesso em: 22 ago. 2016.

²³⁹ JOVITA. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 280, 11 out. 1867. p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/28232>. Acesso em: 22 ago. 2016.

²⁴⁰ TAUNAY, A. de E. *Inocência* [online]. [1872] Rio de Janeiro: MEC; Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, s.d. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000002.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

²⁴¹ “Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, a 25 de janeiro de 1899, agraciado pelo Imperador d. Pedro II com o título de Visconde de Taunay e com as condecorações de oficial da ordem da Rosa, de cavaleiro da de Cristo e de S. Bento de Aviz. Além do que ficou dito, foi deputado à assembleia provincial do Rio de Janeiro, representou as províncias de Goyaz e de Santa Catharina na assembleia geral, foi senador por esta província e administrou ambas e também a província do Paraná. Major do imperial corpo de engenheiros, renunciou seu posto militar em 1885 para dedicar-se todo às letras e à política. Sinceramente dedicado ao Instituto histórico e geográfico brasileiro, achando desairoso um ato dessa associação, renunciou ao título de sócio; mas antes de falecer demonstrou a estimação e apreço que tinha ao Instituto, lhe ofertando o último trabalho de sua pena [...]” Cf. BLAKE, op. cit., v.7, p.399. Sobre a obra literária de Taunay, ver: CANDIDO, A. A sensibilidade e o bom senso do visconde de Taunay. In: _____. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2013. pp.622-630.

meio a essa galeria a personagem central da trama, a bela e fragilizada Inocência. Revela o narrador que havia nos sertões do Brasil uma opinião corrente e “injuriosa” sobre as mulheres, cuja presença nas casas era vista como “coisa de meter medo... São redomas de vidro que tudo pode quebrar”²⁴², referindo-se assim ao zelo e austera vigilância com que as sertanejas eram tratadas e à ideia de que estas deveriam se manter castas e conseguir bons casamentos para não desonrar as famílias. Inocência, a heroína que aqui interessa, havia sido prometida pelo pai, Sr. Pereira, ao rústico sertanejo Manecão Doca, indivíduo trabalhador que não era dado aos prazeres e que juntava “cobre grosso” atravessando gado pelos sertões. A certa altura do romance, Inocência adoece profundamente e seu pai procura o jovem Cirino de Campos, espécie de curandeiro ou “farmacêutico” que se apresentava nas vilas como médico, para cuidar de sua filha.

Apesar da vigilância austera de seu pai, Inocência e Cirino acabam se apaixonando ao longo da trama, fato que é denunciado pelo escravo Tico, “anão mudo” que era responsável por vigiar a jovem e que faz com que Inocência negue veementemente o compromisso de honra estabelecido entre seu pai e Manecão. Devido a tal contratempo, o Sr. Pereira acaba por agredir a filha, acreditando assim conseguir dissuadi-la de sua paixão e fazer valer sua palavra, porém observa-se a piora do quadro de saúde de Inocência, que passa a recusar os cuidados e a alimentação que lhe davam e a se entregar à melancolia, tudo para não se ver casada com um homem que não amava. Para além da morte voluntária da personagem central, das descrições sobre o encerramento domiciliar e das críticas ao modo de educar as mulheres nos sertões do Brasil, “Inocência” insinua que o modo de vida do sertanejo é permeado por vícios; o jovem Cirino, por exemplo, o responsável maior pela desgraça da família Pereira, devia grandes somas em dinheiro oriundas das dívidas de jogo.

O mesmo Taunay brinda-nos ainda com outra história de morte voluntária: trata-se do conto *Irecê a Guaná*, publicado em 1874 em *Histórias brasileiras*²⁴³, sob o pseudônimo Silvio Dinarte. O escrito conta a história da índia Irecê, uma nativa de Albuquerque que vivia nos arredores do distrito de Miranda, província do Mato Grosso²⁴⁴, uma região marcada pela ação das cheias e estiagens dos vários rios e córregos que por ali correm e pela recorrência das febres intermitentes; um lugar que, malgrado a distância, o isolamento e a rusticidade, se vivia, segundo o narrador, sob a influência do Rio de Janeiro e dos valores da corte. A trama se passa

²⁴² TAUNAY, op. cit., p.13.

²⁴³ DINARTE, S. *Irecê a Guaná*. In: _____. **Histórias Brasileiras** [online]. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. pp. 10-62. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01897300>. Acesso em: 15 ago. 2016.

²⁴⁴ Atualmente, as referidas localidades são distritos de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

em meados de 1861, poucos anos antes do conflito armado com o Paraguai, quando a referida localidade recebeu a visita de uma comitiva de engenheiros e militares que desembarcaram do vapor Alpha, que havia partido de Cuiabá um ano antes com o objetivo de verificar em que condições estavam as fronteiras com aquele país. Dentre os indivíduos que compunham esta comitiva estava Alberto Monteiro, “um turista que dispunha de recursos suficientes para viajar por mera distração”²⁴⁵ e que tinha interesse em estudar a flora, a paisagem, as condições topográficas e, sobretudo, os povos ainda “não aportuguesados” desta região. Ao viajar pelos rios, acompanhado pelo soldado Florindo, Alberto foi recebido por uma liderança indígena, Morevi, que aceitou hospedá-los sob o argumento de que Alberto pretendia ir às aldeias para “curar-se de sezões”, em troca de um punhado de sal, de um vistoso colar de vidrilho e de contas de ouro, objetos que, segundo o chefe Morevi, seriam destinados a sua neta Irecê. Passados alguns dias de seu desembarque, Alberto mandou o soldado que o acompanhava voltar ao distrito para buscar “alguns meios de conforto”, tais como cortes de carne, frutos secos, além de “duas garrafas de aguardente de cana e várias braças de um bom fumo goiano” para o “complacente Morevi” que, sob tais auspícios, ofereceu sua neta Irecê para ser mulher do viajante.

O restante da trama gira em torno da relação entre Alberto e Irecê, que superaram gradativamente as dificuldades de comunicação e, sendo a índia bem tratada e presenteada constantemente pelo viajante, acabaram por se tornar felizes amantes. No entanto, passados dois meses, Alberto se deu conta de que o vapor deveria estar prestes a partir de Miranda e pediu ao soldado que voltasse ao distrito para solicitar ao capitão uma última parada naquelas plagas antes de seguir viagem, o que não se realizou devido à visita inesperada de Júlio de Freitas, amigo do viajante, que o recebeu na ocasião do desembarque em Miranda e destinou o soldado Florindo para acompanhá-lo durante suas observações. Freitas trazia consigo notícias do Rio de Janeiro sobre a delicada situação em que se achava o banqueiro que administrava as posses de Alberto e, diante desta fatalidade, o viajante comunicou sua partida a Irecê que, a partir daí, foi tomada por grande melancolia, passou a recusar os alimentos e acabou morrendo de saudades. Alberto só soube da morte de Irecê alguns meses depois, quando já estava no Rio de Janeiro e recebeu uma carta de Júlio de Freitas comunicando-lhe que a jovem índia fora enterrada seguindo os preceitos da religião católica e “amparada pelo símbolo da religião do Deus, cujos lábios sagrados perdoarão a aqueles que haviam durante a vida amado muito.”²⁴⁶

²⁴⁵ Ibid., p.17.

²⁴⁶ Ibid., p.62.

Destaca-se, ainda, dentro da série documental demarcada, o suicídio da personagem Bertoleza, escrava e concubina de João Romão em *O cortiço*²⁴⁷, romance publicado por Aluísio de Azevedo²⁴⁸ em 1890, que analisava a miséria e a degradação moral da vida no Rio de Janeiro a partir de um tipo de habitação muito comum no século XIX, os cortiços ou valhacouts, caracterizados pelas precárias condições de higiene e, segundo se acreditava, também pelas precárias condições morais. Explica o narrador que Bertoleza, “crioula trintona”, era escrava de um velho cego que morava na província de Juiz de Fora e mantinha uma quitanda, “a mais bem afreguesada do bairro”, onde comercializava angu, peixe frito e iscas de fígado. Com os recursos advindos deste comércio, a escrava destinava mensalmente cerca de “vinte mil-réis” a seu dono e poupava o restante com o objetivo de comprar sua carta de alforria.²⁴⁹ Bertoleza era amiga com um carroceiro português que morreu enquanto trabalhava, fatalidade que acabou por aproximá-la de João Romão, avarento e ambicioso comerciante português, para quem a negra confessava suas tristezas de mulher recém-viúva e com quem acabou por se amasiar e por confiar a administração de sua vida financeira e de seus anseios de liberdade.

O avarento português aproveitou-se desse momento de fragilidade emocional da escrava e falsificou uma carta de alforria, declarando a Bertoleza que seus dias de cativo haviam se acabado. No entanto, com a morte do antigo proprietário, a escrava foi passada em herança aos filhos deste senhor, fato que foi omitido por Romão, que explorava os ganhos oriundos do trabalho de Bertoleza. Romão é pintado na trama como um tipo corrompido e desonesto, que andava “sempre em mangas de camisa”, cujo objetivo de vida era acumular riquezas tanto pelos negócios quanto pelos pequenos delitos que cometia de forma recorrente. A certa altura do romance, Romão passa a almejar não somente os ganhos financeiros, mas sim os símbolos de distinção social, tais como o sobrado, a casaca, os sapatos de baile e outros elementos que caracterizavam os hábitos dos cidadãos tidos então como civilizados. Enquanto Romão começava a frequentar os sobrados e salões da corte e a se encantar cada vez mais pelos símbolos da vida civilizada, Bertoleza “continuava a mesma crioula suja, sempre atrapalhada

²⁴⁷ AZEVEDO, A. T. B. *O cortiço* [online]. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000015.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

²⁴⁸ “É natural da província do Maranhão, filho de David Gonçalves de Azevedo e irmão de Arthur de Azevedo, de quem se faz menção neste volume. Vindo ao Rio de Janeiro, matriculou-se na academia de belas artes, aplicou-se ao desenho de caricaturas e como caricaturista trabalhou para a Comédia popular e para o Mequetrefe. Em 1878 ou 1879 voltou à sua província, mas pouco se demorando aí, tornou ao Rio de Janeiro e aqui firmou sua residência. É, como seu irmão, cultor da literatura, e particularmente da literatura dramática.” Cf. BLAKE, op. cit., v.1, p. 64. Para mais informações sobre a obra de Aluísio de Azevedo, ver: COUTINHO, A. A ficção naturalista: Aluísio Azevedo, Inglês de Souza, Júlio Ribeiro, Adolfo Caminha. In: _____. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S. A., 1955. v.2.

²⁴⁹ Sobre as possibilidades de negociação dos escravos urbanos no século XIX, ver: REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

de serviço, sem domingo nem dia santo”. Ciente de que não poderia galgar este lugar social estando amigado com uma escrava, Romão decide se casar com outra personagem da história, a jovem Zulmira, e para realizar este objetivo formula um plano para se livrar de Bertoleza. Em linhas gerais, o plano arquitetado pelo português, em conjunto com seu amigo Botelho, personagem que o auxiliava a alcançar seus objetivos de uma vida civilizada, consistia em devolver Bertoleza a seus antigos donos e, com isso, abrir caminho para que se realizasse o matrimônio com Zulmira. Tal artimanha teve como resultado o suicídio de Bertoleza que, tendo visto o filho mais velho de seu antigo dono chegar ao cortiço acompanhado por policiais, tomou consciência do plano de Romão e, empregando a faca que utilizava para limpar os peixes de sua quitanda, desferiu um golpe contra si e morreu em seguida.

Destaca-se no romance de Azevedo a ideia de degradação dos valores e, em certa medida, a crítica às relações escravistas que tanto contribuíram, segundo os testemunhos que arrolamos, para incidência de suicídios entre os escravos ao longo do século XIX. Cabe considerar, igualmente, que, apesar das diferenças de estilo empregadas pelos romancistas aqui arrolados, os escritos literários sobre a morte voluntária - seja por meio da idealização do suicídio como momento de arrependimento ou “redenção” das mazelas da personagem (Helena, Luiza, Maria de Niterói, Lucíola e Irecê) ou do destaque dos comportamentos desviantes e da corrupção dos valores que resultavam na tragédia (Mariana, Margarida, Emília, Juliana, Jovita, Inocência e Bertoleza) - partilharam um mesmo repertório moral e o objetivo de apresentar ao público leitor fluminense os valores civilizados, ora como denúncia do vício, ora como afirmação da virtude. No que diz respeito ao suicídio de personagens do sexo masculino, tema do tópico a seguir, observam-se as mesmas razões do universo feminino: predomínio das paixões, degradação dos costumes, má educação, entre outras menos partilhadas, como as dificuldades financeiras, as quais levavam muitos personagens masculinos a contemplar a possibilidade do suicídio e, por vezes, realizá-lo.

3.2. Ideação suicida e morte voluntária de personagens masculinos

— Há, Sr. Félix, um velho costume de que a sociedade não se emenda, e que, todavia, é uma injustiça... uma infâmia. Quando uma mulher é iludida e ultrajada no que tem de mais nobre, a sociedade não fecha suas portas ao homem que a iludiu e ultrajou; cospe, porém, no rosto da mulher que se deixou perder em um instante de desvario, ou que foi, a pesar seu, brutalmente ultrajada.²⁵⁰

²⁵⁰ MACEDO, J. M. de. **O moço loiro** [online]. Rio de Janeiro: MEC; Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, s.d. p.193. Disponível em:

A passagem, extraída do romance *O moço loiro*, publicado em 1848 por Joaquim Manuel de Macedo, remete a um diálogo entre os personagens Félix e Carlos em um dos momentos decisivos da trama. Félix era guarda-livros da família Mendonça e, sendo órfão desde a infância, fora criado junto a esta família; entretanto, devido à diferença de tratamento que acreditava haver entre ele e Lauro, filho legítimo e sanguíneo dos Mendonça, Félix nutria grande inveja pelo rapaz e, certa noite, furtou uma joia de estimação desta família - mais especificamente, uma cruz de ouro cravejada por pedras preciosas que acompanhava os Mendonça há pelo menos um século e que sobreviveu ao desembarque desta família no Rio de Janeiro, quando buscavam asilo em virtude do conflito entre França e Portugal - e acusou Lauro pelo delito, fato que culminou com a expulsão do rapaz da casa de seus pais e que o fez pensar em se matar para vingar-se da injusta acusação. Neste diálogo, Carlos explicava a Félix porque o havia espionado e dito a Lauro a verdade sobre aquele furto e sobre a localização da joia, justificando sua ação em nome da gratidão que devia a Lauro pela assistência que este ofereceu a sua mãe, Paulina, na ocasião em que fora abandonada pelo noivo e expulsa de casa de seus pais.

Ao fim da trama, Lauro consegue provar sua inocência e casa-se com Honorina, jovem também pretendida por muitos homens, destacando-se neste romance, para além da reflexão sobre o tratamento dado às mulheres ultrajadas, a ideiação suicida de Lauro quando foi injustamente acusado por um crime, fato que não se realizou graças aos serviços de Carlos e à intervenção de sua mãe que, tendo descreditado da acusação imposta ao filho, entregou-lhe uma joia e disse: “vai-te, meu filho; mas volta um dia com o rosto descoberto para provar tua inocência.”²⁵¹ Observa-se no romance em questão uma relação de oposição entre crime e inocência, oposição que foi muito explorada pelos homens de letras do Oitocentos em seus romances e que aponta os valores partilhados nesses escritos, destacando-se a crença na providência divina como intermediária da solução ou punição das ações criminosas bem como da recompensa daqueles personagens injustamente acusados ou ultrajados. Esta crença foi expressa mais claramente nas palavras do narrador de *Os dois amores*, trama em que também se retratou uma personagem com ideiação suicida derivada de um suposto crime: “O juiz severo, justo e onipotente castiga lá e cá... [...] E cá, ele criou na alma do homem a consciência. A

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000095.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

²⁵¹ Ibid., p.29.

consciência é terrível!... a sabedoria de Deus fez cada homem juiz de si mesmo, e cada criminoso algoz de si próprio.”²⁵²

A mesma providência divina que se viu no tópico anterior atuou igualmente em favor do personagem Geraldino, em *As fatalidades de dois jovens*, o qual, antes de descobrir as injustiças que sofrera e os malfeitos de Flávio, também pensou em se suicidar. De acordo com a trama, Geraldino foi condenado pela justiça a indenizar Flávio por ter ocupado uma parte da fazenda de Juturnaíba que fazia parte da herança de seu pai, uma vez que Flávio havia falsificado a escritura e a lavrado em um cartório. Ao se dar conta de que ficaria miserável, Geraldino - que perdera a mãe na infância e o pai na adolescência, acreditava firmemente que não poderia realizar seu amor por Emília, a filha do inimigo, e considerava que seu melhor amigo, Sebastião, tinha sido saqueado e assassinado - decidiu escrever uma carta se despedindo dos amigos, carregou uma pistola, engatilhou, levou-a ao ouvido e, no momento em que ia realizar o suicídio, foi interrompido pela voz de Sebastião, que sobreviveu ao saque e se apresentou para auxiliar o rapaz com a indenização. Destaca-se neste romance, para além da presença da arma de fogo e dos elementos que compõem a ideação suicida de Geraldino, a atuação direta da divina providência, recurso narrativo comumente empregado nos primeiros folhetins publicados no século XIX - em especial nos folhetins de Macedo e Teixeira e Sousa - que não se observa nos denominados romances realistas.

De maneira semelhante, considerando-se a imagem do suicídio por arma de fogo que, segundo as notícias veiculadas nos jornais, era mais comum entre os homens, o romance *A Viuvinha*²⁵³, publicado por José de Alencar em 1857, traz a história do falso suicídio do personagem Jorge, filho e herdeiro de um importante negociante, que ficou órfão em tenra idade e não teve uma educação moral adequada. Jorge era um tipo afeito aos prazeres e aos vícios que acreditava “que gastar o dinheiro que seus pais ganharam é uma profissão suficiente para que se dispense de abraçar qualquer outra”²⁵⁴. Arrepentido dos abusos juvenis, o rapaz simulou o próprio suicídio para não desonrar sua noiva, Carolina, e para salvar os negócios que havia herdado do pai. Pouco antes de se casar, Jorge soube pelo seu tutor que havia consumido todos os bens com os prazeres mundanos e que não poderia oferecer uma vida digna a sua jovem pretendente, Carolina, por quem estava realmente apaixonado e disposto a se emendar. Devido a isso, ciente de que desfazer o compromisso com a família significava desonrá-la, Jorge

²⁵² MACEDO, op. cit., s.d. p.230.

²⁵³ ALENCAR, J. M. de. *A viuvinha* [online]. São Paulo: Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, s.d. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000144.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

²⁵⁴ Ibid., p.2.

escreveu uma carta, carregou sua arma e partiu rumo à praia de Santa Luzia, local em que ficava o Hospital da Santa Casa de Misericórdia e que, segundo nos informa o narrador, era procurado por muitos suicidas fluminenses:

O Rio de Janeiro ainda se lembra da triste celebridade que, há dez anos passados, tinha adquirido o lugar onde está hoje construído o Hospital da Santa Casa. Houve um período em que quase todas as manhãs os operários encontravam em algum barranco ou entre os cômodos de pedra e de areia, o cadáver de um homem que acabara de pôr termo à sua existência. Outras vezes ouvia-se um tiro; os serventes corriam e apenas achavam uma pistola ainda fumegante, um corpo inanimado, e sobre ele alguma carta destinada a um amigo, a um filho, ou a uma esposa. Amantes infelizes, negociantes desgraçados, pais de família carregados de dívidas, homens ricos caídos na miséria, quase todos aí vinham, trazidos por um ímã irresistível, por fascinação diabólica[...]. Essa epidemia moral, que se agravava todos os dias, começava já a inquietar alguns espíritos refletidos, alguns homens pensadores, que viam com tristeza os progressos do mal. Procurava-se debalde a causa daquela aberração fatal da natureza, e não era possível explicá-la. Não tínhamos, como a Inglaterra, esse manto de chumbo, que pesa sobre a cabeça dos filhos da Grã-Bretanha; esse lençol de névoa e de vapores, que os envolve como uma mortalha. Não tínhamos, como a Alemanha, o idealismo vago e fantástico, excitado pelas tradições da média idade, e, modernamente, pelo romance de Goethe, que tão poderosa influência exerceu nas imaginações jovens. Ao contrário, o nosso céu, sempre azul, sorria àqueles que o contemplavam; a natureza brasileira, cheia de vigor e de seiva, cantava a todo o momento um hino sublime à vida e ao prazer.²⁵⁵

Inicialmente, destaca-se na passagem acima a caracterização do suicídio como “epidemia moral”, notável o suficiente para “inquietar alguns espíritos refletidos”, e a diferenciação estabelecida entre as manifestações nacionais do fenômeno e suas expressões no velho mundo, ressaltando sempre a vigorosa natureza destas terras, o “gênio vivo e alegre do povo brasileiro”²⁵⁶ e a ausência de uma produção literária “excitada pelas tradições da idade média e, modernamente, pelo romance de Goethe”, com expressão suficiente para influenciar a imaginação dos jovens brasileiros como se verificou na Europa, fatos esses que, de acordo com o narrador, dificultavam a explicação do suicídio em terras brasileiras senão pelas variáveis objetivas e mais evidentes da vida cotidiana, como os amores frustrados e a miséria. Em outras palavras, ainda que o denominado “idealismo vago e fantástico” tenha sido reproduzido em

²⁵⁵ Ibid., p. 20-21.

²⁵⁶ Ibid., p.21.

alguma medida por autores como Álvares de Azevedo²⁵⁷ em *Macário*²⁵⁸ e *Noite na taverna*²⁵⁹, obras essas que foram definidas pela historiografia literária como propagadoras de uma “pedagogia satânica” ou de uma “educação pela noite”²⁶⁰ e caracterizadas pelo culto aos prazeres, aos vícios, ao enjoo da vida e pela falta de compromisso com os anseios nacionalistas e missionários aqui apresentados, cabe considerar que a maior parte dos romances produzidos no Brasil do Oitocentos, entre aqueles que ocuparam lugar de destaque para a produção de valores e, conseqüentemente, para a educação do público leitor, apresentaram alguma oscilação entre a idealização da natureza e das emoções, por um lado, e a denúncia da degradação dos costumes e dos vícios, por outro, tudo em prol de um romance compromissado com a moralização e com a propagação dos valores dito civilizados em terras brasileiras. Tal compromisso aparece no romance em questão nos esforços de Jorge que, tendo passado cinco anos resignado, vivendo como miserável e trabalhando de sol a sol para quitar as dívidas de sua empresa, conseguiu, ao final da história, resolver todas as suas pendências e recuperar o amor de Carolina.

Já *Macário* e *Noite na taverna*, escritos possivelmente complementares e publicados no Rio de Janeiro em 1852 e 1855, pouco depois da morte do autor, Álvares de Azevedo, apontam numa direção ligeiramente diversa. O primeiro conta a história de Macário, um jovem que, tendo se hospedado em uma estalagem de estrada, recebe a ilustre visita de Satã, personagem com quem dialoga longamente e acompanha em um breve percurso pelas cenas da vida noturna

²⁵⁷ “[...] nasceu na cidade de S. Paulo a 12 de setembro de 1831 e faleceu na corte a 25 de abril de 1852. Bacharel em letras pelo colégio de Pedro II, matriculou-se na faculdade de direito de sua província, onde apenas concluiu o quarto ano do curso com admirável inteligência. Cultivando a literatura com o mais fervoroso ardor, conhecendo os melhores livros, quer antigos, quer modernos, e sempre perseguido por uma ideia triste - de que morreria no quinto ano do curso - foi com efeito afetado de uma tuberculose que em menos de dois meses o levou ao túmulo, antes de receber o grau acadêmico. Como Junqueira Freire, teve em criança uma moléstia gravíssima, que lhe deixou na fisionomia o estigma do sofrimento; como Junqueira Freire, demonstrou notável desenvolvimento do espírito, ao passo que o físico enfraquecia; como Junqueira Freire, foi poeta inspirado; seguiu a escola de Byron, de H. Heine e de Musset; suas obras, porém, só foram publicadas depois de sua morte [...]” Cf. BLAKE, op. cit., v.6. p. 14. Para mais informações sobre a obra de Álvares de Azevedo, ver: ROMERO, S. V. S. R. **História da literatura brasileira**, tomo II. Rio de Janeiro: Imago Ed; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001. p. 772-791.

²⁵⁸ AZEVEDO, M. A. A. de. **Macário** [online]. Rio de Janeiro: MEC; Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, s.d. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/macario.pdf. Acesso em: 15 ago. 2015.

²⁵⁹ AZEVEDO, M. A. A. de. **Noite na taverna** [online]. Rio de Janeiro: MEC; Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, s.d. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/noitenataverna.pdf. Acesso em: 15 ago. 2015.

²⁶⁰ “Se estruturalmente o *Macário* e *A noite na taverna* estão ligados, no que toca aos significados profundos haveria nesta ligação uma pedagogia satânica visando a desenvolver o lado escuro do homem, que tanto fascinou o Romantismo e tem por correlativo manifesto a noite, cuja presença envolve as duas obras e tantas outras de Álvares de Azevedo como ambiente e signo. E estou me referindo não apenas às horas noturnas como fato externo, lugar da ação, mas à noite como fato interior, equivalendo a um modo de ser luto ou melancólico e à explosão dos fantasmas brotados na treva da alma.” Cf. CANDIDO, A. **A educação pela noite**. São Paulo: Ática, 1989. p.17. Grifos nossos.

paulistana; o segundo descreve os prazeres e desvarios de oito jovens embriagados e deriva da última cena do primeiro escrito, precisamente do momento em que Satã conduz Macário à janela de uma taverna para observar e aprender como a vida poderia ser suave e prazerosa. No primeiro texto, Macário se apresenta a um desconhecido como estudante, “filho de uma libertina”, que amava o fumo, o vinho, o conhaque e as mulheres, “que odiava o direito romano e o romantismo”, que achava a natureza cansativa e que pouco se importava se era considerado “vadio ou estudioso, talentoso ou estúpido.”²⁶¹ Feitas as apresentações, o desconhecido diz ao jovem que é o diabo e leva-o às profundezas do inferno, local em que Macário escuta os gritos de sua falecida mãe. Macário acaba por acordar em seu quarto, incerto quanto ao que havia visto e ouvido, mas observa algumas pegadas de cabra chamuscadas no chão, fato que assusta a proprietária da estalagem e que o faz crer que realmente recebeu a visita de Satã.

O episódio seguinte, ambientado na Itália, é marcado pelos diálogos entre Macário e Penseroso sobre o amor e suas implicações para o espírito. Macário mostra-se cético em relação ao amor e prefere desfrutar os prazeres da vida mundana, enquanto Penseroso, jovem virtuoso e iludido, espécie de contraponto do demônio, não consegue ver outra finalidade para sua existência senão amar profundamente uma única mulher. Desse modo, por amar e não ser correspondido, Penseroso é tomado por uma profunda tristeza. Macário tenta dissuadi-lo de suas aflições e convida-o a aproveitar o que a vida tem de bom a oferecer, no caso em questão, desfrutar de um banquete e, em seguida, de uma orgia. No entanto, apesar das palavras e pedidos do amigo, Penseroso decide tomar gradativas doses de veneno e morre. Após esse fato, Satã volta a aparecer, ridiculariza Penseroso e leva Macário à janela de uma taverna, espaço tomado pelos vapores do fumo e ocupado por oito jovens embriagados que estavam acompanhados por mulheres “desgrenhadas e lívidas.”

Nesta história, organizada a partir dos diálogos e relatos bizarros dos personagens Archibald, Arnold, Bertram, Gennaro, Hermann, Johann e Solfieri, cujas histórias envolviam assassinatos, incestos, necrofilia e outras práticas tidas então como deploráveis, destaca-se a tentativa de suicídio de Bertram, personagem que, estando “saciado de mulheres e vinho” e enjoado da vida, subiu em um rochedo e atirou-se ao mar, mas foi salvo graças à intervenção de um marinheiro, que acabou morrendo para salvá-lo;²⁶² e o suicídio do Duque Maffo na história de Claudius Hermann, marido traído que se suicidou após assassinar a esposa.²⁶³

O suicídio, neste universo povoado por indivíduos dedicados à vida noturna e

²⁶¹ AZEVEDO, op. cit., p.9.

²⁶² AZEVEDO, op. cit., p.7.

²⁶³ Ibid., p.23.

cultivadores dos vícios, dos prazeres, da loucura e da embriaguez, aparentemente ganha tonalidades diversas daquelas que encontramos nos romances de matiz mais moralizante; mas só aparentemente, pois, em uma sociedade marcadamente católica, tais escritos acabaram por se acomodar à sensibilidade predominante da época ²⁶⁴ e a banalizar a postura daqueles escritores que reproduziram as ideias dos denominados ultrarromânticos europeus, ideias, em última instância, tão católicas e moralizantes quanto aquelas predominantes na sociedade com a qual julgavam se entediar. ²⁶⁵ Afinal, eram justamente os vícios da sociedade moderna e os excessos que esta propiciava - cultuados ou censurados - os grandes responsáveis pelo desatino dos homens de bem e, em casos extremos, pelo seu suicídio.

Ainda no tocante aos personagens afeitos aos vícios e à vida noturna, deparamos no conto *Luís Soares* - publicado por Machado de Assis entre os *Contos Fluminenses* ²⁶⁶, em 1870 - com o suicídio do personagem homônimo; um rapaz dado aos vícios e ao ócio, que gastou sua fortuna de forma leviana e que “trocou o dia pela noite para restaurar o império da natureza”, pois acreditava que o sol dizia “aos homens que vão descansar e dormir, ao passo que a frescura relativa da noite é a verdadeira estação em que se deve viver.” ²⁶⁷ Por meio de uma carta enviada por seu banqueiro, Soares subitamente descobre que restavam-lhe apenas seis contos de réis na conta e passou a imaginar que o suicídio era uma alternativa preferível à miséria. Graças, no entanto, aos conselhos de seu amigo Pires, o endividado Soares, também caracterizado pela completa falta de emoções e pelo desprezo às mulheres, decidiu pedir um emprego a seu tio, o Major Luís da Cunha Vilela, dizendo-lhe que se arrependia das condutas passadas e que pretendia se regenerar. Após ouvir as palavras do sobrinho, o major enviou uma carta a seus colegas ministros solicitando um emprego público para o rapaz; a partir daí, Soares passou a frequentar a casa do major constantemente e, uma vez empregado numa repartição, o rapaz deu todos os sinais de que estava disposto a mudar. Durante muito tempo, seus superiores não registraram nenhuma falta sua; todavia, segundo informa o narrador, “o desejo de perpetuar uma vida de dissipação” ²⁶⁸ é que explicava tamanha mudança e sacrifício.

Guiado somente pela ambição e pelo interesse, Soares passou então a trabalhar

²⁶⁴ CANDIDO, A. Avatares do egotismo. In: _____. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1750-1880)**. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2013. p.469.

²⁶⁵ Sobre a recepção das obras com esse teor, ver também: AMORA, A. S. **O Romantismo**. São Paulo: Editora Cultrix, 1967; _____. **História da Literatura Brasileira (Séculos XVI-XX)**. Lisboa: Ática Limitada, 1961.; CASTELLO, J. A. **A Literatura Brasileira: origens e unidades (1500-1960)**. São Paulo: Edusp, 1999. 2v.

²⁶⁶ ASSIS, J. M. M. de. Contos fluminenses [online]. In: **Obra Completa**, Machado de Assis, vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. pp. 20-38. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn001.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

²⁶⁷ Ibid., p.20.

²⁶⁸ Ibid., p.27.

afincadamente para se casar com sua prima Adelaide, filha de um irmão falecido do major, jovem de 24 anos, herdeira única de uma grande fortuna. Explica o narrador que Adelaide era apaixonada por Soares, mas o rapaz não perdia a oportunidade de desprezá-la, e Pires, atento à índole do rapaz, mostrava-se terminantemente contra a união. Um dia, porém, a família da moça recebeu a visita de Anselmo, amigo íntimo do falecido pai de Adelaide, que trazia uma carta com os últimos desejos de seu amigo, carta em que pedia a Anselmo que repassasse a herança somente se a moça já estivesse casada, e, caso ainda não estivesse, comunicava que fazia gosto que a filha se casasse com o sobrinho Luís Soares. A partir daí, Soares fez tudo o que podia para conquistar a prima, que passou a ignorá-lo e desdenhá-lo, fato que, associado à partida da família para a Europa, que não quis levar o rapaz, e com a iminente miséria que se avizinhava, fez Soares acabar com as aflições de seu orgulho ferido e se matar com uma arma de fogo. O conto, como se vê, aborda de maneira hábil e sutil a crítica aos vícios e ao culto do ócio, além de outros temas caros aos moralistas de então, como o orgulho, a ambição desmedida e a vaidade.

Em outra obra literária do período, intitulada *A alma do Lázaro*²⁶⁹, publicada em 1872 nos *Alfarrábios* de Alencar, mostra-se a ideação suicida do personagem Francisco, que também vagava pela noite, mas em razão de uma enfermidade, e não por ser um cultivador dos vícios e dos prazeres. O conto em questão está dividido em duas partes, sendo a primeira escrita por um estudante interessado na história de Olinda, localidade marcada pelos acontecimentos da chamada invasão holandesa, e que, ao encontrar um velho habitante da região, toma conhecimento da história e do diário de Francisco, escrito imaginário que ocupa a segunda parte da “crônica romanceada” de Alencar.²⁷⁰ Ambientado em Pernambuco nos idos de 1752, o conto narra a história de Francisco, um pobre diabo, portador da mesma doença do homem “ressuscitado pelo Cristo” cujos enfermos eram então denominados “lázaros”²⁷¹. O mal causara-lhe uma exclusão social profunda, em decorrência do medo do contágio que a enfermidade sem cura e pouco compreendida causava entre os que o rodeavam. Francisco, ciente do incômodo que causava, alojou-se em uma antiga casa abandonada nos fundos do

²⁶⁹ ALENCAR, J. M. de. *A alma do Lázaro* [online]. In: *Alfarrábios*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1873. pp. 159-201. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242823>. Acesso em: 17 ago. 2016.

²⁷⁰ A definição é de Zilda Maria Menezes Lima, que estabelece um importante diálogo entre esta obra e a história da saúde. LIMA, Z. M. M. “A Alma do Lázaro” de José de Alencar: uma possibilidade de diálogo entre História das Doenças e Literatura. *ANAIIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* - ANPUH, 26, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300056950_ARQUIVO_AAImadoLazaroUltimaversao3.pdf. Acesso em: 22 set. 2016.

²⁷¹ Para mais informações sobre a história da lepra, ou hanseníase, no Brasil, ver: QUEIROZ, M. S.; PUNTEL, M. A. *A endemia hanseníase: uma perspectiva multidisciplinar* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6tfv6/pdf/queiroz-9788575412596-04.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

“Convento do Carmo”, em Olinda, em virtude do desprezo da população e do risco de infectar as pessoas próximas de seu convívio, dentre as quais, após ter perdido os pais, restava apenas uma escrava e sua irmã, Luíza. O conto descreve os sofrimentos deste homem e o amor impossível que nutria pela jovem Úrsula, cuja residência era visitada todas as noites por ele que, ao longo da trama, acaba sendo notado pela moça, que ficou curiosa e interessada por aquela presença.

Para além dos sofrimentos e humilhações diárias, são citados dentre os fatos que fizeram Francisco cogitar o suicídio²⁷² a viagem de sua irmã a Lisboa, acompanhando o marido por tempo indeterminado, e a solicitação de venda feita por sua escrava Maria, que temia adoecer. Assim, achando-se solitário, enfermo e desamparado, Francisco relata “ânsias de acabar com tanto penar”, pois “tinha horror à vida”²⁷³. O suicídio do pobre desgraçado só não se realizou graças a sua religiosidade e ao alarido causado pela presença de um “cão espiridado que ia duma para outra banda, mordendo quem encontrava”, o que fez com que Francisco se interessasse pela cena e fosse ao encontro do cão, que também o rejeitou, mas tornou possível ao lázaro tratar das feridas de um senhor atacado pelo animal. Mais tarde, Francisco descobre que esse senhor, que se revoltou quando percebeu que estava sendo cuidado por um leproso, era o avô de Úrsula e que, ao saber que sua neta se apaixonara por um doente, impediu-a de vê-lo, o que acabou por fazer com que a jovem se entregasse a suas tristezas e morresse lentamente. Destaca-se no romance em questão, para além da morte voluntária de Úrsula, a figura do doente terminal e excluído que, achando-se solitário e abandonado, também cogitou pôr fim a seus dias.

“Deus te livre, leitor, de uma ideia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho”²⁷⁴, dizia o narrador das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* - referindo-se de maneira irônica e bem-humorada à célebre passagem do evangelho de Mateus²⁷⁵ que, em linhas gerais, propunha aos cristãos um olhar crítico sobre as próprias mazelas. O romance, publicado por Machado de Assis em 1880 na *Revista Brasileira*, narra de forma retrospectiva a história de Brás Cubas,

²⁷² A identificação desta cena como ideação suicida deve-se a Franklin Távora, que afirmou que Alencar teria se inspirado na narrativa de Xavier de Maistre para compor o texto e a cena aqui abordada. TÁVORA, J. F. da S. Estudo crítico. In: COARACY, J. A. V. **Obras Completas de Fagundes Varela**. v.1. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1892. p.34 Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bar/or/10.5016_03_OR83934_07_01_volume_01. Acesso em: 15 ago. 2016.

²⁷³ ALENCAR, op. cit. p.178.

²⁷⁴ ASSIS, J. M. M. de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas* [online]. In: **Obra Completa**, Machado de Assis. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994. p.5. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm05.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2014.

²⁷⁵ S. MATHEUS, Capítulo VII; 3-5. In: **A Bíblia Sagrada**, contendo o velho e o novo testamento [online]. Tradução pelo Pe. João Ferreira A. D'Almeida. Nova York: Sociedade Americana da Bíblia, 1850. p.9. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=2EwMAAAAYAAJ&pg=GBS.PP1>. Acesso em: 13 set. 2016.

personagem que, dentre as ideias fixas que lhe consumiam - construção semelhante ao que se chamou de monomania entre os médicos do Oitocentos -, pensava seriamente sobre o suicídio por amor. De acordo com a trama, Brás Cubas apaixonou-se por Marcela, jovem e bela donzela “amiga de dinheiro e de rapazes”, que o amou “durante quinze meses e onze contos de réis; nada menos”, e por quem o jovem de dezessete anos teria consumido grandes somas em joias e outras provas materiais de amor. Devido a isso, Brás Cubas foi interpelado por seu pai que, insatisfeito com o comportamento do jovem que “excedia as raías de um capricho juvenil”, decidiu enviar o filho à Europa para estudar e se tornar “homem sério e não [...] arruador e gatuno”²⁷⁶. Assim, sofrendo com a eminente ausência da mulher amada, Brás Cubas foi tomado pela “reflexão imoral”, ou ideia fixa, de se afogar durante a travessia, gesto que foi impedido pelo capitão da embarcação que, ao discorrer sobre a efemeridade das paixões e das emoções e apontar ao jovem “um grande futuro”, acabou por dissuadi-lo das intenções suicidas; ouçamos o próprio narrador:

Uma noite, logo no fim de uma semana, achei ensejo propício para morrer. Subi cauteloso, mas encontrei o capitão, que junto à amurada, tinha os olhos fitos no horizonte. [...] O estilo desmentia da pessoa, assaz rude e aparentemente alheia a locuções rebuscadas. Fitei-o; ele pareceu saborear o meu espanto. No fim de alguns segundos, pegou-me na mão e apontou para a lua, perguntando-me por que não fazia uma ode à noite; respondi-lhe que não era poeta. O capitão rosnou alguma coisa, deu dois passos, meteu a mão no bolso, sacou um pedaço de papel, muito amarrotado; depois, à luz de uma lanterna, leu uma ode horaciana sobre a liberdade da vida marítima. Eram versos dele. [...] Ele levantou os ombros, olhou para o papel, e tornou a recitar a composição, mas já então sem tremuras, acentuando as intenções literárias, dando relevo às imagens e melodia aos versos. No fim, confessou-me que era a sua obra mais acabada; eu disse-lhe que sim; ele apertou-me muito a mão e predisse-me um grande futuro. Um grande futuro! Enquanto esta palavra me batia no ouvido, devolvia eu os olhos, ao longe, no horizonte misterioso e vago. Uma ideia expelia outra, a ambição desmontava Marcela.²⁷⁷

Destaca-se no romance em questão, para além dos anseios suicidas do personagem central, a forma irônica e bem-humorada com que o narrador abordou as paixões, o ciúme e a ambição, oferecendo aos leitores fluminenses valiosas lições e prescrições sobre a efemeridade das emoções, das situações adversas e da tristeza, esta última, que pretendia combater pelo efeito do “emplasto Brás Cubas, [...] um emplastro anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade.”²⁷⁸

Restam ainda, nesta lista de mundos ficcionais frequentados por suicidas, três romances

²⁷⁶ ASSIS, op. cit., p.25.

²⁷⁷ Ibid., p. 29-31.

²⁷⁸ Ibid., p. 4.

publicados por Aluísio de Azevedo já no fim do século XIX - *Mistério da Tijuca*²⁷⁹, em 1882, *Memórias de um condenado*²⁸⁰, em 1882, e *A mortalha de Alzira*²⁸¹, em 1895 -, todos ambientados em espaços marcadamente urbanos como o Rio de Janeiro e Paris, com seus crimes, mentiras, paixões proibidas e outras condutas socialmente condenáveis descritas detalhadamente pelos racionais e esclarecidos narradores, cujo resultado, em variadas ocasiões, foi o suicídio ou a ideiação suicida de um ou outro personagem. No primeiro deles, ambientado em Portugal e no Rio de Janeiro, narra-se a história dos personagens Pedro Ruivo e Gregório, que, como se descobre ao longo da trama, são pai e filho, respectivamente. Pedro Ruivo é apresentado como um tipo velhaco e criminoso que herdou muitas dívidas e viu no casamento com Cecília, jovem bela e bem instruída, “a tábua de salvação” para escapar da miséria. Ruivo, para levar adiante seu plano matrimonial, omite sua verdadeira situação financeira e, desse modo, consegue conquistar o coração da moça e de sua família. No entanto, sendo um tipo viciado e criminoso, Ruivo tomou Cecília à força antes do casamento, fato que culminou com a gravidez da moça e a fuga do agressor. Após o ocorrido, Cecília casa-se com outro homem, um velho marinheiro chamado Leão Vermelho, ocultando dele a gravidez e, conseqüentemente, a verdadeira paternidade de Gregório.

Passados alguns anos, Pedro Ruivo desembarcou no Rio de Janeiro e, fisicamente abalado pelos vícios - “todo ele era inchação, tosse, reumatismo e maus humores, já não podia beber um trago sem ficar logo embriagado e trêmulo”²⁸² -, considerou a possibilidade de se matar, o que não se realizou porque ele encontrou novas vítimas e oportunidades para enriquecer por meio do crime. Além disso, outro fato importante no desenvolvimento da trama é o assalto aos armazéns de rapé de Paulo Cordeiro, que teve como resultado um assassinato e cujo principal suspeito era Gregório, já moço de 22 anos, que acabou sendo raptado por uma amiga de sua mãe no mesmo dia do fato criminoso. A mãe de Gregório, quando sua história foi descoberta pelo marido, acaba enlouquecendo e morrendo em um convento português. Depois de muitas idas e vindas, já ao final da história, descobre-se por meio de uma carta escrita por Cecília que Gregório era filho de Pedro Ruivo; ao tomar conhecimento de tal informação e de que não era o legítimo beneficiário da herança, Gregório decide se matar. Mais uma vez, o

²⁷⁹ AZEVEDO, A. T. B. de. **Mistério da Tijuca** [online]. Rio de Janeiro: Tipografia da Folha Nova, s.d. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0288/index.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

²⁸⁰ AZEVEDO, A. T. B. de. **A condessa Vesper**, publicado em 1882 com o título *Memórias de um condenado* [online]. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00228700>. Acesso em: 20 mai. 2016.

²⁸¹ AZEVEDO, A. T. B. de. **A mortalha de Alzira** [online]. Rio de Janeiro: Fauchon & Cia. Livreiros Editores, 1895. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00228400>. Acesso em: 14 set. 2016.

²⁸² AZEVEDO, A. T. B. de. **Mistério da Tijuca**. Rio de Janeiro: Tipografia da Folha Nova, s.d. p. 88-89.

suicídio surge como resultado direto ou indireto do crime, dos vícios e da mentira, enfim, dos males sociais e de seus deletérios efeitos sobre os caracteres mais frágeis.

Em *Memórias de um condenado*, republicado posteriormente sob o título *A Condessa Vesper*, observa-se a preocupação do narrador - um preso que decidiu enviar suas memórias a um conhecido escritor fluminense - de oferecer à sociedade um relato fiel sobre as infelizes circunstâncias que o levaram a se tornar um criminoso, dentre as quais, um fatídico amor que o teria arrastado para a degradação e o crime. Em suas próprias palavras, as verdadeiras causas de suas desgraças tinham sido “o ardente romantismo em que palpitarão aqueles a quem coube a formação do meu temperamento e do meu caráter, a ausência de trabalho, a má educação sentimental, o excesso de dinheiro” e, não menos importante, “a perigosa beleza de uma mulher do jaez da Condessa Vesper, posta ao mau serviço do egoísmo e da vaidade.”²⁸³ Antes de assassinar a sua perversa amada Ambrosina - a Condessa Vesper, Gabriel, consumido pelos sofrimentos e pelas humilhações que esta mulher lhe causara, cogitou acabar com a própria vida em duas ocasiões, corroborando de certo modo a tese corrente em finais do século XIX e início do século XX de que o suicida, uma vez que desprezava os valores morais, os laços sociais e a própria vida, seria um homicida em potencial.²⁸⁴ O jovem e endinheirado Gabriel, ao final de uma festa banhada a álcool e charutos, oferecida na residência em que vivia com Ambrosina, mulher casada com outro e que vivia com ele na condição de amante, foi alertado pelo padraсто de que sua amada estava aos beijos com um homem - Mello Rosa, amigo do anfitrião. Após o ocorrido, Gabriel tomou o caminho da estação das barcas para Niterói com a intenção de se afogar - segundo as notícias, local escolhido por muitos suicidas fluminenses -; uma vez no local, solitário e desamparado, Gabriel viveu um intenso conflito entre a razão e o coração: a primeira apontava a vergonha e a perda da dignidade que tal ação implicaria, enquanto o coração propunha a despedida de todos e um final mais digno do que atirar-se aos pés de Ambrosina. Após este embate e “à medida que se aproximava do seu triste destino, assistia-lhe um estranho interesse por tudo que o cercava [...], a gente que passava, homens, mulheres e crianças, [...] como se de súbito em cada um deles descobrisse a seu respeito íntimas correlações na luta pela existência.”²⁸⁵ Na outra ocasião em que considerou a possibilidade do suicídio, após receber a notícia da morte de Eugênia, personagem que o amava de maneira pura e desinteressada e que teria morrido de tristeza, Gabriel recuou diante do “esforço moral e

²⁸³ AZEVEDO, op. cit., p. 3-5.

²⁸⁴ Sobre esta ideia, ver: LIMA, H. **O suicídio no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

²⁸⁵ AZEVEDO, op. cit., p. 241.

físico”²⁸⁶ que tal ato implicava e acabou sendo dissuadido pelo padrasto. No entanto, considere-se no romance de Azevedo o suicídio da mãe de Gabriel, a viúva Violante Rios, que foi abandonada pelo homem que amava, chamado Paulo Mostella, e passou alguns anos de sua vida a planejar o assassinato deste personagem, fato que não se realizou graças aos apelos de Gaspar, padrasto de Gabriel e irmão da esposa de Mostella, e que fez com que Violante acabasse se suicidando, corroborando-se assim a relação entre suicídio e homicídio mencionada, aqui resultado da frustração dos planos homicidas da viúva que, diante da impossibilidade de vingança, acabou com a própria vida.

A trama recheada de tragédias legada por Azevedo traz ainda o suicídio de Gustavo, filho de Mostella e sobrinho de Gaspar, que se mudou de Pernambuco para o Rio de Janeiro “com todas as [...] profundas ilusões” e se entregou à vida boêmia até conseguir um emprego como professor de um colégio de meninas. Após abandonar os sonhos de garoto e a vida boêmia graças ao trabalho com as madres superiores, Gustavo também se envolveu com Ambrosina, só que por intermédio da mãe da moça, Genoveva, que vivia miserável e solitária e trabalhava como lavadeira na mesma vizinhança que Gustavo. Assim, diante da embriaguez e da miséria desta mulher, o regenerado rapaz ofereceu o auxílio das madres para dar uma vida mais digna a Genoveva que, antes de partir, pediu para Gustavo entregar uma carta a sua filha Ambrosina. A partir daí, nas palavras do narrador, “Gustavo nunca mais se possuiu” e passou a prestar todo o tipo de serviço à cruel e sedutora Ambrosina, até que se sentiu traído pela condessa, que passou a encontrar outro homem e disse-lhe ser incapaz de amar desde que sua companheira Laura havia morrido, fato que fez com que Gustavo voltasse a beber e se dirigisse à casa de Ambrosina todas as noites para a insultar. Em uma dessas noites, Ambrosina chamou a polícia, Gustavo foi preso e, após sair da prisão, consumido pelas palavras e pela humilhação que a Condessa lhe causou, o rapaz tomou o caminho para a estação das barcas, comprou um bilhete e se afogou na baía da Guanabara.

Destaca-se, ainda, no romance em questão, a personagem da Condessa Vesper, uma mulher que atormentava e corrompia todos a sua volta, um “monstro moral” produzido pelas fantasias românticas, pela ambição desmedida e pela vaidade fomentada pela vida urbana; elementos que levaram gradativamente à degradação dos seus costumes, que causaram sofrimento a muitos - e mesmo o suicídio de alguns - e que acabaram por resultar no seu assassinato.

Por fim, em *A mortalha de Alzira*, romance originalmente publicado na *Gazeta de*

²⁸⁶ Ibid., p. 221.

Notícias sob o pseudônimo Victor Leal, aparece o suicídio do personagem Padre Angelo, clérigo que se deixou seduzir e corromper por uma paixão intensa e proibida pela cortesã Alzira. Antes de adentrar na trama, o escritor se preocupa, logo no prefácio da obra, em explicar porque escolhera tal pseudônimo. Diz Azevedo que concebera o seu “autor” como um opositor do romance naturalista, que defendia ser o verdadeiro objetivo do romance produzir “edificantes exemplos de moral e ridículos da vida de todo o dia [...]. O romance deve, ao mesmo tempo que deleita o espírito, confortar o coração. Foi assim que o entenderam os bons mestres da primeira e melhor metade deste século, e é assim que eu igualmente entendo.”²⁸⁷ De acordo com Azevedo, Victor Leal foi criado para guerrear com o próprio Azevedo, para polemizar nas páginas dos jornais de modo a apresentar ao público um debate mais amplo sobre os estilos narrativos. *A mortalha...*, nas palavras do autor, foi concebido como “um estudo lancinante das dores mais profundas que pode comportar o coração humano”, enredo muito semelhante aos demais romances aqui arrolados, em que são apontados os vícios e comportamentos desviantes que caracterizavam a degradação dos costumes. A novidade “romântica” que Azevedo traz nessa obra diz respeito sobretudo à idealização das emoções e, em especial, do amor, o que não aparece nos demais romances ditos naturalistas do autor, nos quais o amor é geralmente abordado pela ótica dos prazeres e dos interesses.

A primeira parte da obra põe em cena a história de Frei Ozeias, clérigo que se colocou à disposição do arcebispo para encontrar um substituto para um importante pregador de nome La Rose, que deveria proferir um sermão na quinta-feira santa. Revela o narrador que, quando jovem, Ozeias “arrastou a batina pelos antros mais escorregadios do jogo, da embriaguez e da prostituição”²⁸⁸, fato que décadas mais tarde “converteu-se numa nevrose que o arrastava de joelhos, com o rosto na terra, a todos os delírios da fé, a todos os heroísmos da abnegação” e que o fez clamar à providência divina por uma oportunidade de aplacar os tormentos de sua consciência. Certa noite, o clérigo encontrou uma criança abandonada em um cesto nos jardins do mosteiro em que vivia e acreditou que Deus havia lhe delegado aquela vida para oferecer a redenção de seus pecados. O menino, Angelo, tido por Ozeias como um verdadeiro messias, passou a viver em uma cela do mosteiro logo após o período de amamentação e, quando completou 20 anos, na ocasião da ausência do Padre La Rose, foi levado pelo Frei à capela real para pregar o sermão da quinta-feira santa. Durante a celebração, as palavras de Angelo causaram grande comoção entre os habitantes da cidade e, em especial, no salão da cortesã Alzira, mulher formosa e cínica que “juravam que [...] nunca sentira por ninguém a menor

²⁸⁷ AZEVEDO, op. cit., p. XVII.

²⁸⁸ Ibid., p.12.

partícula de amor”²⁸⁹. Na outra ocasião em que Angelo foi chamado à capela real para realizar uma missa, Alzira decidiu acompanhar pessoalmente os ensinamentos do Padre e, de maneira semelhante ao que ocorreu no romance *Lucíola: um perfil de mulher*, uma simples troca de olhares entre os dois personagens foi suficiente para apaixonar e perturbar a ambos. O Frei Ozeias, ao perceber o que se passava, retirou o jovem padre do altar e o levou à cidade italiana de Monteli, para evitar que Angelo se perdesse com o rápido sucesso que alcançou em Paris, onde a história se passara até então.

Todavia, Alzira descobriu o destino do rapaz e foi até ele para se confessar e declarar ao Padre que “sentia que amava pela primeira vez”; no entanto, apesar de corresponder aos sentimentos de Alzira, Angelo pediu que a jovem amasse a Deus e que não voltasse a procurá-lo. Diante disso, Alzira voltou a levar uma vida de prazeres e vícios e, achando-se à beira da morte, solicitou a presença de Angelo para dar-lhe a última benção, pedido que foi atendido pelo padre e que, ao vê-la desfalecida, teria se debruçado sobre a cortesã e declarado que também a amava. A partir daí o padre foi consumido pela paixão proibida e começou a delirar sobre a presença de Alzira em seus sonhos, além de deixar de se alimentar, fato que fez com que o Frei Ozeias retirasse o cadáver de Alzira do túmulo para que Angelo se convencesse de que seus sentimentos não passavam de delírios e loucura. No entanto, ao ver o cadáver de sua amada, o rapaz exclamou: “o que é a tua virtude senão loucura?... O que é a tua ciência?... O que é a tua religião?... Tudo isso é a insânia”²⁹⁰; após estas palavras, feriu gravemente o Frei Ozeias com uma cruz e atirou-se no precipício. Dois aspectos se destacam na trágica caminhada do Frei Ozeias e de seu filho adotivo: a vida de vícios e corrupção que cerca os personagens e o estado de loucura vivenciado por Angelo que, impossibilitado de dar vazão a seus instintos e emoções, acaba por enlouquecer e recorrer ao duplo homicídio-suicídio.

O tema do suicídio ganhou destaque em dezenas de outras obras ficcionais do Oitocentos, escritos em que, para além da preocupação de educar e formar moralmente o público leitor combatendo os vícios e desvios e exaltando as virtudes, elaborou-se uma verdadeira galeria de suicidas, cujos tipos fundamentais pudemos conhecer ao longo deste capítulo: a mulher abandonada, como Juliana, Jovita e Irecê; a mulher agredida e desrespeitada, como Maria de Niterói, Inocência, Emília e Margarida; a infanticida, como Lucíola e Mariana; a escrava suicida, como Bertoleza; o inocente injustamente acusado, como Lauro, Geraldino e Gregório; o jovem irresponsável, endividado e ambicioso, como Jorge, Luís Soares e Brás Cubas; o criminoso, como Duque Maffo, Pedro Ruivo e Gabriel; o homem traído, como Duque

²⁸⁹ Ibid., p.43.

²⁹⁰ Ibid., p.313.

Maffo e Gabriel; o bêbado, como Bertram e Pedro Ruivo; o doente sem cura, como Lázaro; a vítima de amor intenso e não correspondido, como Penseroso; e o clérigo corrompido, como Padre Angelo. Tais tipos, é certo, não esgotam os suicidas do mundo ficcional brasileiro do Oitocentos, tampouco constituem um espelho dos suicidas que perambulavam pela sociedade fluminense de então e que alimentavam as notas trágicas dos jornais e as considerações tecidas nas teses médicas, mas indicam sem dúvida um mundo partilhado entre médicos, literatos e jornalistas, um mundo em que os suicidas têm o mesmo perfil, as causas que os levam a tão extremado gesto se assemelham e, sobretudo, os valores a serem preservados para que o homem e a mulher possam, não obstante os tormentos, vícios e tentações da vida moderna, levar uma existência digna, produtiva e tranquila, sem desvios e sem ideias suicidas, são os mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever a morte voluntária a partir do modo como esta prática foi enunciada, regulada e partilhada pelos médicos e homens de letras (literatos e gente de imprensa) do Rio de Janeiro oitocentista constituiu o objetivo central da presente pesquisa. O que se observou ao longo do caminho que percorremos para atingir tal propósito foi uma preocupação crescente das autoridades cariocas de então com o aumento da gente disposta a pôr termo na própria vida, gente que aparentemente havia se perdido da sociedade em razão de maus hábitos, má educação e, conseqüentemente, da degradação moral. A partir deste diagnóstico, médicos, literatos, jornalistas e outros influentes homens de ciência e cultura do Oitocentos brasileiro levantaram suas penas para combater um gesto supostamente impensado que trazia consigo, como se viu, três grandes injustiças: “uma para com os outros homens, que aquele que assim deserta da vida priva dos exemplos e dos serviços que lhes deve; outra para consigo, a quem rouba o maior dos bens[...]; outra para com Deus, dispondo arbitrariamente de um depósito de que só ele tem direito de dispor.”²⁹¹

A primeira injustiça aparece como a mais preocupante no que diz respeito ao impacto imediato do suicídio sobre a vida social; afinal, a perda de mão de obra ou força de trabalho que essa “epidemia moral” poderia causar, sobretudo entre os escravos, era aterradora. A questão foi detalhadamente debatida por Joaquim Manuel de Macedo em suas *Considerações sobre a nostalgia*, texto dirigido aos agricultores e legisladores para os alertar acerca da urgente necessidade de reformar certas práticas relativas ao trato e ao tráfico dos cativos. Para o doutor Sigaud, médico renomado e atento à saúde pública, o problema era mais amplo, e somente o cuidado com o escravo não bastava para combater a epidemia de morte voluntária, era preciso ir além e higienizar a população como um todo, promover a melhoria dos seus hábitos e os afinar com os ideais de progresso social e material.

Daí a preocupação dos médicos com a moralização dos costumes, elemento que fundamentou e aproximou os discursos de tais profissionais daqueles produzidos pelos jornalistas e literatos aqui abordados, cujos textos, apesar do seu viés por vezes ficcional e do propósito de entreter o leitor, tinham um objetivo claramente pedagógico e moralizador. Nos jornais, sobressai ainda o caráter informativo e cronístico das abordagens, que apresentam os nomes dos indivíduos suicidas, os locais dos suicídios, os meios empregados e a sugestão de

²⁹¹ BASTOS, R. Moral religiosa. Do suicídio I. In: Seção “Variedades” de 12 de janeiro de 1849. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 7402. p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/30645. Acesso em: 11 set. 2015.

uma causalidade direta para justificar os atos relatados, abordagem que também aproxima os escritos jornalísticos dos outros dois que avaliamos, na medida em que a fala médica é marcada do mesmo modo pela preocupação em utilizar exemplos concretos ao levantar a questão, e a construção literária, pelo esforço em criar personagens suicidas e descrever de forma detalhada as variáveis envolvidas nestes atos extremos. O recurso ao humor ainda aproxima jornalistas e literatos, mas se afasta dos médicos, cuja pretensão científica exigia outros meios narrativos e uma linguagem específica, amparada em um vocabulário e em referências próprios do saber de Hipócrates.

Malgrado, no entanto, pequenas variantes relativas ao estilo, ao propósito e ao impacto, os três discursos que percorremos aqui têm a marca indelével da medicalização, pois literatos e jornalistas encamparam em suas abordagens os diagnósticos e as terapias dos seus parceiros de crítica. A imprensa tratou de os divulgar, exemplificar e, por força da repetição, de os fixar entre os leitores da capital. A literatura em prosa, que em larga medida fez as vezes de sociologia e filosofia no Brasil oitocentista²⁹², seguiu caminhos próximos e colaborou a seu modo para dar colorido aos diagnósticos e prescrições e, sobretudo, por torná-los acessíveis à população, por transformá-los em elementos familiares e integrá-los ao senso comum do carioca.

Tais parentescos põem em causa a aparente oposição entre médicos e literatos, a qual se tornou corriqueira entre críticos e historiadores e se baseia na ideia de que a medicina produziu interdições ao consumo dos romances, uma vez que tais escritos, difusores de valores distintos dos que eram recomendados pelo saber médico, poderiam incentivar os suicídios. Tal oposição, muito popular no ocaso do século XIX, é magistralmente sintetizada por Sílvia Romero, que teceu sobre a literatura de então o seguinte comentário: “o romantismo é o sentimentalismo na literatura, é a continuação da melancolia de Rousseau, distendida por todo o século XIX [...]. Um homem romântico é um tipo pálido e tristonho [...]. Uma moça romântica é uma criaturinha meio fantástica [...] um todo feito de sonhos e quimeras.”²⁹³ Pelo que pudemos aqui acompanhar, no entanto, a literatura não pôs em cena somente ‘chorões reais ou afetados’, tipos que fomentavam os desequilíbrios de que se alimentavam os suicídios; ao contrário, ela os combateu, servindo-se em larga medida dos mesmos argumentos e proposições dos médicos e jornalistas. Em todos os três discursos, quando o tema era a morte voluntária, suas causas e os melhores meios para evitá-la, o que estava em jogo não variava muito: tratava-se de educar os leitores, de combater o mal e de construir brasileiros moralmente sãos e

²⁹² CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006. p.136.

²⁹³ ROMERO, S. V. S. R. **História da literatura brasileira**, tomo II. Rio de Janeiro: Imago Ed; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001. p.604.

equilibrados, distantes dos desvios sociais e vícios que supostamente levavam os indivíduos ao desespero e a dar cabo da própria vida.

O suicídio, em suma, ganhou entre os homens de letras do Oitocentos carioca - médicos, literatos e jornalistas - as cores de um flagelo, de um produto monstruoso da barbárie e dos vícios, dos valores “decadentes”, “fanáticos” e “pagãos” que se espalhavam pelas sociedades urbanas modernas e que exigiam uma reação dura dos homens de bem. A partir desta constatação, tais homens propuseram uma verdadeira revolução no cotidiano do Rio de Janeiro: modificações nas leis, mudanças no tratamento oferecido aos escravos, construção de novos espaços para a cura de patologias mentais e, sobretudo, alterações profundas nos hábitos da população, extirpando ou ao menos minimizando aquelas práticas tidas como determinantes para a ocorrência de suicídios, como a embriaguez, o gosto excessivo pela vida noturna, os jogos de azar, as paixões imoderadas, a má educação sentimental, a ambição desmedida, dentre outras. Os escritos que legaram, ao fim e ao cabo, ao tematizar o suicídio e propor aos contemporâneos um modo de vida regulado pelo trabalho e pela disciplina moral para o combater – um modo de vida distante de ideias suicidas e, supostamente, mais civilizado, equilibrado e produtivo, voltado para a promoção do progresso moral e material da sociedade –, contribuíram para fazer avançar o controle da esfera pública sobre as condutas e práticas privadas²⁹⁴, cujos efeitos até hoje se fazem sentir.

²⁹⁴ Para mais informações, ver: FOUCAULT, M. Direito de morte e poder sobre a vida. In: _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

A. PERIÓDICOS

AGOSTINI, Angelo. Scenas da escravidão patrocinadas pelo partido da Ordem sob o glorioso e sábio reinado do Senhor D. Pedro II, o grande.... **Revista Ilustrada**. n.427. Rio de Janeiro, 1886. pp.4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747/3042>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Onde Zé reconhece a conveniência de refletir em tempo. In: _____. As aventuras de Zé Caipora. **Revista Ilustrada**. n.340. Rio de Janeiro, 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747/2422>. Acesso em: 15 set. 2015.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. A semana. **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, n. 363, 29 de dezembro de 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/13333. Acesso em: 18 jul. 2015.

_____. Seção “Folhetim - Ao Acaso” de 17 de junho de 1864. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 196. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/18776. Acesso em: 12 mai. 2015.

_____. Seção “Folhetim” de 14 de novembro de 1864. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 313. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/19244. Acesso em: 25 jul. 2015.

ATA da sessão da Academia Imperial de Medicina de 17 de novembro de 1885. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, n. 325, 22 de novembro 1885. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/14155. Acesso em: 25 ago. 2015.

BASTOS, R. Moral religiosa. Do suicídio I. In: Seção “Variedades” de 12 de janeiro de 1849. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 7402. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/30645. Acesso em: 11 set. 2015.

_____. Moral religiosa. Do suicídio II. In: Seção “Variedades” de 14 de janeiro de 1849. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 7404. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/30653. Acesso em: 11 set. 2015.

_____. Moral religiosa. Do suicídio III. In: Seção “Variedades” de 18 de janeiro de 1849. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 7408. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/30665. Acesso em: 11 set. 2015.

“Chronica médica”. **Archivo medico brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 4, janeiro de 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700347/994>. Acesso em: 15. mai. 2015.

Chronicas fluminenses. **Revista Ilustrada**, n.225. Rio de Janeiro, 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747/1590>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Da enfermidade dos pretos chamada banzo. **Diário de Saúde**, n. 10, 20 de junho de 1835. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702900/75>. pp.2-3. Acesso em: 22 jun. 2015.

Do abuso das bebidas espirituosas e das moléstias dos bêbados, considerados em suas relações com a medicina legal, pelo Dr. Roesch. **Revista Médica Fluminense**, n.5, Rio de Janeiro, agosto de 1839. pp. 219-224. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/341622/1628>. Acesso em: 17 jun. 2015.

“ESTATUTO da Previdencia - Companhia de Seguros Contra a Mortalidade dos Escravos”. **Correio Mercantil**, n.21, 22 de janeiro de 1858. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/14282>. Acesso em: 11 jun. 2015.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Etnographia medica. Natureza dos Brazis, suas molestias, tratamento e cura, pelo Dr. K. Fr. Ph. De Martius, traduzida do original allemaõ por***, para uso de Ignacio José Malta”. **Annaes de Medicina Brasiliense**, Rio de Janeiro, n.8, fevereiro de 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/442500/993>. Acesso em: 12 jun. 2015.

FLEUISS, Henrique. Crimes Autorizados – o jogo n.1. **Semana Ilustrada**, n.92, 1862. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951_1862_00092.pdf. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. Crimes Autorizados – o jogo n.2. **Semana Ilustrada**, n.93, 1862. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951_1862_00093.pdf. Acesso em: 20 ago. 2015.

JOVITA. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, n. 280, 11 out. 1867. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/28232>. Acesso em: 22 ago. 2016.

JOVITA. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, n. 299, 30 out. 1867. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/28309>. Acesso em: 22 ago. 2016.

LAEMMERT, Eduardo von. **Almanak Adminisrativo, mercantil e industrial da côrte e provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1874**. n.31. Supplemmento. Factos notaveis. Rio de janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert. 1874. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/37245>. Acesso em: 15 fev. 2015.

MANIA Romantica do Junius de Iguassú. **O Sete d' Abril**, Rio de Janeiro, n. 553, 02 mai. 1838. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709476/2371>. Acesso em: 25/08/2014.

“Mortandade dos negros”. **Archivo medico brasileiro**, n.4, Outubro de 1847. p. 75-76. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700347/996>. Acesso em: 15 mai. 2015.

MURAT, Luiz. Um louco no cemitério. Seção “Opiniões” de 16 de outubro de 1895. **O Commercio de S. Paulo**, n.784. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/227900/3180>. Acesso em: 18 jul. 2015.

O jogo. **Correio Mercantil**, n.78, 20 mar. 1857. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/13073>. Acesso em: 30 jul. 2015.

Os suicídios. **O mequetrefe**. n.393. Rio de Janeiro, 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709670/2536>. Acesso em: 25 ago. 2015.

Pequena Chronica. **Revista Ilustrada**, n.200. Rio de Janeiro, 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747/1419>. Acesso em: 20 ago. 2015.

POMPEIA, Raul. Imprensa e suicídios. Uma secção. **Gazeta da tarde**, n. 288, 15 de Dezembro de 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226688/5575>. Acesso em: 18 jul. 2015.

Queimados. Carta ao Sr. Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro. **Correio Mercantil**, n. 143, 25 mai. 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/24817>. Acesso em: 18 jul. 2015.

RAUL Pompeia. **Jornal do Commercio**. 26 de dezembro de 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/19748. Acesso em: 18 jul. 2015.

RAUL Pompéia”. **A notícia**, Rio de Janeiro, n. 322, 26 de Dezembro de 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/1015>. Acesso em: 18 jul. 2015.

RAUL Pompéia”. **O Paiz**, Rio de Janeiro, n. 4103, 26 de Dezembro de 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/14530. Acesso em: 18 jul. 2015.

Revista Médica Fluminense, Rio de Janeiro: **Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro**, n. 10, ano 5, 1840. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/hospicio/text/prelatsalubre.php>. Acesso em: 12 jul. 2015.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira [online]. **Revista Minerva Brasiliense, jornal de ciencias, lettras e artes**. n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1844. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/703095/14>. Acesso em: 01/05/2016.

Seção “Anúncios” de 14 de maio de 1855. **Diário do Rio de Janeiro**, n.132. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/41313. Acesso em: 11 jun. 2015.

Seção “Anúncios Especiais” de 31 de janeiro de 1885. **A semana**, n.5. p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/383422/46>. Acesso em: 11 jun. 2016.

Seção “Chronica Diaria” de 21 de outubro de 1855. **Diário do Rio de Janeiro**, n. B00016. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/41942. Acesso em: 22 jun. 2015.

Seção “Chronica judiciaria” de 02 de junho de 1857. **Correio Mercantil**, n. 150. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/13360>. Acesso em: 5. jul. 2015.

Seção “Chronica judiciaria” de 1º de junho de 1857. **Correio Mercantil**, n. 149. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/13356>. Acesso em: 5. jul. 2015.

Seção “Chronica judiciaria” de 24 de fevereiro de 1859. **Correio Mercantil**, n. 56. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/15852>. Acesso em: 5. jul. 2015.

Seção “Fatos diversos” de 9 de janeiro de 1853. **Correio Mercantil**, n. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/7010>. Acesso em: 7. jul. 2015.

Seção “Noticiário” de 28 de setembro de 1860. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 185. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/13895. Acesso em: 13. jul. 2015.

Seção “Parte não oficial” de 27 de janeiro de 1840. **Correio Oficial**. Rio de Janeiro: Thomaz B. Hunt e Comp., v. 1, n. 20, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749443/7761>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Seção “Parte Oficial” de 14 de janeiro de 1849. **Correio Mercantil**, n. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/1499>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Seção “Publicações a pedido” de 14 de junho de 1848. Aceio e polícia. **Correio Mercantil**, n.160. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/644>. Acesso em: 30 jul. 2015.

Seção “Repartição da policia” de 14 de janeiro de 1846. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 7111. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/29465. Acesso em: 18 jun. 2015.

Seção “Repartição da policia” de 15 de outubro de 1860. **Correio da tarde**, Rio de Janeiro, n. 232. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090000/6082>. Acesso em 17 jul. 2015.

Seção “Repartição de policia” de 17 de dezembro de 1850. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 8576. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35395. Acesso em: 11 jul. 2015.

Seção “Repartição de policia” de 2 de junho de 1852. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 9002. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/37118. Acesso em: 9 jul. 2015.

Seção “Repartição de polícia” de 5 de fevereiro de 1849. **Diário do Rio de Janeiro**, n.8008. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/33077. Acesso em: 18 jul. 2015.

Seção “Rio de Janeiro - Chronica diaria” de 12 de outubro de 1856. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 283. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/43870. Acesso em 15 jul. 2015.

Seção “Rio de Janeiro” de 18 de setembro de 1838. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 208. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/20942. Acesso em: 22 jun. 2015.

Seção “Rio de Janeiro” de 20 de setembro de 1838. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 210. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/20949. Acesso em: 22 jun. 2015.

Seção “Rio de Janeiro” de 25 de outubro de 1838. **Diário do Rio de Janeiro**, n.240. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/21061. Acesso em: 18 jul. 2015.

Seção “Semana Literária”. **A notícia**, Rio de Janeiro, n. 2, 03 de janeiro de 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/1039>. Acesso em: 18 jul. 2015.

Sessão “Justiça Criminal - Jury da Corte” de 03 de janeiro de 1844. **Gazeta dos tribunaes**, Rio de Janeiro, n. 96. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709492/388>. Acesso em: 1 jul. 2015.

Seção “Repartição de polícia” de 18 de abril de 1857. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, n. 102. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/13169>. Acesso em: 5 jul. 2015.

SIGAUD, José. Francisco Xavier. Reflexões sobre o trânsito livre de doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro[...]. **Diário de Saúde**, Rio de Janeiro, n.1, 18 de abril de 1835. p. 6-8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702900/6>. Acesso em: 22. jun. 2015.

_____. Da visita das boticas e a venda pública de remédios e substâncias venenosas. **Diário de Saúde**, n.3, 1835. pp.18-20. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702900/18>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SIMONI, Luís Vicente de. Importância e necessidade da criação de hum manicomio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados. **Revista Medica Fluminense**, n. 6, ano 5, set. 1839. pp.241-262. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/341622/1650>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Suicídio. **Semana Illustrada**, n.728, 1873. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702951/5821>. Acesso em: 20 ago. 2015.

“Suicidio”. **Correio Mercantil**, n. 49, 18 de fevereiro de 1860. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/17256>. Acesso em: 11 jun. 2015.

THEATROS. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n. 252, 11 set. 1865. p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/9116. Acesso em: 22 ago. 2016.

Um aviso aos desgostosos da vida. **O mequetrefe**. n. 393. Rio de Janeiro, 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709670/2537>. Acesso em: 25 ago. 2015.

B. TEXTOS MÉDICOS

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Considerações sobre a nostalgia**. [1844]. Estabelecimento de texto e notas explicativas por Ronald Polito e Myriam Bahia Lopes. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MOREIRA, Nicolao Joaquim. **Considerações geraes sobre o suicidio**: discurso pronunciado perante Sua Magestade o Imperador e Sua Alteza o Senhor Conde d'Eu, na sessão solenne da Academia Imperial de Medicina celebrada no Paço da cidade em 30 de junho de 1867.

PENIDO, Fortunato Rafael Nogueira **Tratado de medicina e de outros variados interesses do Brasil e da humanidade**. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio de Brito & Braga, 1858.

SIGAUD, José Francisco Xavier. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

TORRES, Bernardino José Rodrigues. **Dissertação medico-philosophica sobre as causas e sede do suicidio**. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1843.

C. OBRAS LITERÁRIAS

ALENCAR, José Martiniano de. **Senhora**. São Paulo: Dicopel, s.d.

_____. **Lucíola**: um perfil de mulher [online]. 12 ed. São Paulo: Ática, 1988. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000137.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2014.

_____. **A viuvinha** [online]. São Paulo: Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, s.d. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000144.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2015.

_____. A alma do Lázaro [online]. In: **Alfarrábios**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1873. pp. 159-201. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242823>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. O alienista. In: **Papéis Avulsos**. São Paulo: Escala educacional, 1994.

_____. **Helena**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. Contos fluminenses [online]. In: **Obra Completa**, Machado de Assis, vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. pp. 20-38. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn001.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Memórias Póstumas de Brás Cubas [online]. In: **Obra Completa**, Machado de Assis. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm05.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2014.

AZEVEDO, Aluísio Tancredo Belo de. **Mistério da Tijuca** [online]. Rio de Janeiro: Tipografia da Folha Nova, s.d. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0288/index.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. **O cortiço** [online]. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000015.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. **A condessa Vesper**, publicado em 1882 com o título Memórias de um condenado [online]. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00228700>. Acesso em: 20 mai. 2016.

_____. **A mortalha de Alzira** [online]. Rio de Janeiro: Fauchon & Cia. Livreiros Editores, 1895. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00228400>. Acesso em: 14 set. 2016.

AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de. **Macário** [online]. Rio de Janeiro: MEC; Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, s.d. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/macario.pdf. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Noite na taverna** [online]. Rio de Janeiro: MEC; Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, s.d. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/noitenataverna.pdf. Acesso em: 15 ago. 2015.

COARACY, José Alves Visconti. **Traços biográficos da heroína brasileira Jovita Alves Feitosa, ex sargento do 2º corpo de voluntários do Piauí** [online]. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Brito e Irmão, 1865. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00589300>. Acesso em: 19 jul. 2016.

DINARTE, Silvio (Alfredo d'Escagnolle Taunay). Irecê a Guanã. In: _____. **Histórias Brasileiras** [online]. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. pp. 10-62. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01897300>. Acesso em: 15 ago. 2016.

LUIZA. **Jornal dos Debates Políticos e Literários de 1838**, Rio de Janeiro, n. 51, ano II, 18 jan. 1838, Apêndice. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702439/203>. Acesso em: 17 set. 2014.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Os dois amores** [online]. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, s.d. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000148.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2016.

_____. O veneno das flores. In: _____. **Os Romances da Semana** [online]. 3. ed. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1873. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01069700>. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **O moço loiro** [online]. Rio de Janeiro: MEC; Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, s.d. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000095.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MARIA de Nictheroy. **Jornal dos Debates Políticos e Literários de 1838**, Rio de Janeiro, n. 63, ano II, 19 abr. 1838, Apêndice. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702439/251>. Acesso em: 25 ago. 2014.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Inocência** [online]. [1872] Rio de Janeiro: MEC; Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, s.d. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000002.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

TEIXEIRA e SOUSA, Antônio Gonçalves. **As fatalidades de dois jovens: recordações dos tempos coloniais** [online]. 4 v. Rio de Janeiro: Editora Popular, 1874. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0034/index.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.

D. OBRAS DE REFERÊNCIA

ABREU, Márcia. **Cultura letrada**: literatura e leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____.; SCHAPOCHNIK (Org.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado das Letras/ Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2005.

_____. (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras/ Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____. **História da Vida Privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALVAREZ, Alfred. **O deus selvagem**: um estudo do suicídio. Tradução de Sonia Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

AMORA, Antônio Soares. **O Romantismo**. São Paulo: Editora Cultrix, 1967.

_____. **História da Literatura Brasileira** (Séculos XVI-XX). Lisboa: Ática Limitada, 1961.

ANDRADE, Adriano da Guerra. **Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. **Luizinha**; Perfil literário de José de Alencar. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

ÁRIES, Philippe. **O Homem Perante a Morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. 2 v.

_____. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Editorial Teorema, 1989.

AUGUSTI, Valeria. **O romance como guia de conduta**: a moreninha e os dois amores. Dissertação (mestrado em Teoria Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

AZEVEDO, Moreira. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. **Revista trimestral do Instituto Historico, Geographico, e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, v. 28, n. 4, 1865. p. 208.

BARTHES, Roland. A morte do autor [1968]. In: _____. **O rumor da língua** [1984]. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BASTIDE, Roger. Os suicídios em São Paulo, segundo a cor. In: **Boletim de Sociologia da Universidade de São Paulo**: USP; São Paulo, n. 71. 1943..

Biografia: Sílvia Romero. Rio de Janeiro: ABL. Online. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/silvia-romero/biografia>. Acesso em 10 mai. 2016.

BRESCIANI, Stella. Literatura e cidade. In: CARDOSO, Selma Passos; PINHEIRO, Eloísa Petti; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). **Arte e cidades**. Imagens, discursos e representações. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

_____. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1750-1880)**. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2013.

_____. **Presença da literatura brasileira: das origens ao romantismo**. 3. ed. rev. São Paulo: Difel, 1968.

_____. **A educação pela noite**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARBALLO, Pablo Zembrano (Org.). **Estudios Sobre Literatura y Suicidio**. Sevilla: Ediciones Alfar, 2006.

CARDOSO, R. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, P. MALTA, M. OLIVEIRA, C. VELLOSO, P. (org.) **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, Marcelo José Pereira. **As letras escarlates: representações e histórias de suicídio em Belém do Pará: 1891-1920**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2012.

CASTELLO, José Aderaldo. **A Literatura Brasileira: origens e unidades (1500-1960)**. São Paulo: Edusp, 1999. 2 v.

Collecção das decisões do governo do imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. p. 181. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_49.pdf. Acesso em 02 ago. 2015.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

COUTINHO, Afrânio. A ficção naturalista: Aluísio Azevedo, Inglês de Souza, Júlio Ribeiro, Adolfo Caminha. In: _____. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S. A., 1955. v.2.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EDLER, Flávio Coelho. **A medicina no Brasil Imperial**: clima, parasitas e patologia tropical. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**, seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão**: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Tradução do original em inglês por Waldemar Valente em convênio com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. São Paulo: Editora Global, 2008.

_____. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Editora Global, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O nascimento da Clínica**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

_____. **A higienização do povo**: medicina social e alienismo no Rio de Janeiro oitocentista. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. In: _____. **A história do movimento psicanalítico**. v. XIV. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1976.

FERREIRA, Jacson André da Silva. **Loucos e pecadores**: suicídio na Bahia do século XIX. 2004. 126 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

FERREIRA, Luiz Otávio. José Francisco Xavier Sigaud: um personagem esquecido, uma obra reveladora. **Hist. cienc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, Mar/Jun 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000100007>. Acesso em: 02 jun. 2015.

GIDDENS, Anthony. O problema do suicídio na sociologia francesa. In: _____. **Em defesa da sociologia**. São Paulo: UNESP, 2001.

GOFFMAN, Erving. As características das instituições totais. In: _____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. Sintomas Mentais e ordem pública. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. (Coord.). **Sociedade e doença mental**. Rio de Janeiro: Campos, 1978.

GOULART, José Alípio. **Da Fuga ao Suicídio** (Aspectos da Rebeldia do Escravo no Brasil). Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

HOLLANDA, Carlos. Angelo Agostini e seu “Zé Caipora” entre a Corte e a República. In: **História, imagem e narrativas**. n. 3, ano 2, setembro/2006. p.111

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Suspiros Poéticos e Saudades**. 6. ed. Brasília: Ed. UnB, 1999.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KNAUSS, Paulo. et al. (Org.) **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011

LIMA, Hermeto. **O suicídio no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

LIMA, Zilda Maria Menezes. “A Alma do Lázaro” de José de Alencar: uma possibilidade de diálogo entre História das Doenças e Literatura. **ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH**, 26, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300056950_ARQUIVO_AAImadoLazaroUltimaversao3.pdf. Acesso em: 22 set. 2016.

LOPES, Fábio Henrique. **A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil, 1830-1900**. 2003. 223 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2003.

_____. **O suicídio sem fronteiras: entre a razão e a desordem mental**. 1998. 127 f. Dissertação (Mestrado em História). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1998.

LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, História e Literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARTINS, Bruno Guimarães. A seriedade do cômico: A Gazeta dos Tribunaes no Rio de Janeiro (1843). **XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM**, 36, Manaus, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1011-1.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2014.

MARTINS, José de Souza. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983.

MARX, Karl. **Sobre o Suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MENDES, Luis Antonio de Oliveira. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, n. X, ano 2, p.362-376. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v10n2/1415-4714-rlpf-10-2-0362.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MISKOLCI, Richard. BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. O drama público de Raul Pompeia. Sexualidade e política no Brasil finissecular. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p.73-88, fev. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000100004. Acesso em: 11 mar. 2015.

MINOIS, Georges. **História do suicídio**: a sociedade ocidental perante a morte voluntária. Lisboa: Teorema, 1998.

MORAIS, Rosa Helena Santana Girão de. A geografia médica e as expedições francesas para o Brasil: uma descrição da estação naval do Brasil e da Prata (1868-1870). In: **Hist. cienc. saude-Manguinhos**. vol.14, no.1. Rio de Janeiro: Jan./Mar. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702007000100003>. Acesso em: 15 fev. 2016.

NASCIMENTO, Alfredo. **O centenário da academia nacional de medicina no Rio de Janeiro** – primórdios e evolução da medicina no Brasil. Rio de Janeiro, 1929.

NAVA, Pedro. **Capítulos da história da medicina no Brasil**. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003.

_____. **Território de Epidauro**. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido interpretativo para o Brasil do século XIX. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NERY, Laura. Os sentidos do humor: Henrique Fleiuss e as possibilidades de uma sátira bem-comportada. In: KNAUSS, P. MALTA, M. OLIVEIRA, C. VELLOSO, P. (org.) **Revistas**

ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011. p.173-187.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821).** 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Escravidão e Nostalgia no Brasil: o banzo. **Rev. Latino am. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 735-761, dez. 2008 (Suplemento).

_____. Da enfermidade chamada banzo: excertos de Sigaud e de von Martius (1844). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 11, n. 4, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n4s0/v11n4s0a04.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

OLIVEIRA, Saulo Veiga. **O Suicídio de escravos em Campinas e na província de São Paulo (1870-1888).** 2007. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2007

OLOMALA, Isola. Suicide in yoruba culture. **Revista de Estudos Africanos da USP**, São Paulo, n. 10, 1997.

PAYAR, André Javier Ferreira. **A escravidão entre os seguros: as seguradoras de escravos na província do Rio de Janeiro (1831-1888).** Dissertação (mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2012.

PIZARRO, A. (Org.). **América Latina:** palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994.

PUENTE, Fernando Rey (Org.). **Os filósofos e o suicídio.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil.** v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Lourival. **O Barão do Lavradio e a higiene no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Itatiaia, 1992.

ROCHA, Antonio Penalves. Ideias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. In: **Rev. bras. Hist.** vol.20 n.39. São Paulo: 2000 pp. 37-68. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882000000100003>. Acesso em: 22 ago. 2016.

RODIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além:** a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos:** tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

ROMERO, Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos. **História da literatura brasileira**, tomo II. Rio de Janeiro: Imago Ed; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7 v.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001.

SANTIAGO, Silviano. A retórica da verossimilhança. In: _____. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva; SCCT, 1978.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo: Edusp/HUCITEC, 1991.

SALLES, Pedro. **História da medicina no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. G. Holman LTDA, 1971.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1990.

SIMONI, Luís Vicente de. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil** (1832-1930). Disponível em: <http://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/simonil.htm>. Acesso em: 13 ago. 2015.

SINZIG, Pedro (Fr.). **Atravéz dos romances: guia para as consciências**. Petrópolis, Vozes, 1915/1917. 2 v.

S. MATHEUS, Capítulo VII; 3-5. In: **A Bíblia Sagrada**, contendo o velho e o novo testamento [online]. Tradução pelo Pe. João Ferreira A. D'Almeida. Nova York: Sociedade Americana da Bíblia, 1850. p.9. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=2EwMAAAAYAAJ&pg=GBS.PP1>. Acesso em: 13/09/2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Sociedade de medicina do Rio de Janeiro. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil** (1832-1930). Acesso em: 7 ago. 2015. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedrj.htm>.

SOUZA, Braz Florentino Henriques de. **Código criminal do Imperio do Brasil**. Recife: Typographia Universal, 1858, p. 81. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221763>. Acesso em: 03 jun. 2015.

STENGEL, Erwin. **Suicídio e tentativa de suicídio**. Tradução de Álvaro de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1980.

STRZODA, Michelle. **O Rio de Joaquim Manuel de Macedo**: jornalismo e literatura no século XIX. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2010.

SÜSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia (Org.). **A Historiografia Literária e as Técnicas de Escrita**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa/ Vieira e Lente, 2004.

_____. **Cinematógrafo de Letras**: literatura, técnicas e modernização no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. **As Revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Casa Rui Barbosa, 1986.

_____. As vítimas-algozes e o imaginário do medo. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. **As vítimas-algozes**: quadros da escravidão. 3. ed. Estabelecimento do texto e notas por Raquel Teixeira Valença. Introdução de Flora Süssekind. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Scipione, 1991.

TÁVORA, João Franklin da Silveira. Estudo crítico. In: COARACY, José Alves Visconti. **Obras Completas de Fagundes Varela**. v.1. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1892. p.34
Disponível em:

http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bar/or/10.5016_03_OR83934_07_01_volume_01. Acesso em: 15/08/2016.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888). Ouro Preto, **LPH/Revista de História**, n.1, 1990. pp.80-89.

VENEU, Marcos Guedes. **Ou não ser**: introdução à história do suicídio no ocidente. Brasília: Ed. UnB, 1994.

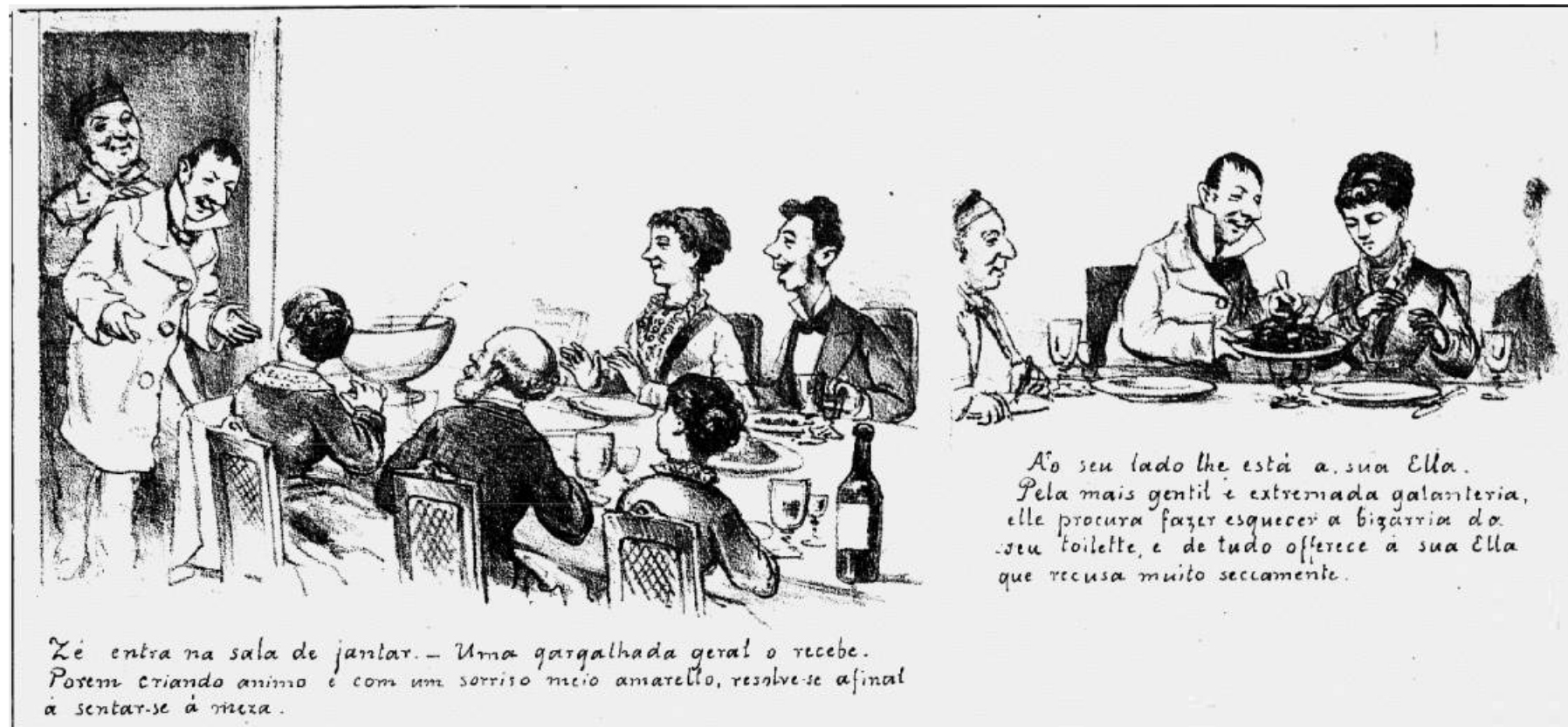
ZUCCHÈLLI, Antonio. **Enciclopedia on line**, Roma: Istituto dell'Enciclopedia italiana Treccani. Acesso em: 11/06/2016. Disponível em:

<http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-zucchelli/>. Acesso em: 14 jun. 2016.

APÊNDICE

Trecho extraído de “As aventuras de Zé Caipora”, de Angelo Agostini.

Figura 10 – Zé fica convencido que um primo é muito pior e muito mais funesto que um irmão.¹



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹ AGOSTINI, A. Zé fica convencido que um primo é muito pior e muito mais funesto que um irmão. In: _____. As aventuras de Zé Caipora. **Revista Illustrada**. n.333. Rio de Janeiro, 1883. p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332747/2373>. Acesso em: 20 jan. 2016.

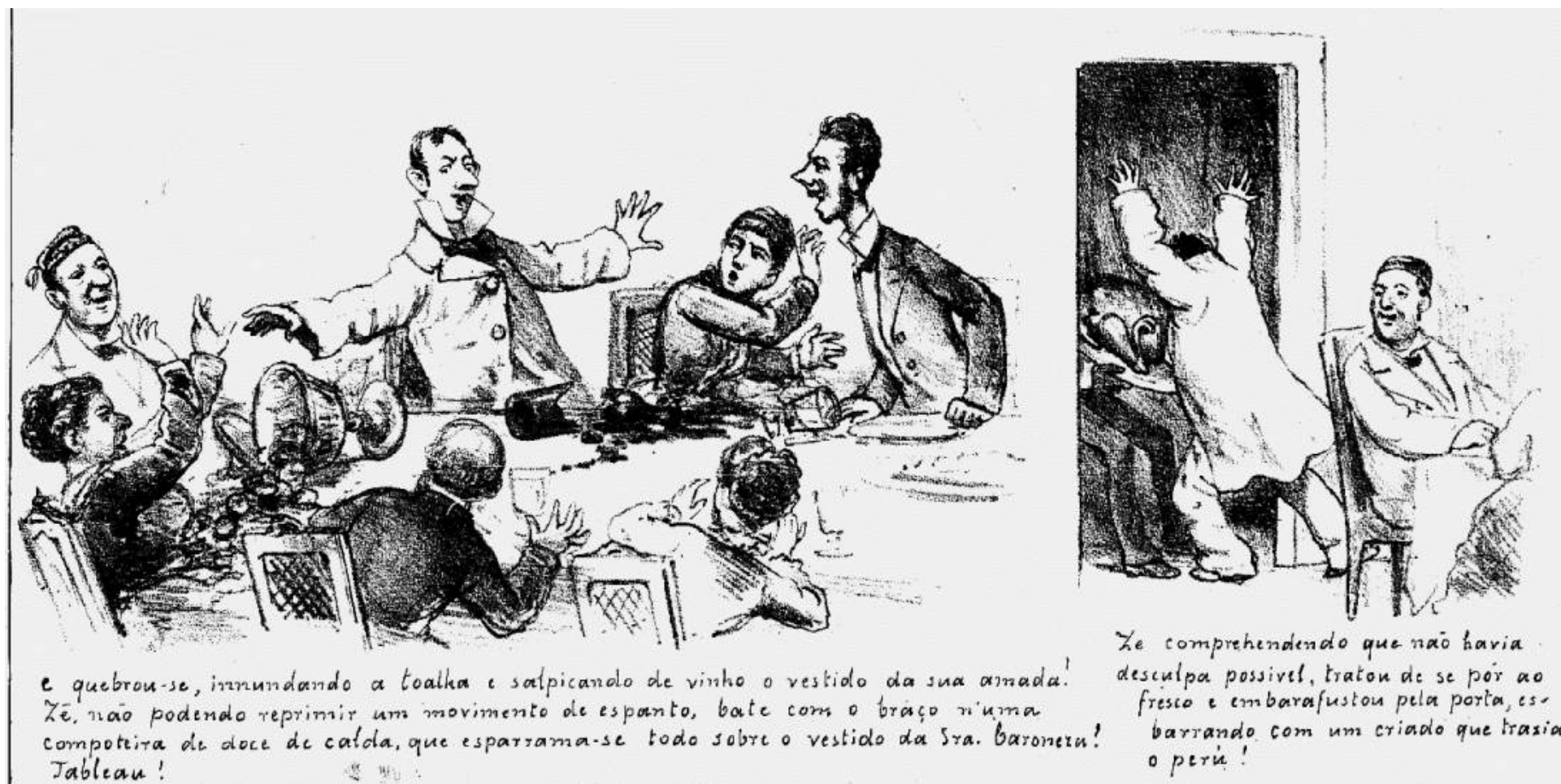
Figura 11 – Zé fica convencido que um primo é muito pior [...].²



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

² Ibid.

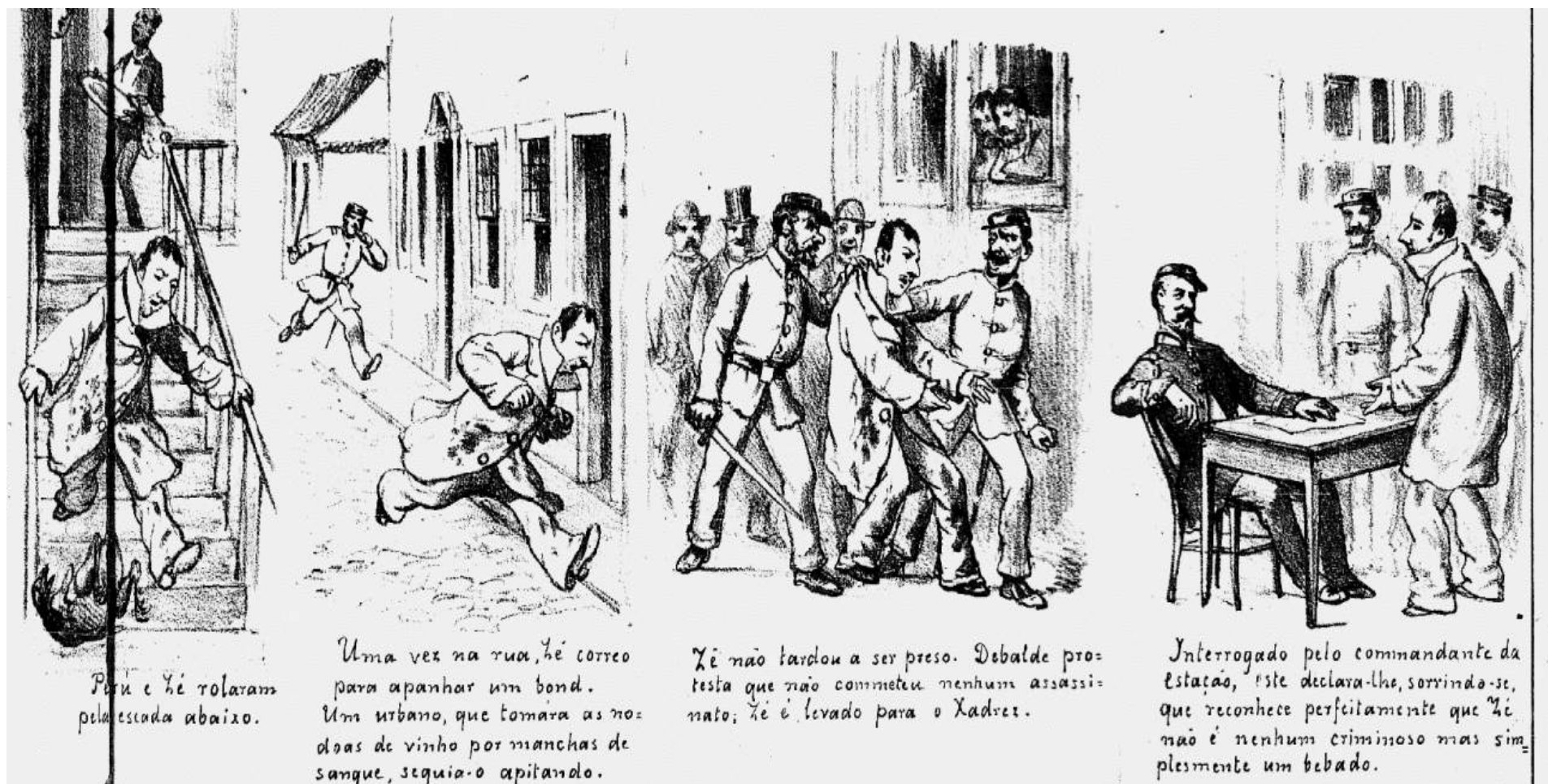
Figura 12 – Zé fica convencido que um primo é muito pior [...].³



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

³ Ibid.

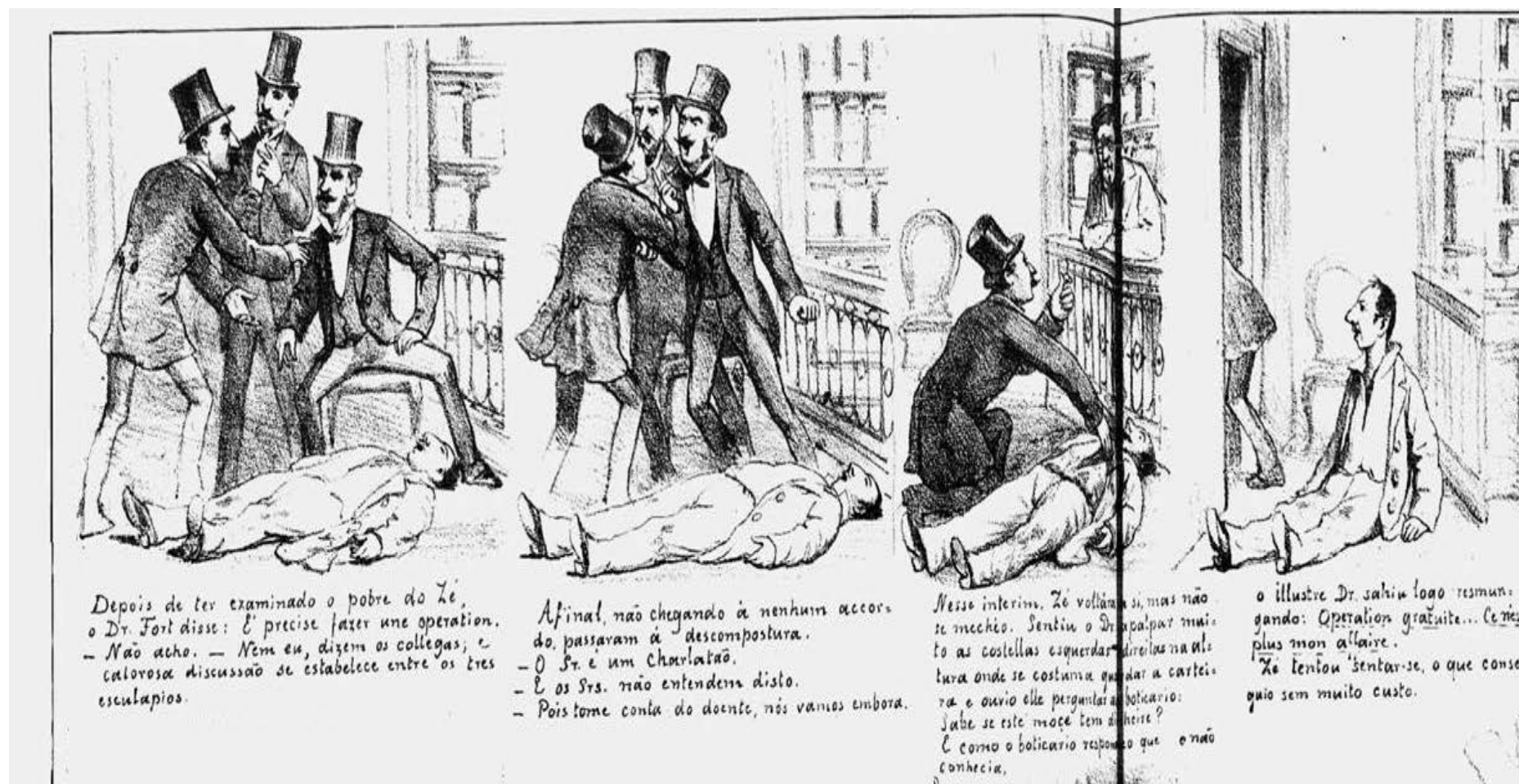
Figura 13 – Zé fica convencido que um primo é muito pior [...].⁴



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

⁴ Ibid.

Figura 14 – Onde fica provado que uma boa esfregação de arnica vale mais que três médicos.⁵



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

⁵ AGOSTINI, A. Onde fica provado que uma boa esfregação de arnica vale mais que três médicos. In: _____. As aventuras de Zé Caipora. **Revista Illustrada**. n.337. Rio de Janeiro, 1883. p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332747/2401>. Acesso em: 20 jan. 2016.

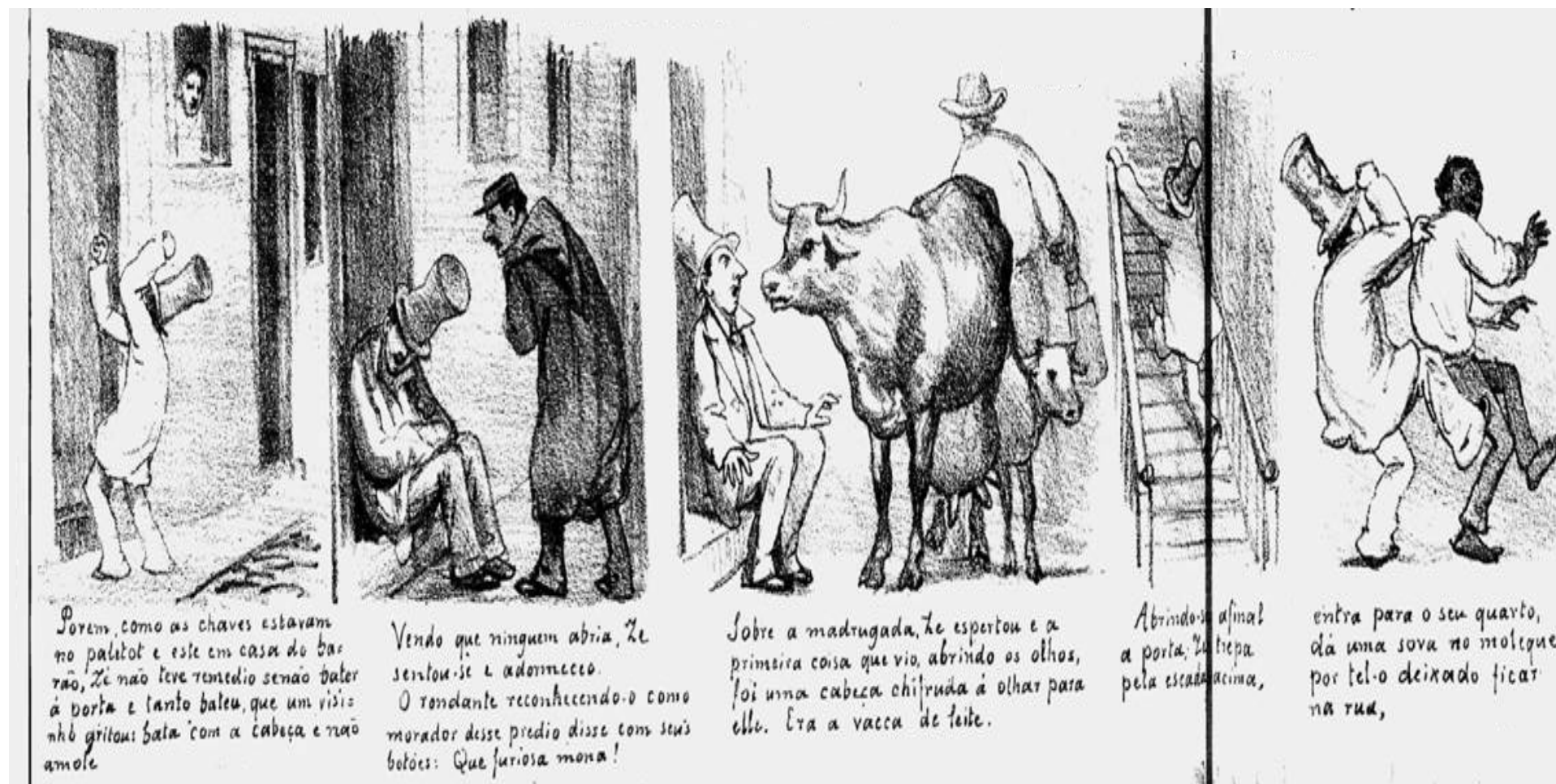
Figura 15 – Onde fica provado que uma boa [...].⁶



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

⁶ Ibid.

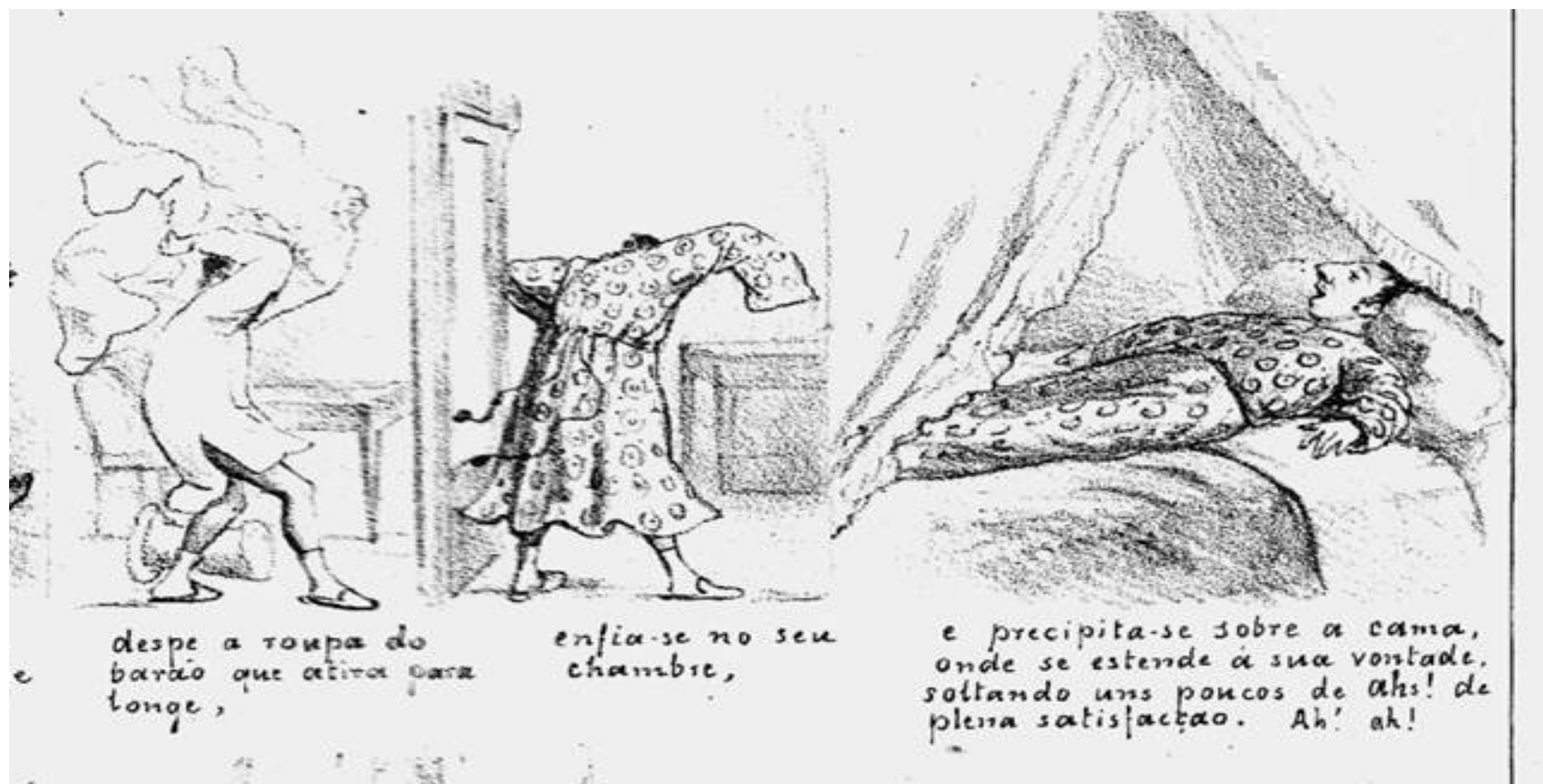
Figura 16 – Onde fica provado que uma boa [...].⁷



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

⁷ Ibid.

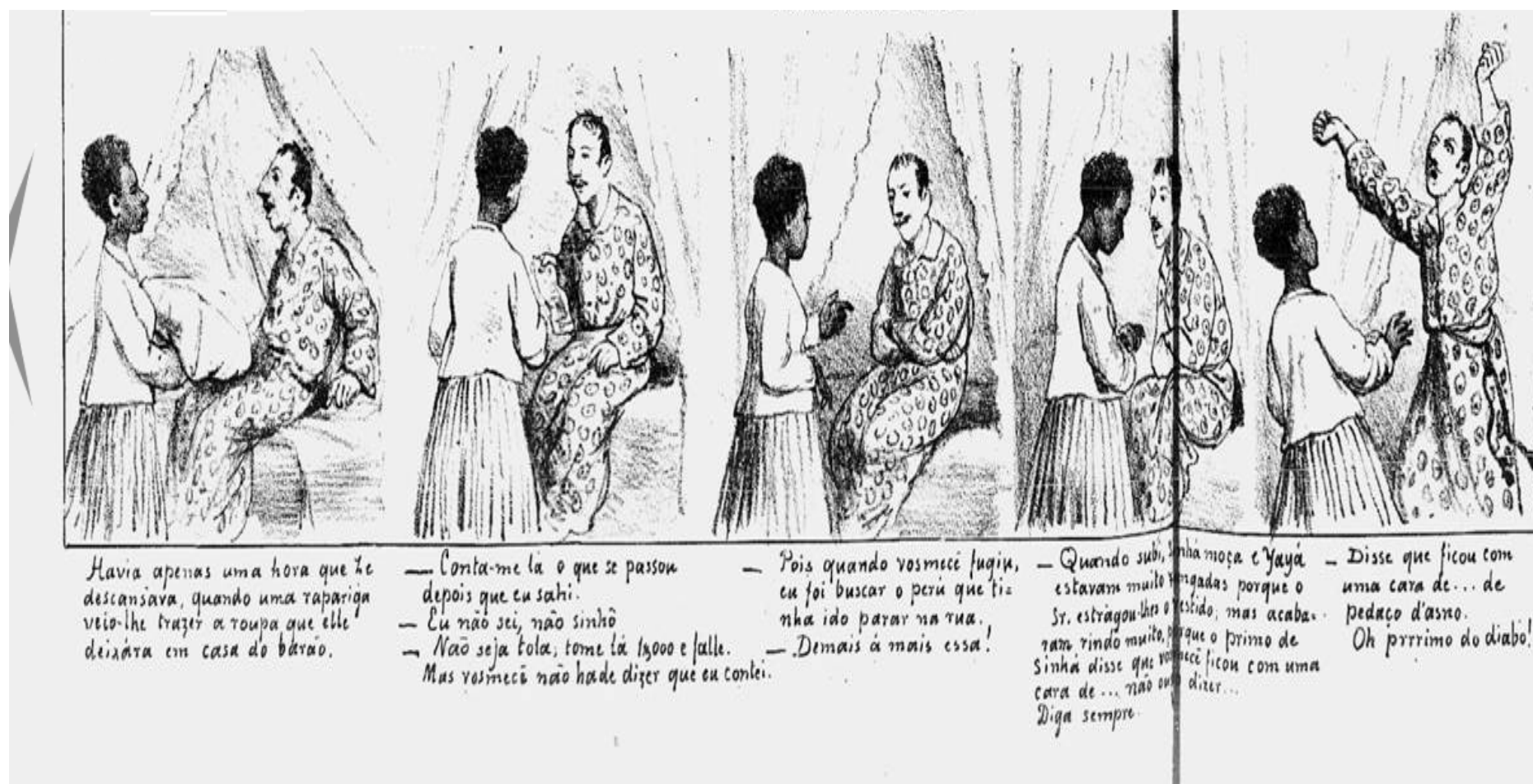
Figura 17 – Onde fica provado que uma boa [...].⁸



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

⁸ Ibid.

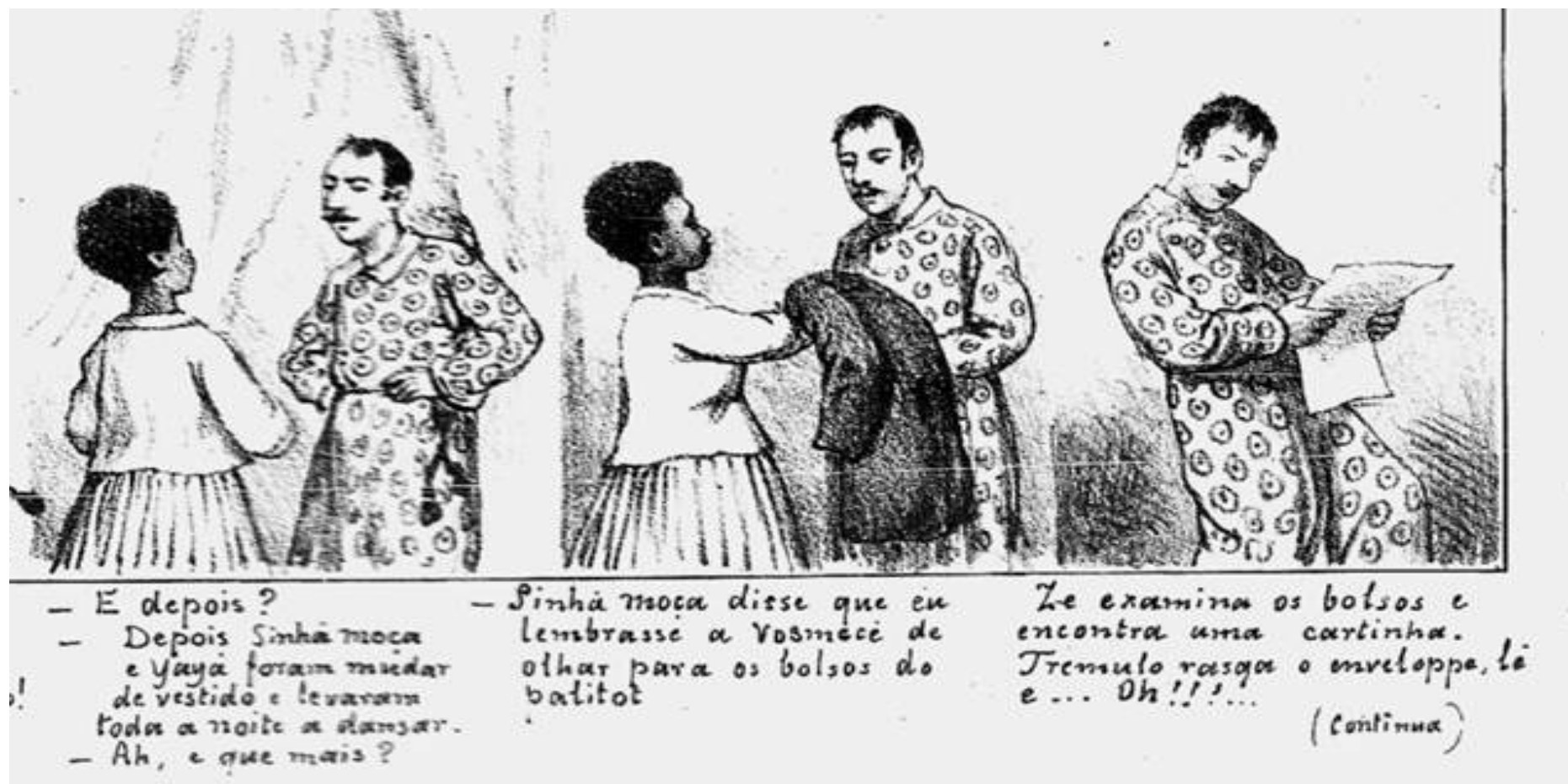
Figura 18 – Onde fica provado que uma boa [...].⁹



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

⁹ Ibid.

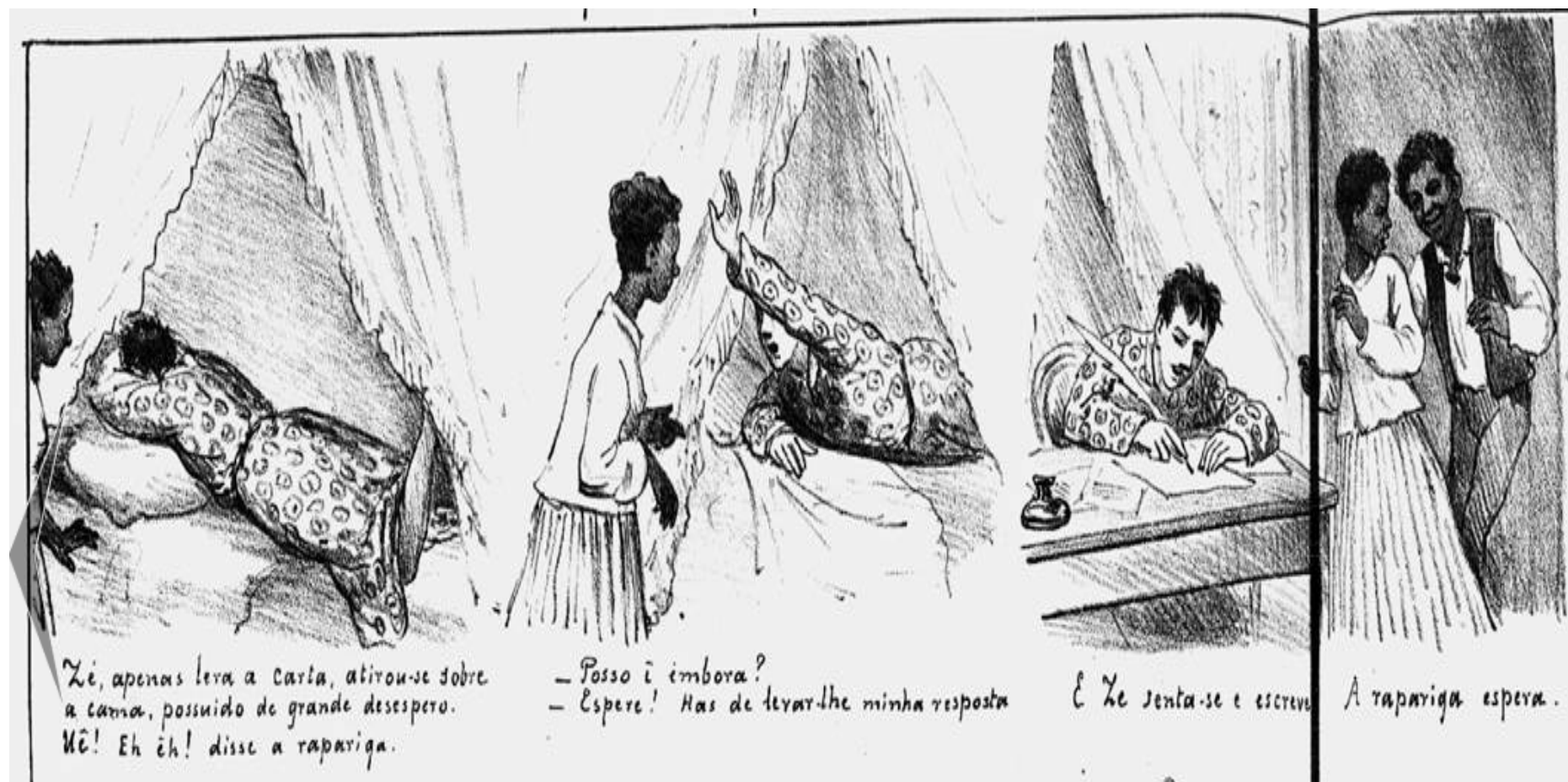
Figura 19 – Onde fica provado que uma boa esfregação de arnica vale mais que três médicos.¹⁰



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹⁰ Ibid.

Figura 20 – Da influência de uma mulher escamada no destino de um homem pacato.¹¹



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹¹ AGOSTINI, A. Da influência de uma mulher escamada no destino de um homem pacato. In: _____. As aventuras de Zé Caipora. **Revista Illustrada**. n.339. Rio de Janeiro, 1883. p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332747/2415>. Acesso em: 20 jan. 2016.

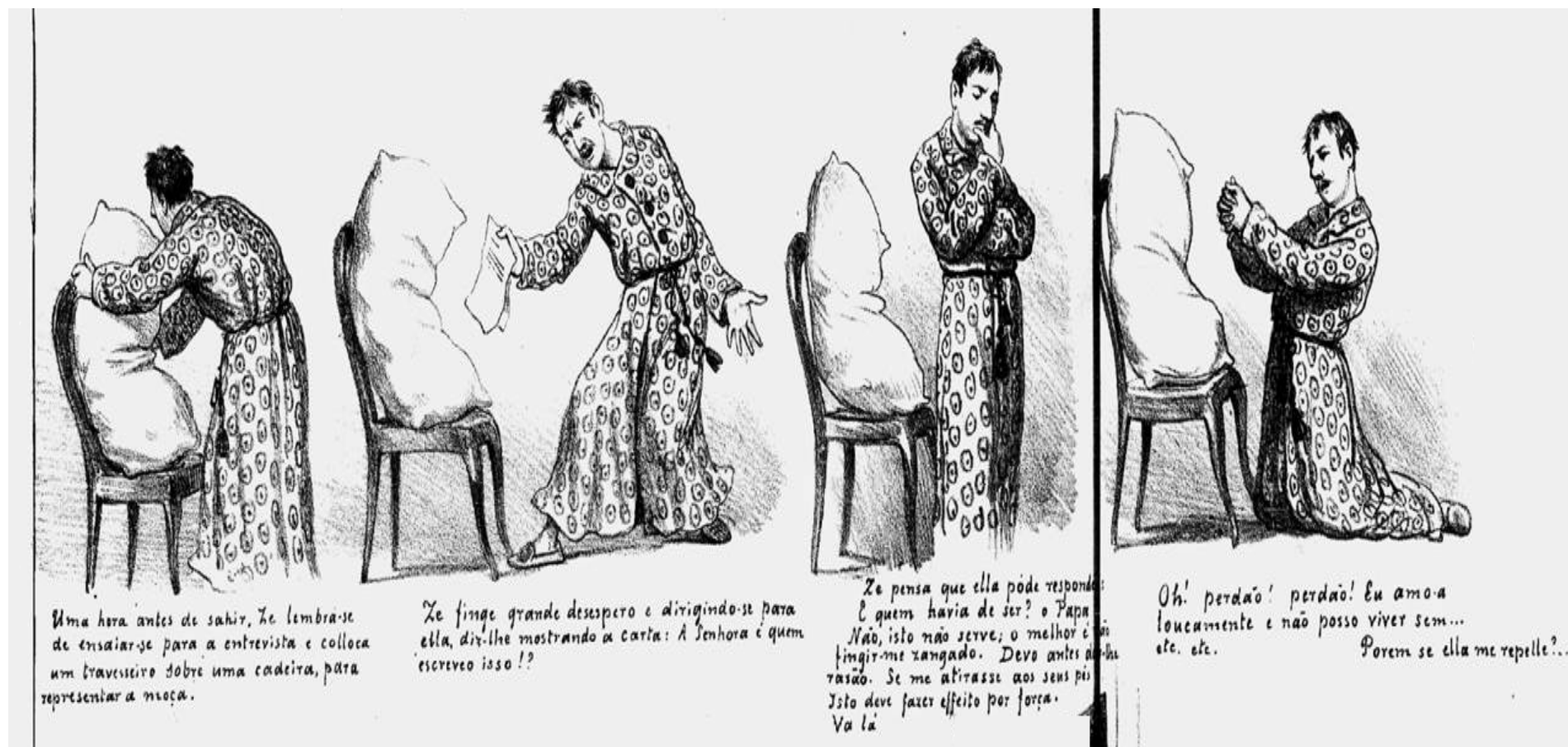
Figura 21 – Da influência de uma mulher escamada no destino de um homem pacato.¹²



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹² Ibid.

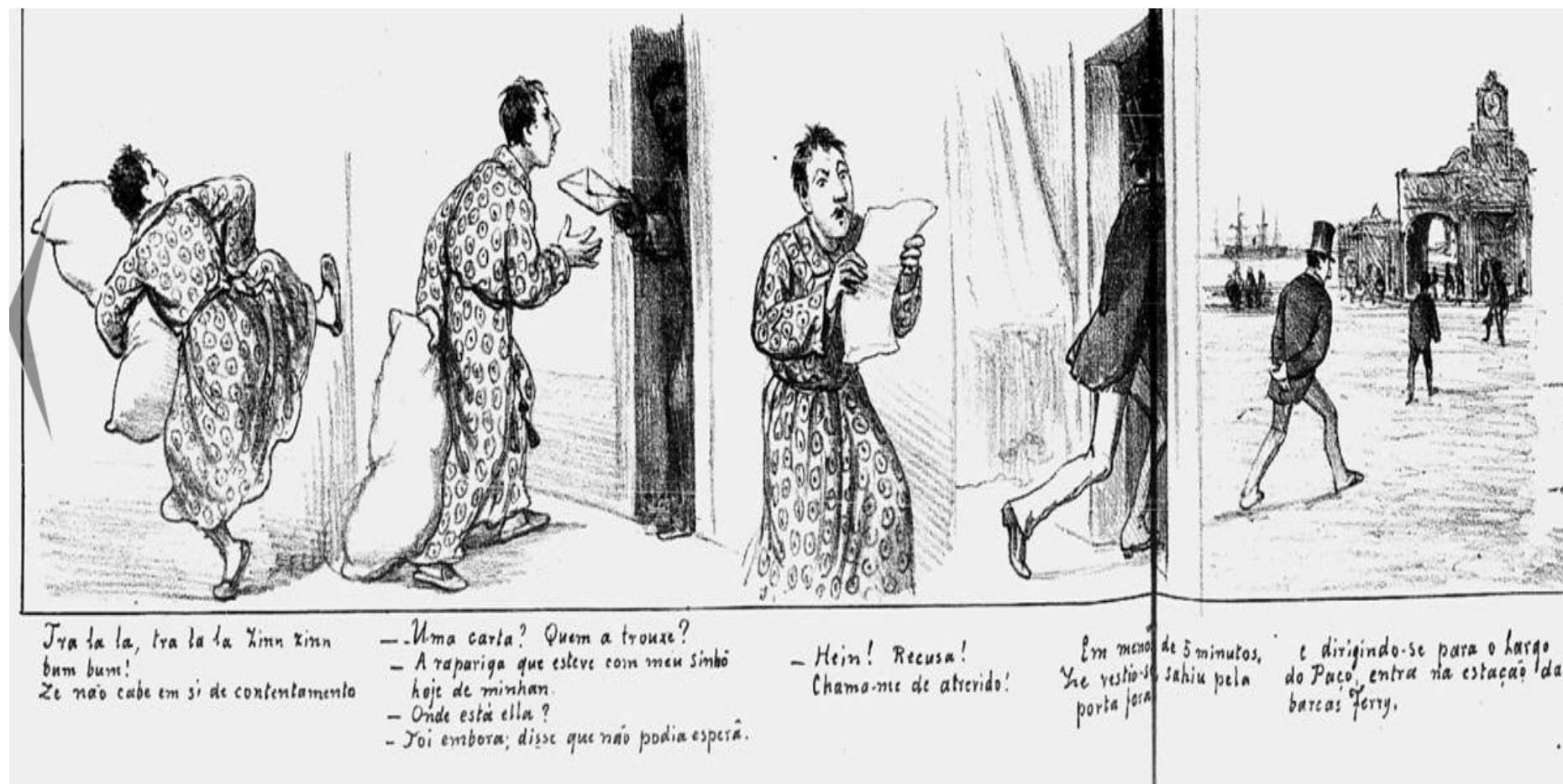
Figura 22 – Da influência de uma mulher escamada no destino de um homem pacato.¹³



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹³ Ibid.

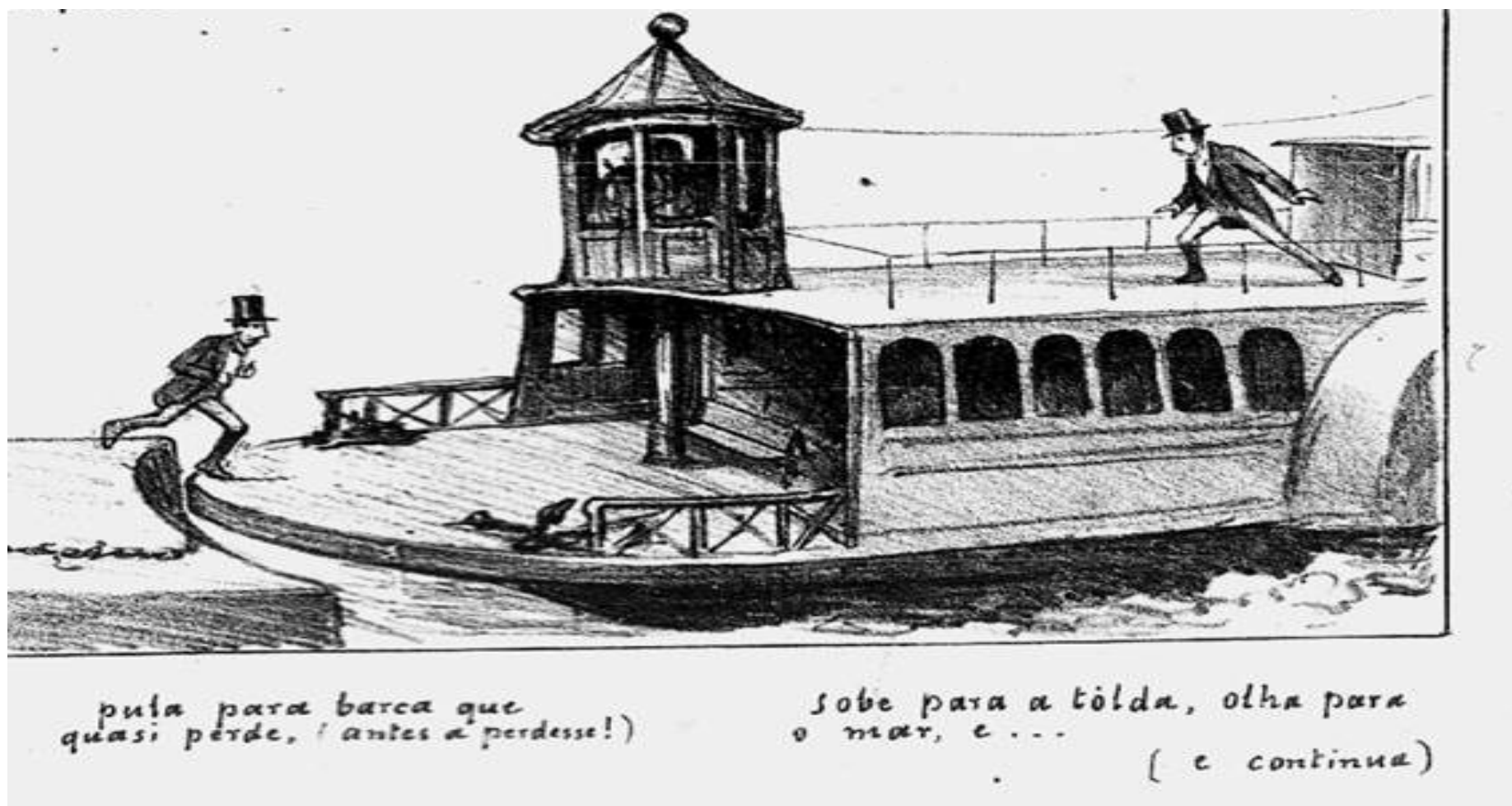
Figura 23 – Da influência de uma mulher escamada no destino de um homem pacato.¹⁴



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹⁴ Ibid.

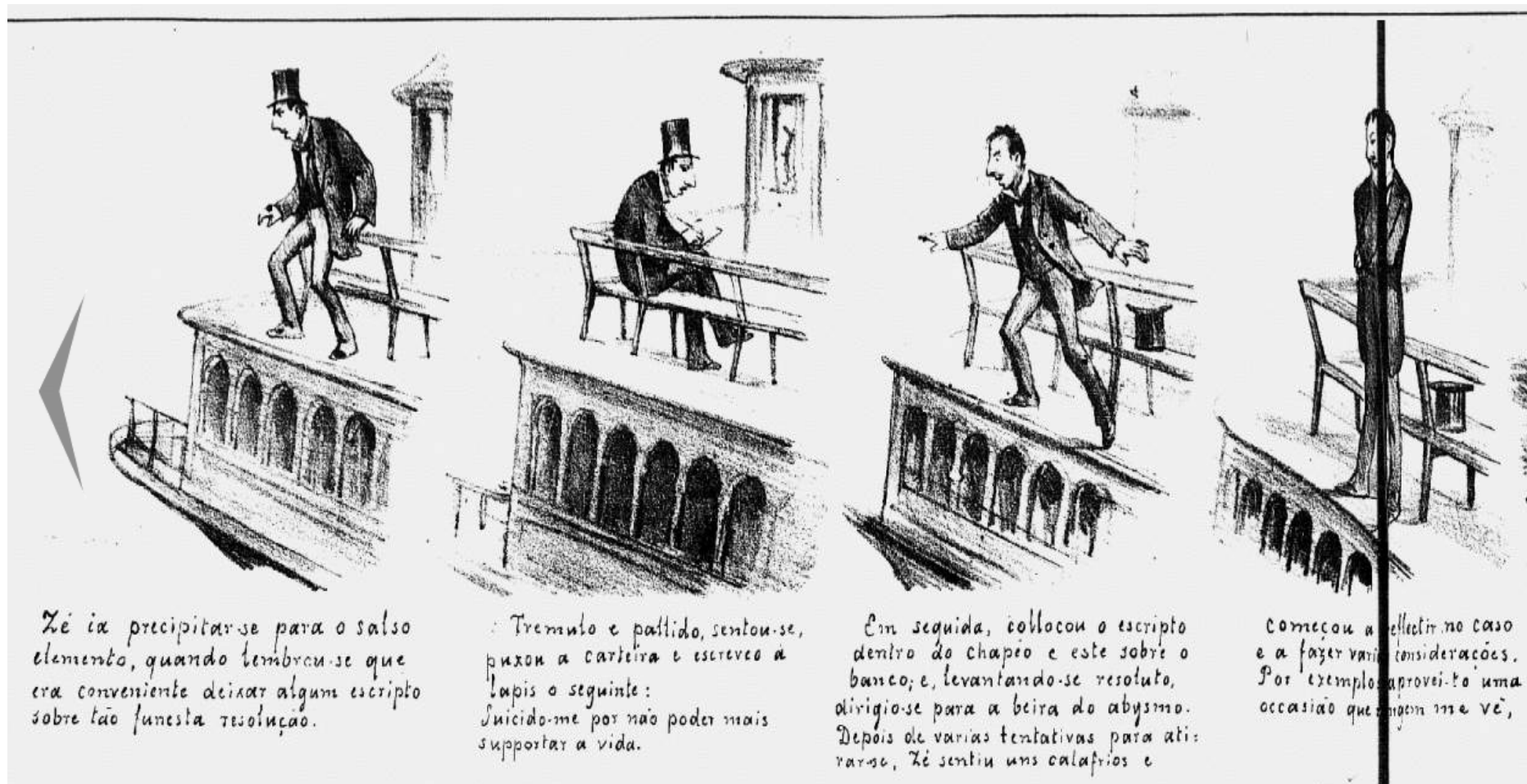
Figura 24 – Da influência de uma mulher escamada no destino de um homem pacato.¹⁵



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹⁵ Ibid.

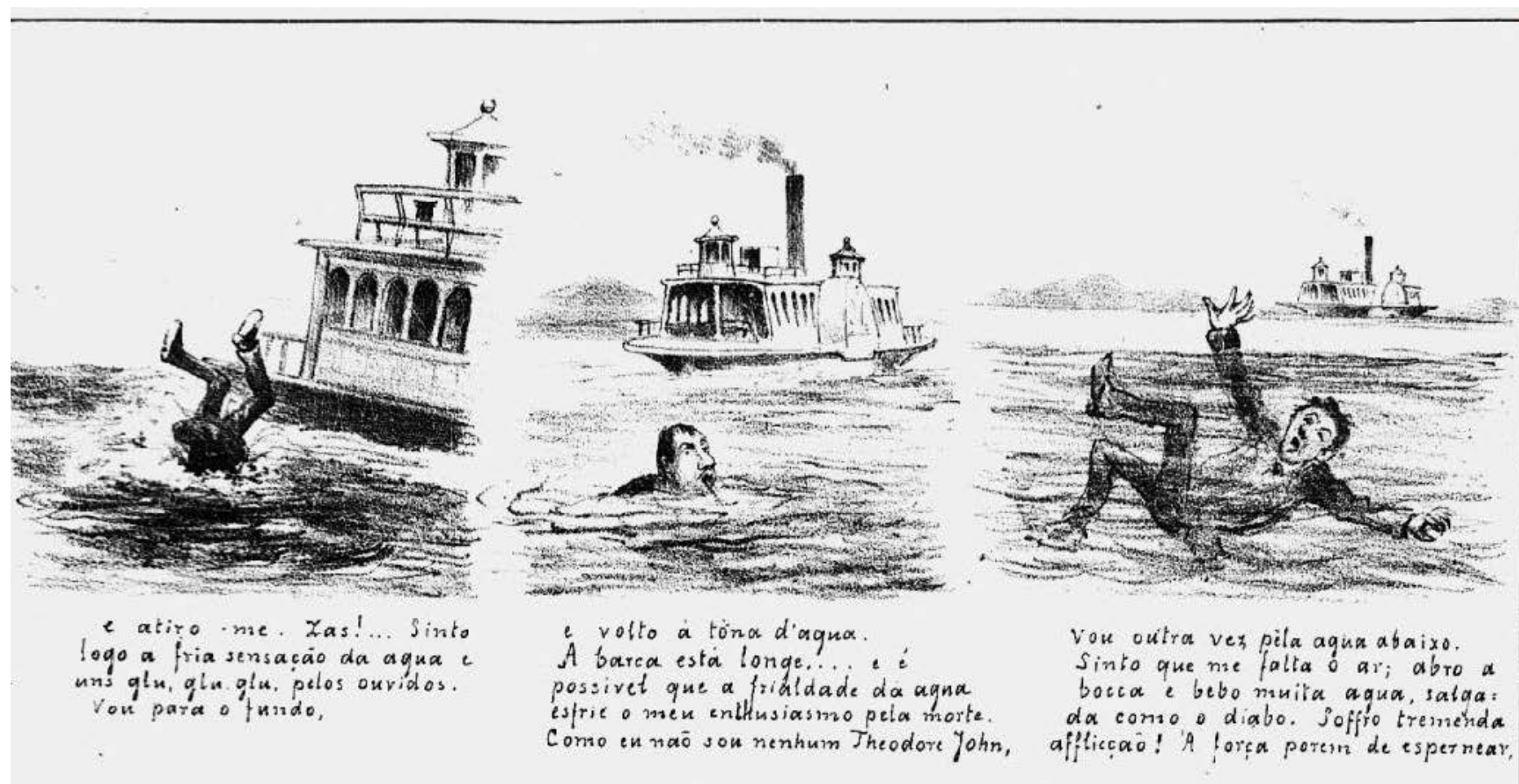
Figura 25 – Onde Zé reconhece a conveniência de refletir em tempo.¹⁶



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹⁶ AGOSTINI, A. Onde Zé reconhece a conveniência de refletir em tempo. In: _____. As aventuras de Zé Caipora. **Revista Illustrada**. n.340. Rio de Janeiro, 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747/2422>. Acesso em: 15 set. 2015.

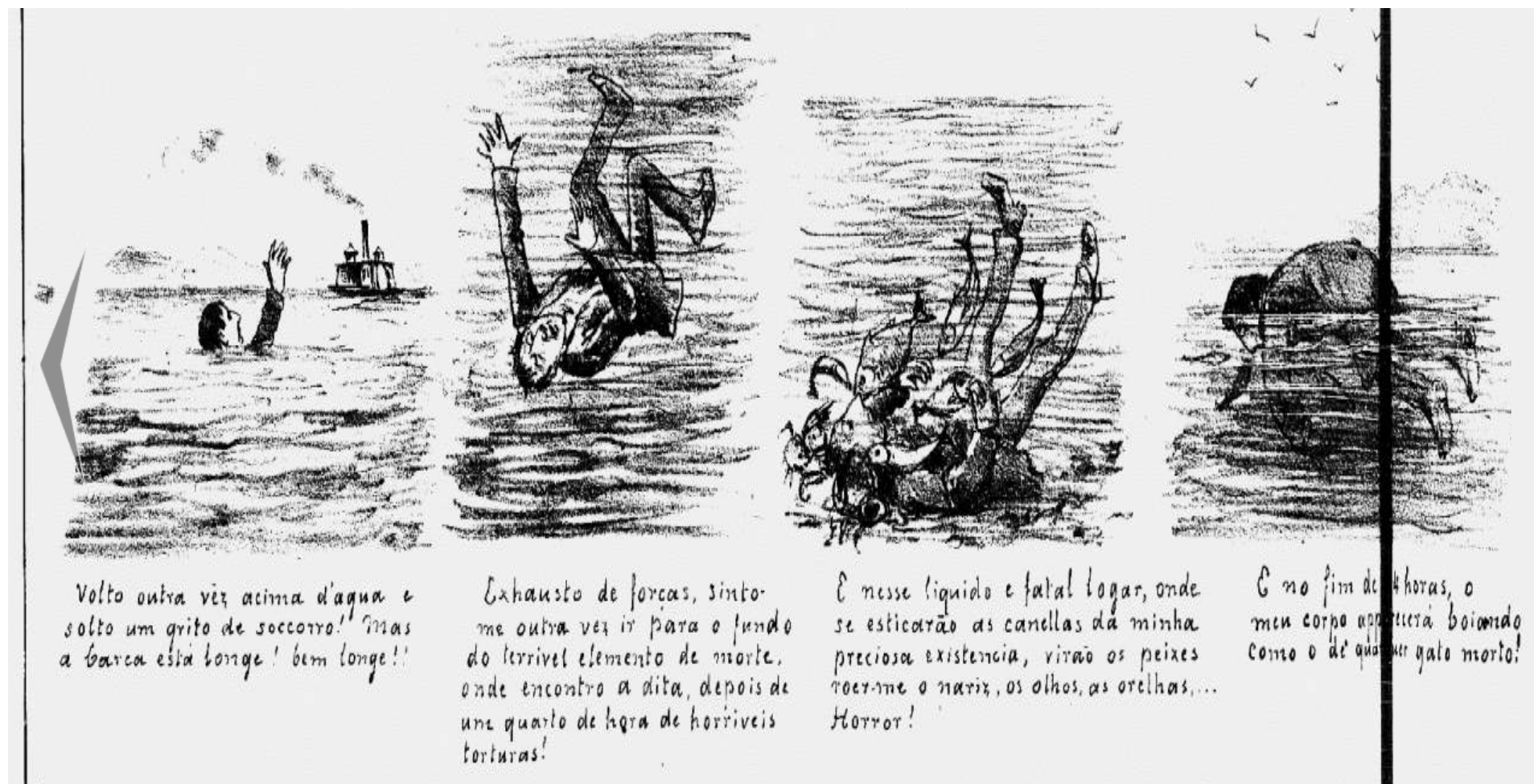
Figura 25 – Onde Zé reconhece a conveniência de refletir em tempo.¹⁷



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹⁷ Ibid.

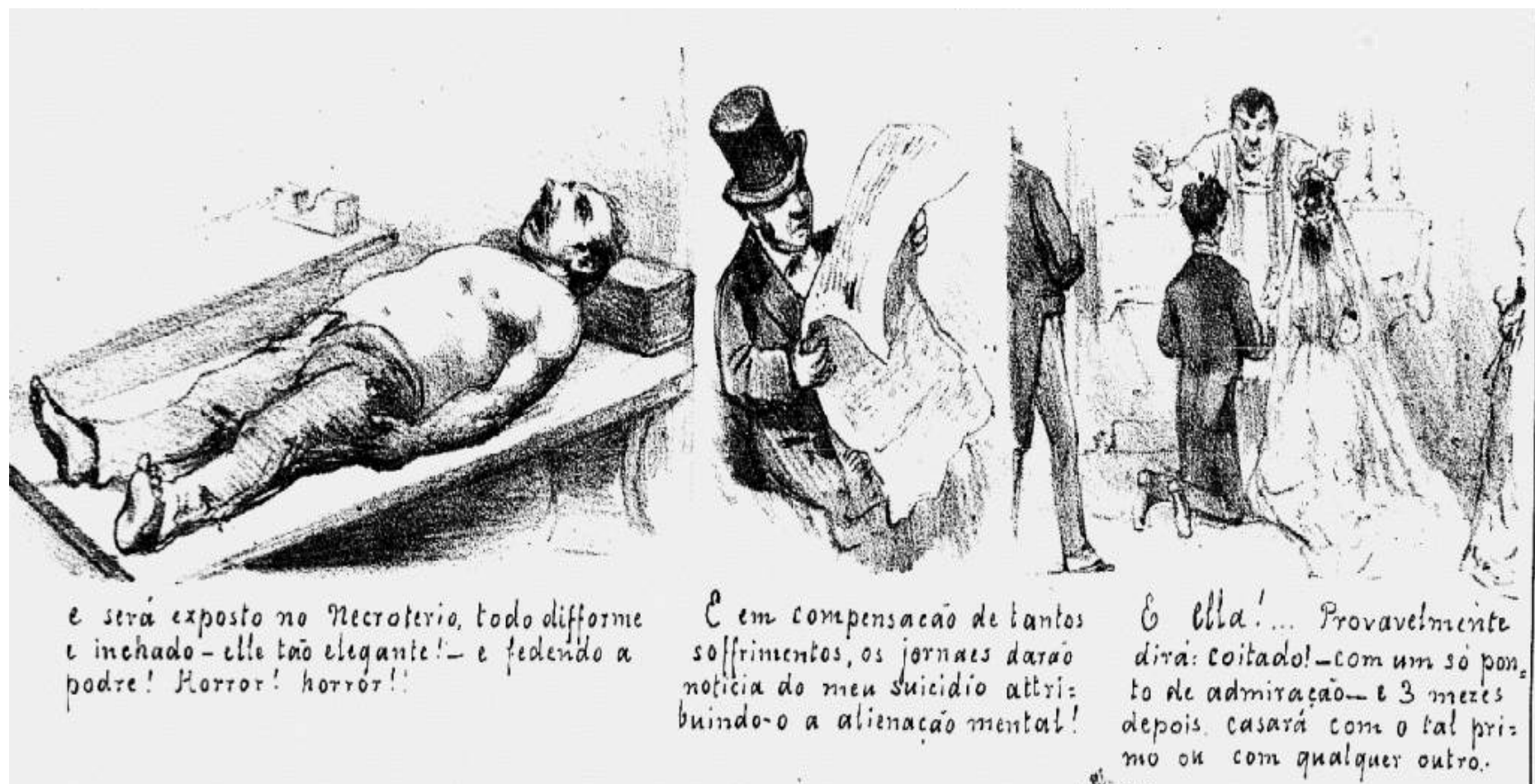
Figura 25 – Onde Zé reconhece a conveniência de refletir em tempo.¹⁸



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹⁸ Ibid.

Figura 25 – Onde Zé reconhece a conveniência de refletir em tempo.¹⁹



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

¹⁹ Ibid.

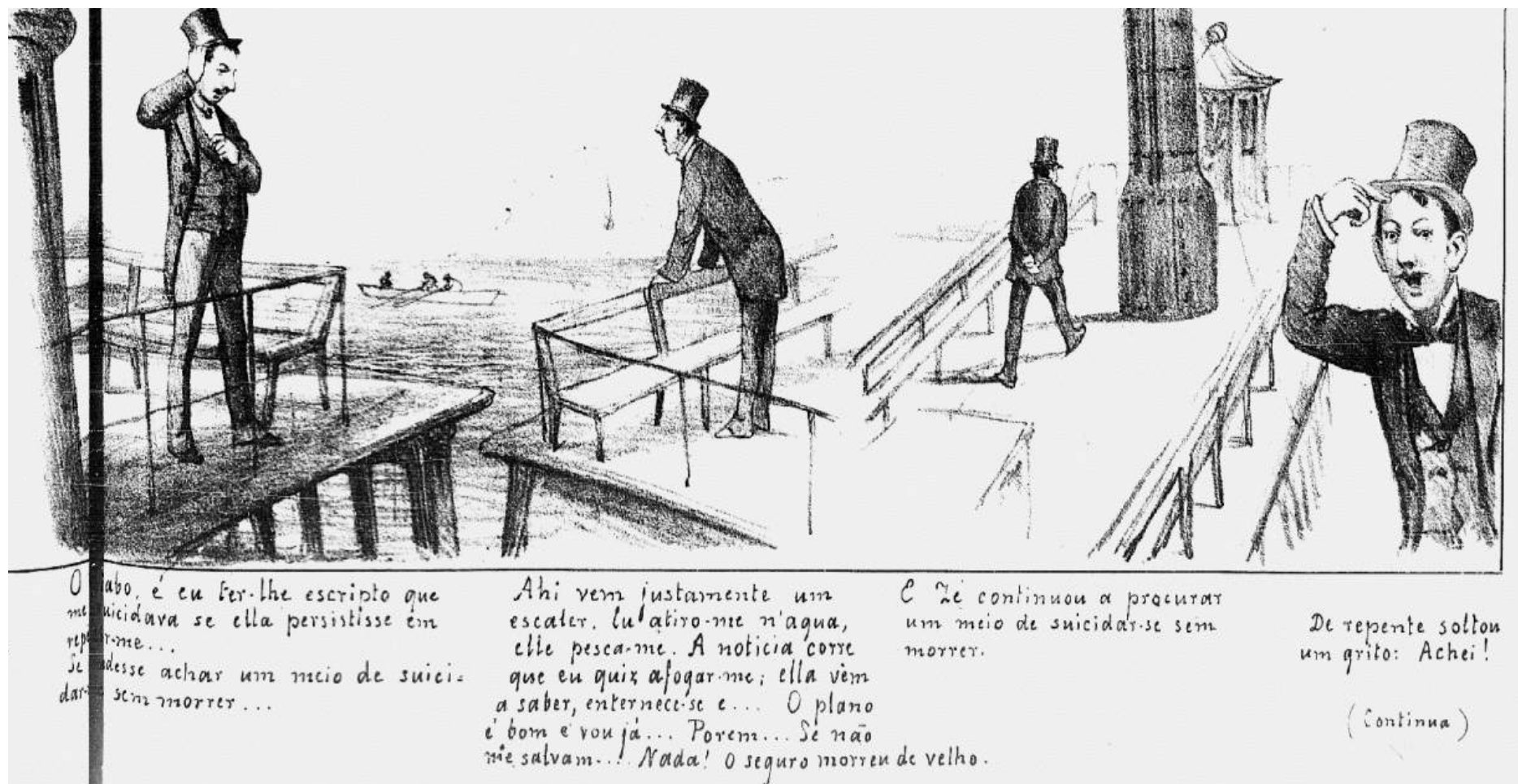
Figura 26 – Onde Zé reconhece a conveniência de refletir em tempo.²⁰



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

²⁰ Ibid.

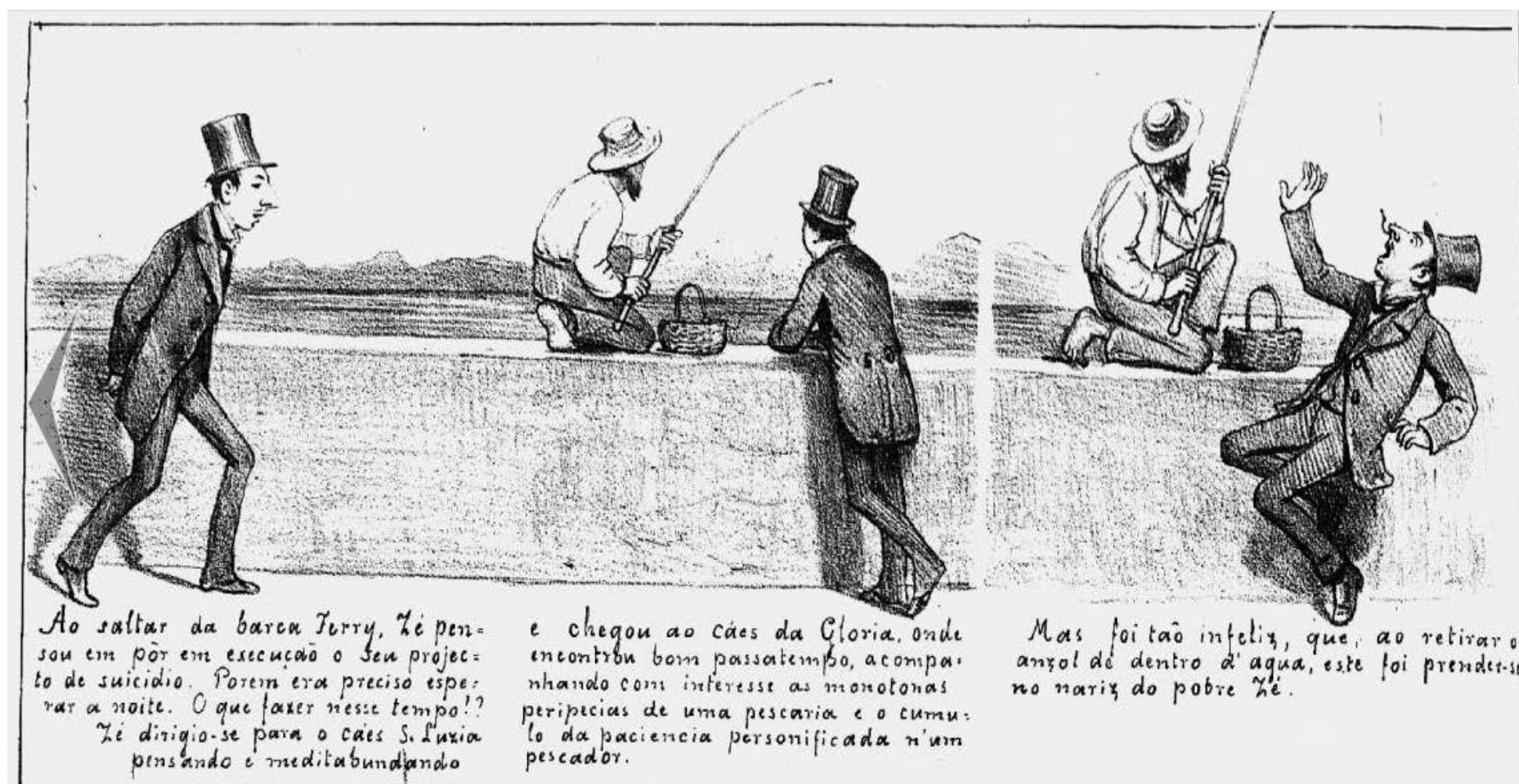
Figura 27 – Onde Zé reconhece a conveniência de refletir em tempo.²¹



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

²¹ Ibid.

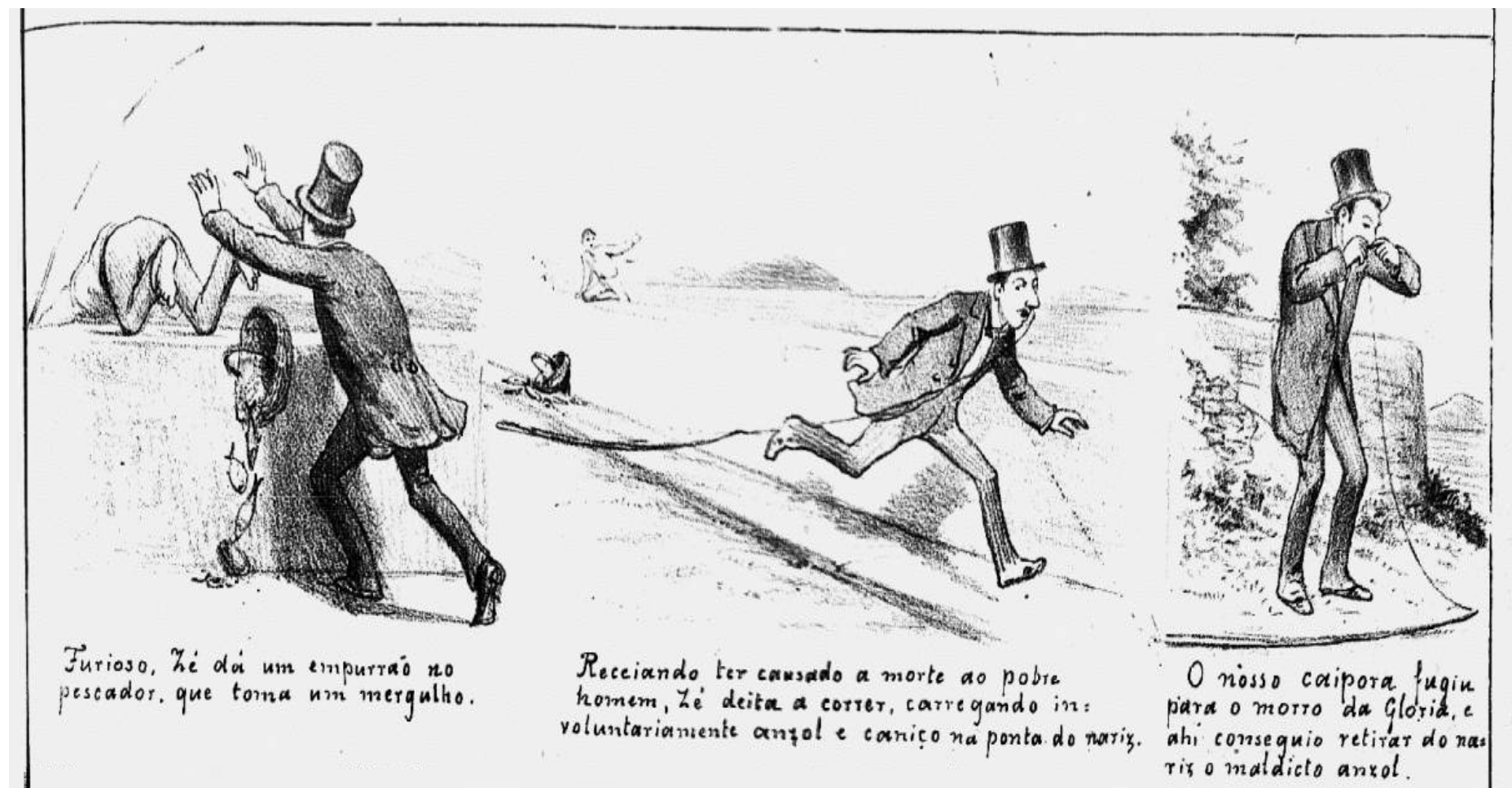
Figura 28 – Zé encontra um cúmulo no seu caiporismo.²²



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

²² AGOSTINI, A. Zé encontra um cúmulo em seu caiporismo. In: _____. As aventuras de Zé Caipora **Revista Ilustrada**. n.343. Rio de Janeiro, 1883. p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332747/2443>.

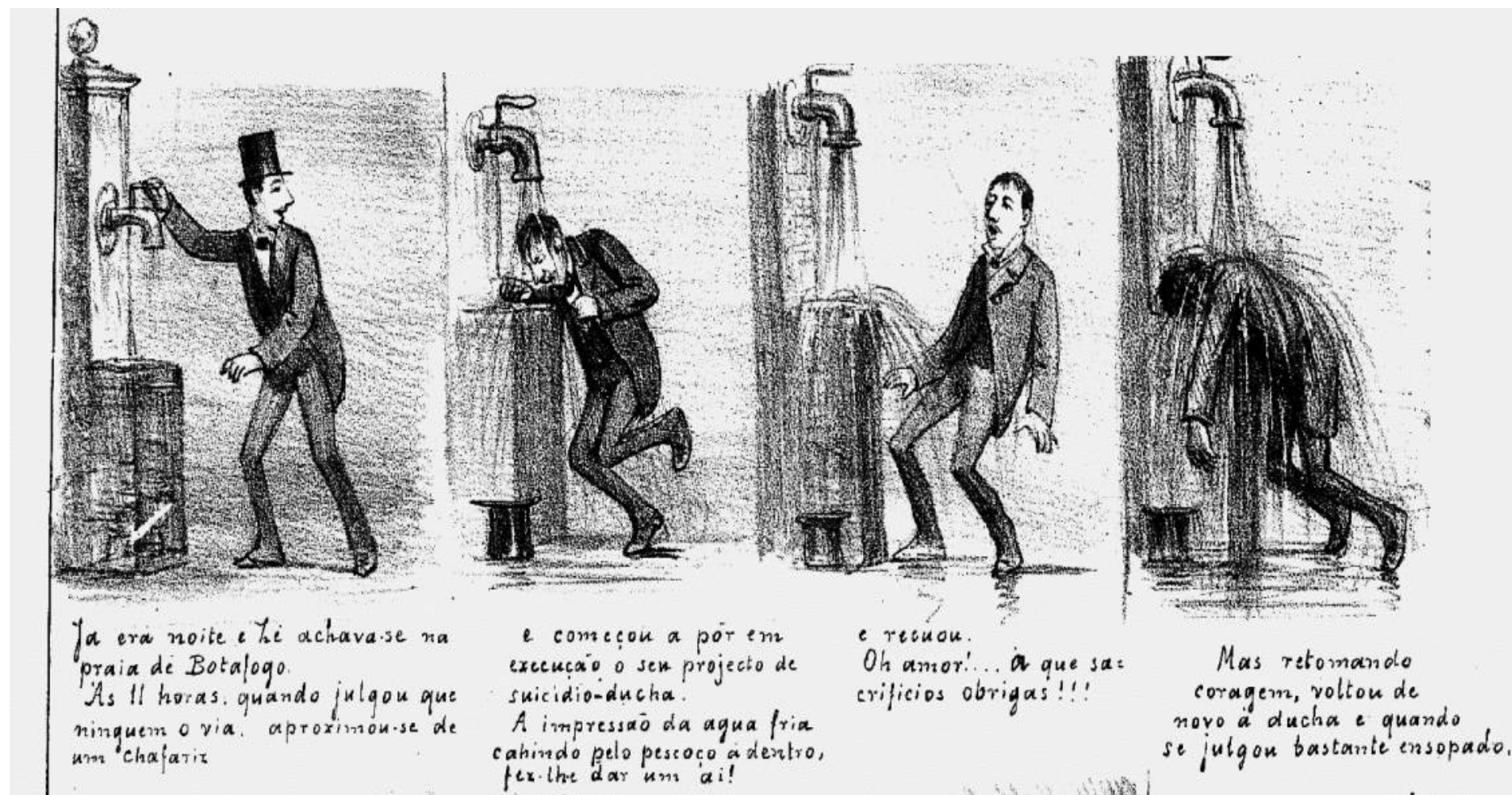
Figura 29 – Zé encontra um cúmulo no seu caiporismo.²³



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

²³ Ibid.

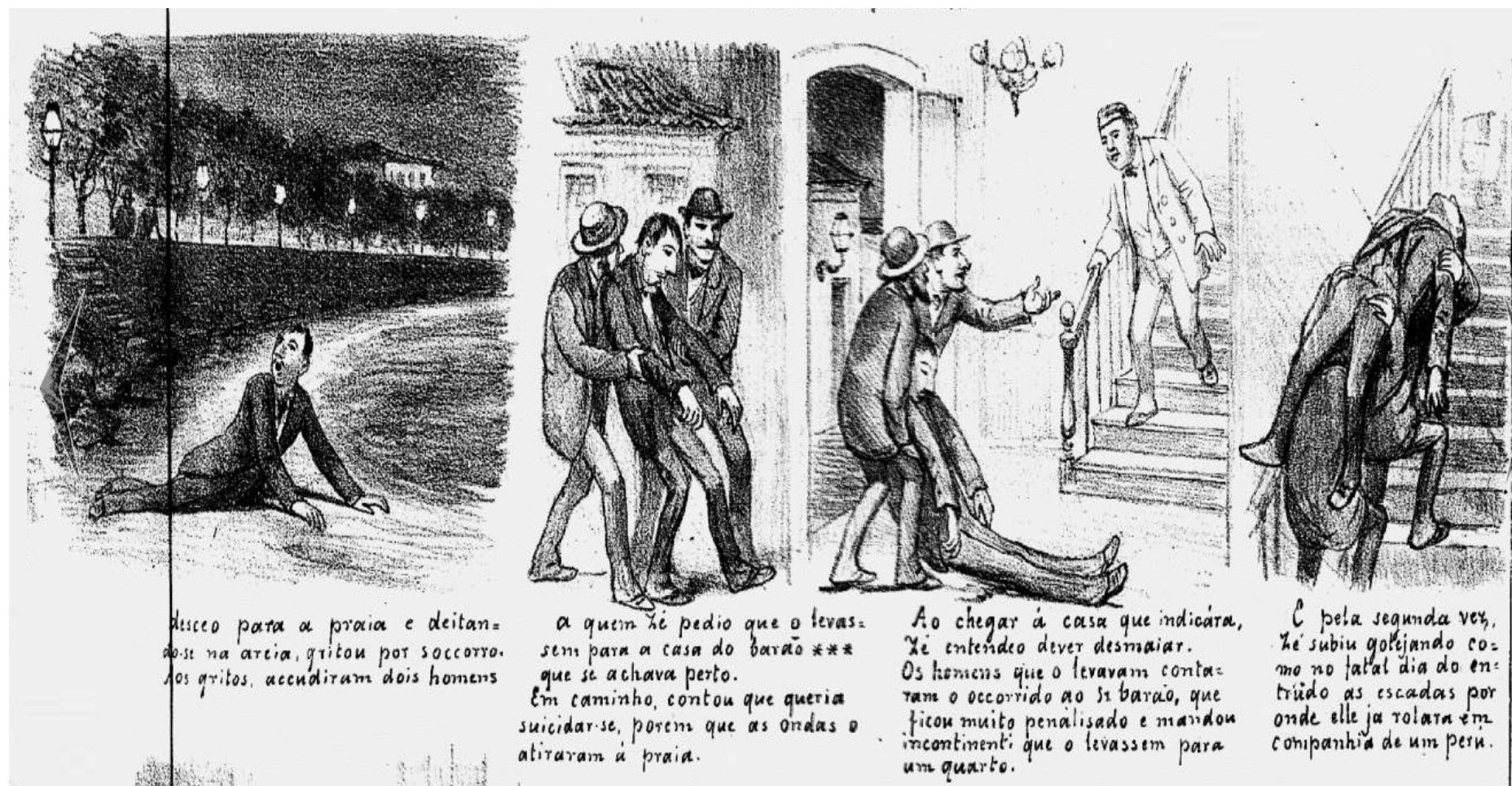
Figura 30 – Zé encontra um cúmulo no seu caiporismo.²⁴



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

²⁴ Ibid.

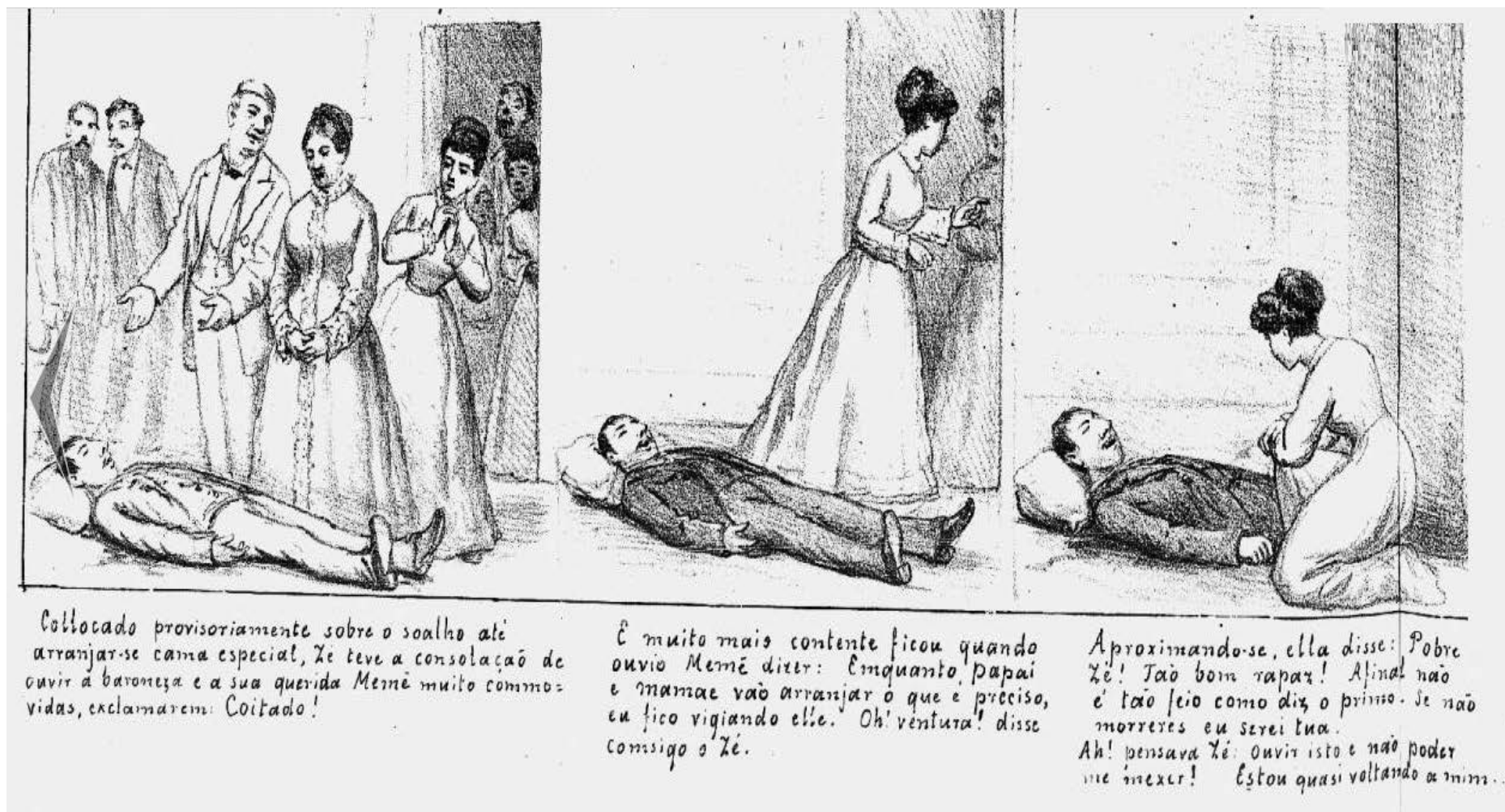
Figura 31 – Zé encontra um cúmulo no seu caiporismo.²⁵



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

²⁵ Ibid.

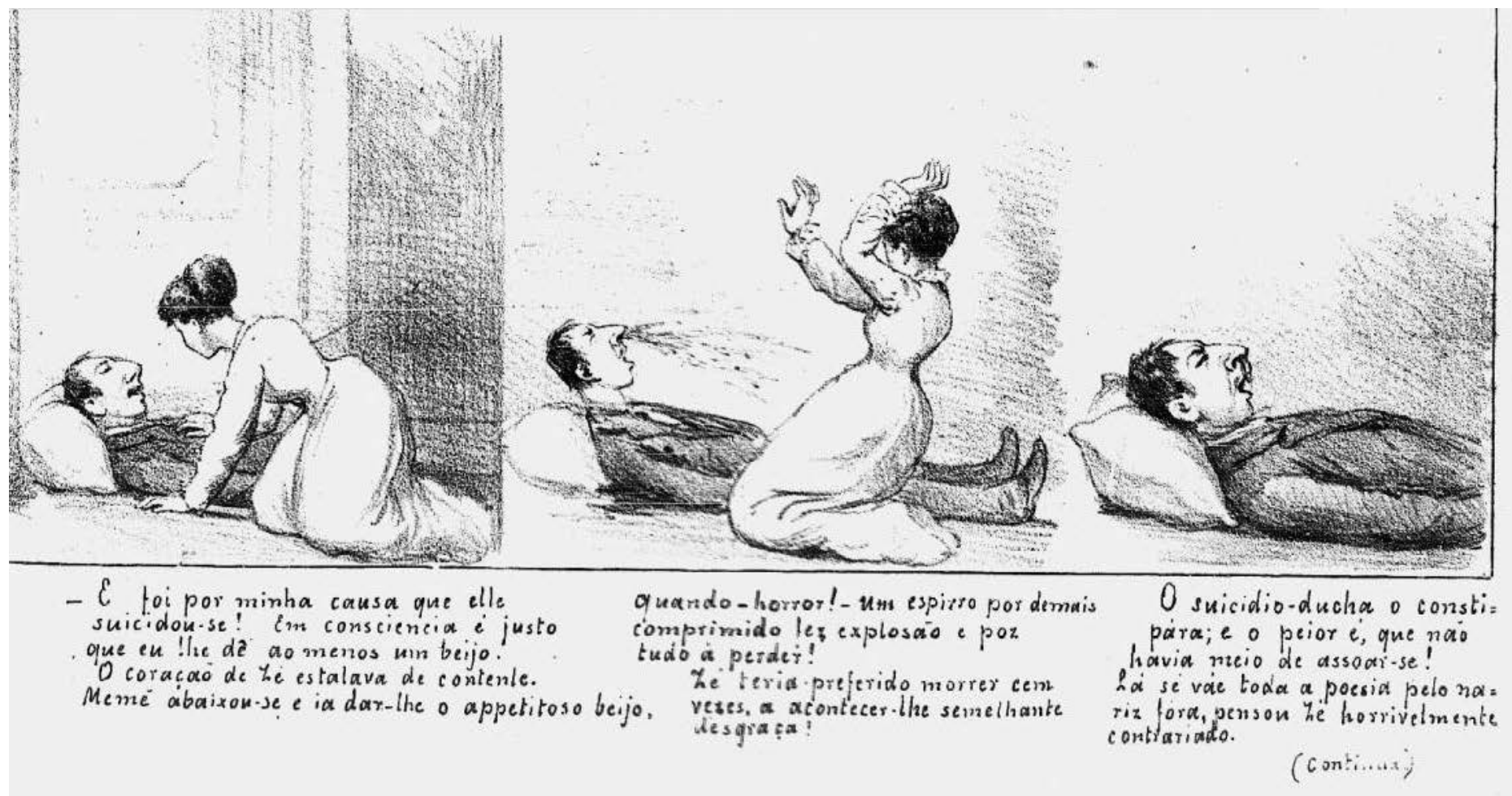
Figura 32 – Zé encontra um cúmulo no seu caiporismo.²⁶



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

²⁶ Ibid.

Figura 33 – Zé encontra um cúmulo no seu caiporismo.²⁷



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

²⁷ Ibid.